



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXII Nº 76, TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 2017



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 80^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 5 DE JUNHO DE 2017

1.1 – ABERTURA	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	6
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Registro da preocupação de especialista da ONU com a reforma trabalhista em discussão no Congresso Nacional; e outros assuntos.	8
Senadora Gleisi Hoffmann, como Líder – Considerações acerca de sua eleição como Presidente do PT; e outro assunto.	13
Senadora Ana Amélia – Críticas à alta carga tributária no País e à má aplicação dos recursos públicos; e outros assuntos.	19
Senadora Vanessa Grazziotin – Preocupação com a instabilidade política no País; e outros assuntos.	24
Senadora Fátima Bezerra – Considerações sobre o 6º Congresso Nacional do PT; e outro assunto.	30
Senador Acir Gurgacz – Registro da semana do meio ambiente e defesa da rediscussão da política de proteção e exploração econômica da Amazônia Legal.	35
Senador Telmário Mota – Preocupação com a forma de condução da Operação Lava Jato; e outro assunto.	40
Senadora Regina Sousa – Considerações acerca da importância do Dia do Meio Ambiente; e outro assunto.	42
Senador Fernando Bezerra Coelho – Registro das medidas adotadas pelo Governo Federal, pelo Governo do Estado de Pernambuco e por S. Ex ^a no sentido de prestar ajuda às cidades que foram atingidas por fortes chuvas.	45
Senador Lindbergh Farias – Considerações a respeito do 6º Congresso Nacional do PT; e outro assunto.	47
1.3 – ENCERRAMENTO	54



PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 80^a SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Aviso do Tribunal de Contas da União

Nº 19/2017 (nº 421/2017, na origem), que encaminha o Relatório das Atividades daquele Tribunal referente ao primeiro trimestre de 2017. 56

2.1.2 – Comunicações

Do Senador Fernando Bezerra Coelho, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 15 a 19 de maio último. 109

Do Senador Antonio Anastasia, de participação de S. Ex^a em missão realizada no período de 6 a 13 de maio último. (Ofício nº 184/2017) 110

Da Senadora Fátima Bezerra, de renúncia da condição de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Ofício nº 69/2017). 111

Do Senador Telmário Mota, de renúncia da condição de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Ofício nº 12/2017). 112

2.1.3 – Ofício da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso

Nº 96/2017, que encaminha cópia dos autos da CPI das Obras da Copa do Mundo de 2014 no Estado do Mato Grosso. 114

2.1.4 – Ofício do Ministro de Estado da Fazenda

"S" nº 43/2017, que encaminha o Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de abril último. 116

2.1.5 – Requerimento

Nº 409/2017, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sr^a Maria Lídia França de Araújo. 123

PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 126

4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 129

5 – LIDERANÇAS 130

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 134

7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 142

8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 145

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 191



Ata da 80^a Sessão, Não Deliberativa,
em 5 de Junho de 2017

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 55^a Legislatura

Presidência da Sra. Vanessa Grazziotin, dos Srs. Acir Gurgacz e Telmário Mota e da Sr^a Regina Sousa.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 17 horas e 30 minutos.)



A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (Vide parte II do sumário)

Iniciamos a nossa sessão desta segunda-feira, dia 5, mas eu gostaria de, estando aqui na abertura dos trabalhos, desde já cumprimentar a Senadora Gleisi Hoffmann, que, neste último final de semana, no último sábado, foi eleita a Presidenta Nacional de seu Partido, o Partido dos Trabalhadores, um dos maiores partidos do Brasil.

Então, Senadora Gleisi, saiba V. Ex^a que não é apenas um orgulho dos militantes do PT, mas, sem dúvida nenhuma, orgulho das mulheres brasileiras. Eu também sou muito gratificada por ter em nosso Partido, o PCdoB, de igual forma, uma mulher a presidir, que é a Deputada Federal Luciana Santos.

Então, eu quero aqui desejar a V. Ex^a todo o sucesso do mundo. Que possa – competência não lhe falta, habilidade muito menos – seguir dirigindo os trabalhos desse Partido que é muito importante. Quanto mais se fortalece, mais se fortalece a democracia brasileira.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Senadora Vanessa Grazziotin, a despeito das diferenças que nós temos, do ponto de vista político, temos, na agenda de aumento das mulheres no protagonismo na atividade política, V. Ex^a, que está presidindo a sessão, Procuradora da Mulher no Senado Federal. E eu quero me associar à homenagem à Senadora Gleisi Hoffmann.

Ela é a primeira mulher a comandar um partido político. A que tivemos antes, Iris Resende, era Vice-Presidente, que assumiu a Presidência do PMDB, mas a senhora foi eleita. Então, eu quero, aqui também, da mesma forma, dizer que, quanto mais mulheres houver na liderança e no comando não só dos partidos políticos, mas também na atividade política – vereadoras, prefeitas, vice-prefeitas, Deputadas Federais e estaduais, governadoras, Senadoras e até Presidente da República –, nós teremos um País um pouco mais aberto às questões relacionadas à mulher.

Hoje, a maior parte das eleitoras no Brasil são mulheres. Então, eu me associo à referência feita pela Senadora Vanessa Grazziotin, merecidamente, à sua eleição e desejo que tenha sorte no seu desafio – que não é pequeno, Senadora.

Nós todos, na política, estamos vivendo uma cobrança muito intensa – todos nós –, e eu penso que a senhora terá coragem de fazer esse enfrentamento, como sempre tem feito aqui, de maneira muito combativa.

Então, parabéns também.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Fátima também?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Primeiro, as mulheres.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Sem revisão da oradora.) – Pois é. (*Risos.*)

Primeiro quero aqui saudar a Senadora Gleisi, Líder da nossa Bancada e, agora, nossa Presidenta, a primeira mulher a presidir o Partido dos Trabalhadores.



E quero dizer, Senadora Gleisi, que o nosso congresso foi vitorioso. Um congresso muito importante, que reuniu cerca de 600 delegados e delegadas, vindos de todos os Estados da Federação. Um congresso que possibilitou que nós fizéssemos um debate político de alto nível, fazendo um balanço sobre a história do nosso Partido, fazendo um balanço, sim, sobre os anos dos governos do PT, Lula e Dilma à frente dos destino do País, fazendo um balanço sobre este momento dramático que o País vive, os retrocessos em curso, em decorrência do Governo ilegítimo que aí está, e, ao mesmo tempo, discutindo as tarefas imediatas, imperiosas, que estão colocadas para o Partido dos Trabalhadores neste atual momento histórico.

Quero ainda aqui destacar e homenagear, tanto a você, Gleisi, me permita chamá-la assim, como ao Senador Lindbergh, pelo debate respeitoso e fraterno que vocês realizaram ao longo desse período em que se tratou da escolha para a sucessão da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores.

Sua participação, junto com a do Senador Lindbergh, repito, na disputa para a Presidência do Partido, só fez engrandecer o nosso Partido, só fez valorizar a militância cada vez mais e fortalecer exatamente o nosso Partido, repito, pelo debate respeitoso, fraterno, o debate político que vocês fizeram.

E termino dizendo que saímos revigorados e revigoradas, Gleisi. Eu acho que é uma façanha extraordinária, em tempos tão revoltos, tempos de tanto ataque, de tanta criminalização, em que um dos partidos mais importantes da esquerda brasileira, que é o PT... E a gente conseguir realizar um congresso com aquela fotografia, com aquela representatividade, com aquela grandiosidade... A presença da Presidenta Dilma, a presença do Presidente Lula, um congresso que homenageou Marisa Letícia Lula da Silva, homenagem mais do que justa pelo papel que ela teve na luta pela redemocratização do País e pela construção também do nosso Partido, a importância que ela deu... Mas termino dizendo, Gleisi, que saímos de lá com a esperança cada vez mais renovada e cada vez mais dispostos a lutar pelo Brasil.

O PT sai unido. Sai unido, na medida em que reafirmou, claramente, lá no Congresso, as tarefas imediatas para nós, que são pôr fim a este Governo, trazer as eleições diretas... O PT sai unido inclusive por ter dito lá, em alto e bom som, que nós não aceitamos mais um ataque à democracia brasileira, o chamado golpe dentro do golpe, que seria, na eventualidade da saída do Presidente, o que deverá acontecer: deixarem o povo de lado, e a saída a ser feita pelo colégio eleitoral. Por isso é que o PT, em seu congresso, declarou em alto e bom som todo o boicote ao colégio eleitoral.

Então vamos sim, repito, agora sob sua liderança, como Presidente – a primeira mulher a presidir o nosso Partido, Paim –, dar conta das tarefas que estão colocadas para todos nós, como barrar essas reformas, trazer a democracia de volta, num movimento amplo, que envolva outros partidos e que envolva a maioria da sociedade brasileira, através da realização das eleições diretas.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa também cumprimenta a Senadora Fátima e já agradece.

Agradeço desde já a possibilidade que o Senador Paim – que já está à tribuna, pois é o primeiro orador inscrito – nos dá de fazer esta saudação.

E, Senadora Gleisi, não apenas a manifestação da Senadora Fátima, a minha e, sobretudo, a da Senadora Ana Amélia, mas isso é um exemplo de que, nessas horas, as mulheres têm muito mesmo que se congratular umas com as outras, porque nós, que estamos aqui, independentemente das posições políticas que representemos, que defendemos, todas nós, sem dúvida nenhuma,



ultrapassamos diariamente muitos obstáculos, em decorrência dessa cultura machista que, infelizmente, ainda impera na sociedade brasileira e é muito forte, muito evidente, na política brasileira.

Então, nossos reconhecimentos, cumprimentos por essa nova função que V. Ex^a passa a exercer a partir deste último final de semana.

Parabéns, Senadora.

Com a palavra, agora, o Senador Paim, que usará do tempo regimental.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Vanessa, primeiro quero me somar a essa homenagem que as mulheres, aqui, no plenário, 99% – são quatro mulheres e eu, que estou aqui –, fazem à Senadora Gleisi Hoffmann, eleita Presidente do Partido dos Trabalhadores.

Eu, de fato, por motivo de ter viajado, voltado e me encontrado depois com os técnicos tanto da CPI da Previdência, como também do debate que vamos ter amanhã, da reforma trabalhista e da previdência, não pude ir lá para votar em V. Ex^a. Mas, se eu estivesse lá, não tenha nenhuma dúvida, meu voto seria seu, com muito orgulho.

V. Ex^a agora tem dupla atividade: Presidente do Partido e Presidente de nós todos, outros, Líder aqui no Senado.

É uma alegria enorme saber que V. Ex^a está na Presidência e que, ao mesmo tempo, lidera a nossa Bancada.

Meus cumprimentos.

Sr^a Presidenta, eu quero fazer dois registros, porque, em seguida, vou para a CPI da Previdência.

O primeiro é em nome da Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho), que, juntamente com as Amatras da 4^a Região, Rio Grande do Sul; 6^a Região, Pernambuco; 15^a Região, Campinas e região, emitiu nota pública, na última sexta-feira, 2 de junho, em defesa da independência funcional e da liberdade de opinião e de expressão.

A nota critica atos do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e da Corregedoria Nacional de Justiça, porque foram apresentadas reclamações disciplinares em face de os Juízes Valdete Souza Severo, da 4^a Região, e Jorge Luiz Souto Maior, da 15^a Região, centrarem-se em um artigo doutrinário intitulado "Mais uma do Ives: rifando Direitos Fundamentais e a Justiça do Trabalho", assinado por ambos e publicado no *site* da internet, justificando-se.

Em paralelo, a Corregedoria Nacional de Justiça solicitou abertura de procedimento administrativo em face de o Juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho, da 6^a Região, em razão do despacho por ele proferido no dia 28 de abril, em diversos processos, nos quais redesignava as audiências, com a mesma finalidade de conscientizar e mobilizar a comunidade pernambucana quanto aos riscos das reformas trabalhista – PLC nº 38, de 2017 – e da previdência – PEC nº 287, de 2016.

Inicialmente, as reclamações foram encaminhadas às respectivas corregedorias regionais.

No âmbito da 4^a Região, decidiu-se por arquivar o expediente, pois, nas condutas do magistrado, não se verificou qualquer violação de deveres funcionais. Apenas expressara o seu ponto de vista, especialmente – registrou-se –, tal como diversos ministros de tribunais superiores vêm fazendo. Os juízes de primeiro grau também possuem direito de opinião, de manifestação, sobre temas como esses das reformas previdenciária e trabalhista. Que façam aqui essa leitura, porque é exatamente o que eu penso.



Já no âmbito da 6^a Região, a Corregedoria Regional entendeu por bem dar seguimento ao procedimento como requisitado.

No caso da 4^a Região, de forma surpreendente, a Corregedoria Nacional de Justiça desconsiderou o ato regional e deliberou processar em conjunto as reclamações, determinando a instauração de reclamação disciplinar em conjunto, em desfavor dos juízes da 4^a e da 15^a Regiões.

Já em relação ao magistrado da 6^a Região, segue sobre si, no plano regional, o pêndulo da censura. O conceito de liberdade que se espalha como um direito fundamental é conquista secular das civilizações, e o seu alargamento, assim como o das respectivas garantias, amplia-se, na medida em que tal conceito evolui.

No Brasil, a Constituição Federal da República garante a liberdade de expressão, de manifestação do pensamento, nos exatos termos do art. 5º, IV, a todos os cidadãos, sem qualquer distinção. Prevê ainda, nos seus arts. 5º e 6º, a liberdade de consciência, a liberdade de crença e a de convicção religiosa. E, nos arts. 5º e 8º, a liberdade de crença religiosa e de convicção política ou filosófica.

À luz da garantia constitucional da liberdade de manifestação ampla, a albergar as liberdades de expressão e opinião, é inadmissível transigir com a punição a cidadãos que se limitam a expressar a sua opinião, com fundamentos jurídicos bastante conhecidos de todos nós.

Tanto menos se poderia admitir a punição disciplinar de agentes públicos que assim procedam, notadamente em sede do artigo científico ou manifesto público, independentemente das suas classes profissionais, funções ou individualidades.

Aos juízes, em particular, é garantida pela Constituição a independência funcional (art. 95, CR), para que, no exercício de sua função jurisdicional, observe a sua consciência, à luz da Constituição e das leis, na solução dos conflitos sociais que lhe são submetidos.

Tais garantias estão em consonância com os Princípios Básicos Relativos à Independência da Magistratura, endossados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Resoluções 40/32 e 40/146, de 1985).

Diz lá: "... a independência da magistratura será garantida pelo Estado..." – item 1. E, mais veementemente, "... os magistrados gozam, como os outros cidadãos, das liberdades de expressão, convicção, associação e reunião" – item 8.

No ordenamento nacional, o artigo 41 da Lei Complementar 35/79 (Lei Orgânica da Magistratura) prevê, de forma expressa, que o magistrado não pode ser punido ou prejudicado pelas opiniões que manifestar ou pelo teor das decisões que proferir.

De outro turno, a norma prevista no artigo 36 da Lei Complementar 35, que veda ao magistrado opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, não abrange a manifestação do magistrado em obras técnicas ou no exercício do magistério, como tampouco poderia abranger [...] [suas manifestações públicas.]

Assim, por qualquer ângulo que se analise, não há qualquer violação legal a desafiar instauração de procedimentos disciplinares.

À vista disso, as entidades subscritoras externam, desde logo, a sua solidariedade [e faço aqui a minha também] aos juízes Jorge Luiz Souto Maior, Hugo Cavalcanti Melo Filho e Valdete Souto Severo, magistrados e professores da mais ilibada reputação e de notório saber jurídico, cujas publicações sempre tiveram, por único escopo, a oferta de contribuições aos estudos e debates sobre o Direito e a Justiça do Trabalho, mesmo



quando refiram altas autoridades que, por convicções pessoais, estiveram pessoalmente envolvidas na defesa das reformas em questão.

Afinal, a liberdade de convicção e de expressão tanto deve permitir a manifestação ou atuação em um dado sentido, como também noutro.

Registraram, ademais, a sua apreensão quanto ao possível manejo inapropriado de instrumentos correcionais, originariamente voltados à garantia do jurisdicionado, da moralidade pública e do devido processo legal, para o cerceamento das garantias constitucionais das liberdades de expressão e de opinião, legitimamente exercidas por juízes [de todas as áreas], do trabalho, ou de qualquer outra competência [...].

[Sr^a Presidente], é crucial que o Poder Judiciário, antes mesmo que todos os outros, saiba preservar e garantir a expressão de opiniões divergentes e, bem assim, o livre debate democrático.

Os subscritores registram, enfim, que seguirão velando, vigilante e intransigentemente, pela defesa das prerrogativas dos magistrados do trabalho e, antes disso, pelas suas liberdades e garantias constitucionais, a bem da democracia e do Estado de direito.

Assinam Guilherme Guimarães Feliciano, Presidente da Anamatra; Rodrigo Trindade de Souza, Presidente da Anamatra da 4^a Região, do meu Rio Grande do Sul, sempre à frente nesses debates quando estão em jogo os direitos do povo brasileiro, a liberdade, a democracia, o direito de expressão; José Adelmy Acioli, Presidente da Anamatra da 6^a; e Marcelo Bueno Pallone, Presidente da Anamatra da 15^a Região.

Eu ainda quero, como dizia, Sr^a Presidente, fazer outro registro que considero importante para a votação que vamos ter amanhã.

Registro sobre alerta da ONU, na figura do Sr. Juan Pablo, sobre reforma trabalhista. Juan Pablo é perito da ONU.

O perito independente sobre Dívida Externa e Direitos Humanos da ONU Juan Pablo alerta sobre a reforma trabalhista.

Segundo ele, o ajuste trabalhista não funciona, a redução de direitos aumenta a desigualdade e não melhora economia nem emprego. Experiência mundial mostra isso.

Um grande número de países embarcou, nos últimos anos, em reformas de políticas e normas trabalhistas no sentido da austeridade, com o objetivo de superar contextos econômicos recessivos ou prevenir crises financeiras. O resultado foi zero. Aumentou o desemprego e aumentou o arroxo sobre as camadas mais vulneráveis.

Diante das reformas laborais em vigor e tomando por base a discussão no Brasil, gostaria de contribuir, diz Juan Pablo, para o debate com algumas ideias que apresentei, em março deste ano, no relatório anual do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Geralmente essas reformas consistem em congelar direitos, reduzir salários, aumentar a jornada de trabalho, impor contratos precários, limitar os seguros para acidentes ou doenças ocupacionais, facilitar demissões e reduzir o número de funcionários.

Também se incluem as reformas que afetaram os sistemas de negociação coletiva, por exemplo, restringindo o alcance dos acordos coletivos setoriais e a negociação ao âmbito do local de trabalho, ou permitindo a negociação com representantes alheios aos sindicatos, como é o caso dessa reforma que trabalha muito com os acordos individuais. Sob pressão o trabalhador terá que se submeter à vontade do empregador.



Existe alguma evidência empírica de que a situação dos trabalhadores, dos desempregados ou da economia em geral melhore graças ao enfraquecimento dos direitos individuais e coletivos do trabalho? Ele pergunta.

Claro que não, são muitos os exemplos que demonstram que tais reformas contribuíram para aumentar, aí sim, a desigualdade, a precarização e informalização do emprego, estimularam a discriminação no mercado de trabalho contra mulheres, jovens, idosos e outras pessoas pertencentes a grupos sociais marginalizados – negros, ciganos, índios, deficientes e outros –, diminuindo a proteção social dos trabalhadores.

A ideia de que, em termos gerais, os direitos trabalhistas se exercem em detrimento do desenvolvimento econômico tem sido questionada tanto no aspecto teórico quanto no plano empírico, e já se tem demonstrado de forma mais concreta que as reformas trabalhistas promovidas pelas políticas de austeridade geralmente não levam a nada, não contribuem para a recuperação econômica e muito menos para o social.

Essas reformas não melhoram os resultados econômicos; pelo contrário – diz ele –, causam graves prejuízos aos trabalhadores, que seguirão sentindo seus efeitos por muitos anos.

A desregularização do mercado de trabalho não favorece o crescimento nem o emprego, repete ele.

Em um número cada vez maior se vem assinalando que as leis trabalhistas têm efeitos econômicos positivos, entre outras coisas, para a produtividade e a inovação.

Os especialistas têm demonstrado uma série de funções da legislação laboral que favorecem a eficiência da economia, em vez de prejudicá-la. Entre outras coisas, a legislação trabalhista promove a planificação econômica tanto dentro da empresa, quanto no mercado.

Além disso, as leis referentes ao salário mínimo ou à proteção contra demissões frequentemente incentivam os empregadores a utilizar a mão de obra de modo mais eficiente, investir em tecnologia e esforçar-se para a sua organização. Ou seja, não é demitindo, não é precarizando, não é atingindo os mais vulneráveis que você vai resolver o problema da economia de um país.

Leis trabalhistas – diz ele – também contribuem para a estabilização da demanda em épocas de recessão. Reconhece-se com frequência que a legislação trabalhista ajuda a corrigir as falhas do mercado e assumir um papel anticíclico.

Os efeitos econômicos de uma legislação trabalhista robusta têm aspectos positivos sobre a distribuição de renda. Por exemplo, em uma análise de dados de vinte países da OCDE, não se encontrou nenhuma ligação entre o enfraquecimento das instituições do mercado de trabalho e uma redução do desemprego, enquanto se pode verificar que havia correlação, sim, entre a negociação coletiva e o desemprego inferior.

Outros estudos demonstram que as normas laborais geram efeitos produtivos, aumentam a produtividade e aumentam o emprego. Existe uma correlação positiva a longo prazo entre a legislação laboral, incluindo a regulamentação que protege os trabalhadores contra as dispensas imotivadas, e buscando, com certeza, a eterna discussão da produtividade.

Além disso, os dados mostram que uma jornada de trabalho mais curta implica correspondente aumento – aí, sim! – de produtividade por hora de trabalho, menos acidentes, mais renda para a economia. Chegou-se a conclusões semelhantes sobre o impacto de certas normas laborais na abertura de novos empregos.



De acordo com uma análise relativa a quatro países, ainda da OCDE, realizada entre 1970 e 2002, um alto grau de proteção contra a demissão arbitrária incentivou a capacitação entre os empregados.

No que diz respeito aos países em desenvolvimento, os elementos que apontam para um impacto negativo da proteção laboral no desempenho econômico de um país parecem pouco contundentes.

Os estudos sobre o Brasil, por exemplo, indicam que a desregulamentação do mercado de trabalho parece ter reduzido as elasticidades do emprego ao invés de aumentá-las.

Em um nível macroeconômico, parece claro que a pressão para a flexibilização dos mercados de trabalho, a fim de promover o crescimento impulsionado pelas exportações, leva à redução do consumo, de exportações líquidas, e consequentemente leva ao desemprego.

A redução nas receitas de grandes setores da população, resultante das reformas de flexibilização da legislação trabalhista, provoca uma contração da demanda, o que acaba agravando a crise e aumentando o desemprego. Quem viver verá! Quem viver verá!

As crises econômicas e financeiras não são o resultado de uma regulamentação excessiva do trabalho, motivo pelo qual a desregulamentação laboral não ajuda a superá-las.

De fato, as reformas trabalhistas adotadas nos últimos anos no contexto das políticas de austeridade não parecem ter ajudado país nenhum. Os países não foram ajudados a se recuperar, nem têm permitido a restauração a um acesso ao emprego em nível equivalente à fase pré-crise.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Em vez disso, Sr^a Presidenta, eles minaram os direitos trabalhistas e outros direitos sociais consagrados no direito internacional e nacional. O que realmente é necessário para promover o crescimento inclusivo são medidas de reforma baseadas no conteúdo normativo dos direitos trabalhistas consagrados no direito internacional e nos direitos humanos que fomentem a igualdade de gênero, favoreçam o emprego e proporcionem maiores oportunidades aos grupos e a pessoas marginalizados para exercerem esses direitos.

Concluindo, se a destruição dos direitos trabalhistas não leva a benefícios justificáveis, sequer para os que estão fora do mercado de trabalho, e se a redução dos direitos trabalhistas não permite maior gozo dos direitos econômicos e sociais de todas/os, nem impulsiona a recuperação econômica, tais medidas regressivas não podem ser consideradas respostas admissíveis para a crise econômica ou financeira.

Termino com a última frase. Isso reforça a ideia de que outros fatores estão por trás das reformas de desregulamentação e de destruição das normas de trabalho, como o viés ideológico e as intenções não declaradas de adotar medidas regressivas em matéria de distribuição.

Em resumo, eu fecho assinando embaixo os dois documentos.

Se tudo está sendo empregado no Brasil, como vi na audiência hoje pela manhã, com os trabalhadores rurais, com certeza nós estaremos revogando a Lei Áurea e voltando ao tempo da escravidão. É lamentável, Senadora Gleisi Hoffmann, querida Presidente do nosso Partido, que estejamos vivendo isso. É com muita tristeza.

Espero que amanhã a reforma trabalhista não seja aprovada na Comissão de Economia, mas lembro que ainda temos a Comissão de Assuntos Sociais e a CCJ. Vamos fazer o debate em todas as comissões, destaques, emendas e votos em separado.

Obrigado, Presidenta.



A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Paim, pelo pronunciamento. Irei à tribuna logo mais para falar também do mesmo assunto, mas imediatamente passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, que falará de acordo com o Regimento, levando em consideração que hoje é segunda-feira.

Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr^a Presidenta.

Sr^as e Srs. Senadores, quem nos ouve pela Rádio Senado e nos assiste pela TV Senado, quero dizer que subo a esta tribuna hoje com muita responsabilidade e também alegria. Tive a satisfação e a honra de ser eleita Presidenta do meu Partido, o Partido dos Trabalhadores, um partido de 37 anos, que já ocupou a Presidência da República por quatro mandatos – o último inconcluso – e que é referência da esquerda no Brasil e na América Latina e um dos partidos de esquerda mais reconhecidos do mundo.

É uma grande responsabilidade que eu tenho com a militância do meu Partido e também com a população brasileira. Tenho certeza de que os posicionamentos do PT são fundamentais para os rumos da política brasileira, para a vida do povo e dos trabalhadores e também para as mulheres. É a primeira vez que o PT, Partido dos Trabalhadores, vai ser presidido por uma mulher. Isso mostra o compromisso com a questão de gênero que tem o PT. Em um momento tão difícil para nós mulheres, em que recrudesceu tanto o direito que conquistamos ao longo do tempo, em que nós vemos a sociedade tão machista, tão misógina, inclusive neste Parlamento, inclusive em várias áreas da política, o Partido dos Trabalhadores resolve colocar uma mulher na sua Presidência.

Queria agradecer aqui, de coração, as manifestações que recebi da Senadora Vanessa, da Senadora Ana Amélia, também da Senadora Fátima e do Senador Paim. Agradeço muito as congratulações e também as manifestações para que eu tenha um bom mandato. Espero que este mandato na Presidência do PT possa ajudar outros partidos a também fazerem com que as mulheres possam ter espaços mais decisivos dentro das instituições partidárias, e que isso possa refletir nos espaços políticos que nós temos.

Quero fazer aqui uma saudação muito grande ao Senador Lindbergh Farias, que disputou comigo a Presidência do Partido. O Senador Lindbergh, junto comigo, visitou vários Estados e Municípios, onde fizemos um debate sobre o futuro do PT, sobre o momento que nós estamos vivendo e os nossos desafios. É um Senador combativo, com quem eu tenho muito orgulho de militar nesta Casa e que sempre está à frente das lutas pela defesa do povo. Eu quero deixar aqui o meu reconhecimento de que a caminhada do Senador Lindbergh junto comigo só engrandeceu ainda mais o PT. Tenho certeza de que o que ele pensa e o que ele quer para o Partido é o mesmo que eu penso e o mesmo que eu quero: o fortalecimento do PT para enfrentar o que nós temos que enfrentar na conjuntura nacional brasileira.

Quero também fazer uma saudação ao nosso Presidente, que deixa a Presidência da legenda, Rui Falcão, que, por seis anos – e em um dos momentos mais difíceis por qual passou o PT –, esteve à frente da legenda, junto com a direção nacional, segurando-o em uma situação muito difícil do ponto de vista político. Então, Rui, receba aqui os meus cumprimentos e também todo o meu respeito.



O congresso que nós fizemos agora, nesse final de semana, em Brasília, como disse a Senadora Fátima, reuniu cerca de 600 delegados, mas nós tivemos mais de duas mil pessoas participando do congresso. Foi um congresso totalmente transmitido pelas redes sociais; aliás, com muita gente interagindo, muita gente participando, criticando, elogiando; um processo muito bonito. Eu costumo dizer que o PT é uma espécie de patrimônio nacional: todo mundo tem uma opinião sobre o Partido, principalmente quem não milita nele – seja de esquerda, muitas vezes de direita ou de centro. Estão palpitando sobre a forma como o PT decide suas posições e também como os seus militantes agem. Eu acho que isso é muito bom, é bom para a democracia.

Quero dizer que o 6º Congresso foi aberto em um clima de busca de unidade do PT, um PT que se situa entre um passado denso e recente – governou este País por quatro mandatos, transformou positivamente o País em vários aspectos – e as perspectivas de poder retornar a esse caminho e ser de novo o governo do País, mas agora com experiências já adquiridas, com reveses já sofridos, com avaliações mais elaboradas sobre o que viveu, o que passou e o que fez.

O congresso levou o nome de Dona Marisa Letícia, nossa companheira e companheira do Lula, companheira que faleceu este ano, e eu não tenho dúvidas de que faleceu muito pela pressão que recebeu de uma caça implacável que fizeram ao seu companheiro Lula e à sua família.

Foi um congresso com a cara feminina, com a cara de Dona Marisa, homenageando-a, que também fez um balanço da atuação do PT. Não ficamos só olhando o que tínhamos de fazer e nem ficamos só olhando o passado; mas fizemos um balanço, avaliamos erros, mas não na perspectiva da culpabilização, não na perspectiva do autoaçoite. Analisamos os nossos erros nas perspectivas das lições aprendidas para qualificar o Partido, para propor alternativas mais ousadas para o futuro do Brasil. E o congresso transcorreu num clima muito construtivo e numa base muito forte de unidade política.

Eu ouso dizer, Senadora Fátima e Senadora Regina, que talvez tenha sido um dos poucos congressos que nós tivemos em que a unidade política tática foi muito forte. Nós temos clareza do que tem de ser feito. E, como disse V. Ex^a, Senadora Fátima, o que tem de ser feito é retirar Temer do poder. Não há possibilidade de um Presidente gastar a maior parte do seu tempo se defendendo da Justiça e deixar vácuo, deixar vazio o espaço de poder, quando nós temos 14 milhões de desempregados neste País, nós temos a economia no chão. Quem está olhando pela gestão brasileira? Então, não tem de ficar.

Agora, é um Presidente que tem de ser substituído pelo voto popular para ser legitimado. E não adianta colunistas de plantão, seja da mídia oficial e até alguns colunistas de mídia alternativa, que querem ser mais realistas que o rei, dizerem que o PT não tem posição contrária ao colégio eleitoral ou que a posição contrária ao colégio eleitoral, se o PT não participar, vai ajudar a aprovar um ou outro nome da direita.

Sejamos francos. O colégio eleitoral jamais vai aprovar alguém da esquerda. Jamais vai aprovar alguém da oposição. É só ver qual é esse colégio eleitoral. É um colégio eleitoral que hoje, composto pelo Congresso Nacional, está aprovando as reformas contra o povo. Vocês acham que teria a chance de algum candidato que seja de esquerda, que seja popular ganhar num contexto como esse? É óbvio que não. Então, o que vamos fazer nesse colégio eleitoral? Fazer uma anticandidatura para legitimar esse espaço?

Nós, em 1985, não fomos ao colégio eleitoral para votar em Tancredo Neves para romper uma ditadura, por que iríamos agora para manter um golpe? Então, não há possibilidade. E parem de jogar verde para colher maduro, porque não vai acontecer. Ninguém está autorizado



neste Partido a falar diferente ou articular diferente do que foi definido nesse 6º Congresso. É bom que isto fique claro, alto e bom som: o PT não participará de colégio eleitoral, não dará condições de legitimidade a esse colégio eleitoral, porque quem vai ganhar aqui, se houver colégio eleitoral, vai continuar essas reformas contra o povo brasileiro. E nós não vamos estar contra a nossa população.

Além disso, deixamos claras as nossas posições contra essas reformas nefastas. Falava aqui o Senador Paim sobre a reforma trabalhista: amanhã teremos um embate na Comissão de Assuntos Econômicos. E eu espero que não venha um outro golpe desta Casa, pois eu já começo a ler pelos jornais que o Senador Romero Jucá, que é Relator na Comissão de Constituição e Justiça, não vai deixar discutir o projeto na Comissão de Constituição e Justiça e vai trazer o seu parecer aqui para o Plenário.

Se ele quiser comprar confusão, se o Governo achar que está bem para comprar confusão, faça isto: traga para o Plenário, porque aí vocês vão ver a confusão que vai ser. Ou respeitem a tramitação na Casa, e nós fazemos o debate, a discussão – e tenho certeza de que temos votos, inclusive, para barrar esse projeto ou para emendá-lo –, ou nós vamos fazer confusão, porque não vão tirar na mão grande, não, o direito do povo trabalhador. Nós estamos aqui para isso.

E a outra decisão importante desse congresso é que tenhamos uma Constituinte para fazer as verdadeiras reformas de que o povo precisa. E não essas que estão fazendo, desmontando a Constituição Federal.

Então, acho que o congresso foi muito importante neste sentido – e quero deixar claro aqui: não há possibilidade nenhuma – nenhuma – de fazer conversação ou aliança com este Governo golpista. Esses golpistas não hesitaram quando era para tirar a Presidenta Dilma. E nos sabotaram, sabotaram o nosso País, sabotaram o povo brasileiro, pararam o Brasil, levaram pânico às pessoas, venderam informações erradas de que o Brasil estava numa convulsão. Hoje nós estamos; hoje nós estamos numa situação crítica. Nós não vamos ter geração de emprego, a economia está caindo, e eles estão preocupados em salvar a própria pele.

Quero dizer, de forma clara e cristalina, que nós não coadunamos com este Governo, um Governo que defende um PIB de 1%, que não tem base sustentável, que é feito pela exportação do agronegócio. É importante o agronegócio exportar, mas isso não se sustenta no próximo trimestre, no próximo ano. Já baixaram a previsão de crescimento do Brasil para 0,3% este ano. Aonde nós vamos chegar? Um País que está não só em recessão, mas também está em depressão. Fizeram um jogo de vale-tudo para tirar a Presidenta Dilma e agora estão na situação em que estão.

É uma associação clara entre o sistema financeiro, as grandes empresas, uma aristocracia do poder público que ganha muito e não quer abrir mão dos seus benefícios – e que está encrustada principalmente no Poder Judiciário, no Ministério Público e nos cargos de alta remuneração do serviço público – e a mídia, que é o braço operativo desse golpe, que, dia após dia, fica dizendo às pessoas e ao País o que têm que fazer. Agora está lá entre defender Temer para continuar as reformas ou retirá-lo para continuar as reformas. Quer parir um candidato e não consegue.

A direita deste País não teve competência sequer para tem um candidato para disputar no colégio eleitoral. Não têm nome que agregue; que dirá para disputar uma eleição direta. Por isso que querem indireta e não querem eleições diretas. E é por isso que sistematicamente estão em cima do Presidente Lula. O que fazem com o Lula não tem paralelos neste País. É uma coisa abominável. É um julgamento e uma condenação sem processo legal.



Na guerra, quando você quer destruir o inimigo, você mata o inimigo. É assim que funciona numa guerra. No Estado de *low fare*, como nós estamos vivendo, em que o jurídico, os instrumentos jurídicos, judiciais são utilizados como instrumentos de guerra, você acaba, destrói o direito civil de existir, a razão de falar da pessoa; desmoraliza. E é isso que querem fazer com o Presidente Lula. Sem ter prova, sem poder condenar, dia após dia, há um fato para que ele possa ir para os jornais e ser desmoralizado. Estão tirando a condição de cidadania do Presidente. Para quê? Para impedir que ele seja candidato a Presidente da República. Por quê? Porque, se ele for candidato, Senadora Fátima, o Presidente Lula tem grandes chances de ganhar. É o único que aparece na frente das pesquisas. E sabe por que ele tem grandes chances de ganhar? Porque fez muito por este País, entregou um legado a este País.

Em 500 anos de história do País, eu desafio qualquer um a subir a esta tribuna e me dizer qual foi o governo melhor do que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Qual governo gerou mais empregos? Qual governo distribuiu mais renda? Qual governo fez mais pela educação? Qual governo fez mais pela habitação? Qual governo fez mais para os trabalhadores e para os pobres deste País? Nenhum, Senadora Fátima. Podemos ter tido governos populares, como o de Getúlio, o de Jango, mas nenhum fez tanto como o de Lula. E é por isso que não querem deixar Lula concorrer.

Agora, nós temos que dizer aqui, em alto e bom som: se impedirem Lula de concorrer em 2018, ou mesmo em 2017 – se houver eleição e for eleição direta –, não vai ser uma eleição democrática, vai ser uma fraude, porque aí é uma eleição com cartas marcadas. Por isso, esse congresso também deixou claro isto: que o impedimento de Lula para concorrer à eleição é uma fraude no processo democrático.

Se nós queremos democracia, definam os candidatos. Rede Globo pode definir candidato, Rede Record, qualquer uma; a mídia como um todo pode definir seu candidato, a direita define um candidato, os empresários definem outro, os banqueiros definem outro, e vamos para as ruas. Vamos para as ruas disputar os votos, disputar o que foi feito neste País, falar de legados e falar de futuro. É isso que nós queremos, esse direito, e, de preferência, que as eleições de 2018 sejam antecipadas, porque foi essa a resolução que foi aprovada também.

Nós queremos fazer eleição para todo mundo, Senador Acir. Temos que fazer eleição para Senador, para Deputado, para governador, para deputado estadual, para Presidente. O povo precisa ir às urnas para eleger seus representantes. Nós estamos na maior crise política e institucional deste País. Não vai ser um acordo de cúpula, feito por este Congresso Nacional, que vai tirar o País da sua crise. Nós precisamos da legitimidade do voto popular.

A Srª Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Senadora, concede-me um aparte?

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Concedo um aparte à Senadora Regina, e depois ao Senador Acir Gurgacz.

A Srª Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senadora. Primeiro, quero parabenizá-la pela eleição para Presidência do PT. O PT não podia estar em melhores mãos. E quero dizer que estamos juntas, porque a gente sabe...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada.

A Srª Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – ... que o Presidente não conduz sozinho.



A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Com certeza.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – E, com certeza, vai precisar de todas nós, de todos nós do Partido para conduzir o PT nesse período. Também quero me congratular pela forma como aconteceu o congresso. Muita gente esperava muito transtorno, muita briga; e foi um congresso muito bonito, com discussão de alto nível; um congresso com muito debate; não foi aquela correria de estar vendo quem ganha e quem perde. Então, o PT está de parabéns pelo congresso que realizou e por ter escolhido a senhora para presidi-lo. Mas eu quero tocar no assunto que V. Ex^a estava falando aí: a questão do que está acontecendo hoje. É impressionante o barulho que foi feito para derrubar a Dilma aqui nas duas Casas. Ficavam procurando qualquer coisa, qualquer pequena coisa para transformar numa grande coisa com a ajuda da mídia. Criaram crimes que a Dilma cometeu, que até hoje nós não encontramos, não foram confirmados como crime. Em contraposição, há o silêncio ensurdecedor do que está acontecendo com o Sr. Temer e com o Sr. Aécio Neves.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Isso aí.

A Sr^a Regina Sousa (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Se formos comparar dimensões, não tem comparação a dimensão do que eles fizeram em relação ao que dizem que a Dilma fez. Então, na verdade, está se revelando para que foi feito aquilo. Foi uma encomenda, para cumprir uma encomenda, para entregar uma encomenda prometida, porque, se fosse contra a corrupção, se fosse pensando no bem deste País, estariam todos e todas denunciando o Governo que está aí, pedindo para ele sair, aconselhando, já que são Base, porque ele não tem mais nada para fazer ali onde ele está. Está agonizante, e ninguém, nem os seus pares tem coragem de conversar com ele para apontar uma saída honrosa para ele, a melhor saída, porque ele vai sair de alguma forma. Então, eu fiz essa intervenção mais para mostrar essa diferença de postura. Eu acho que quem está defendendo alguma coisa correta tem que defender em qualquer circunstância. E a gente não vê as pessoas que acusaram Dilma reconhecerem hoje o que está acontecendo com o Temer e com o Aécio Neves. O Aécio, então, é a maior decepção – até para mim, confesso –, porque aquele linguajar que ele usa é linguajar de mafioso; um linguajar chulo, completamente diferente do discurso elegante que fazia aqui, de uma hora, com 20 apartes, cada um elogiando mais. Era um discurso elegante. Aí revela-se aquilo que se revela naquelas gravações. É de envergonhar o País, alguém que queria dirigir este País e foi apoiado por muita gente e ainda é, por muita gente. Muito obrigada, Senadora.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Eu que agradeço, Senadora Regina. E V. Ex^a tem toda a razão, a diferença de tratamento é descomunal.

Concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Senadora Gleisi, para cumprimentar pela eleição no PT, pela sua ascensão à presidência.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR)

– Muito obrigada.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos. Capacidade não lhe falta para comandar esse Partido que é tão importante na história do nosso País. Tenho certeza de que o Partido dos Trabalhadores está em boas mãos. E



vamos em frente. Eu ouvi V. Ex^a atentamente com relação às eleições. Eu já defendia, na semana passada, que nós precisaríamos antecipar as eleições de 18 para 17. Nós sabemos que a Constituição diz claramente que as eleições são indiretas, mas a política neste momento nos coloca numa situação bastante delicada em função da descrença de toda a população brasileira com os políticos brasileiros. Uma eleição indireta neste momento seria realmente quase que uma traição para a população.

(Soa a campainha.)

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Na minha avaliação, se algo acontecer com o Presidente que aí está, a única alternativa são as eleições diretas. Não podemos fazer de outra forma. E o ideal é antecipar as eleições todas de 18 para 17. Isso seria um gesto de grandeza dos políticos brasileiros.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Com certeza.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Entendo que é a solução para a gente virar a página de toda essa história de *impeachment* que aconteceu, do debate que está acontecendo. A grandeza da parte política seria reconhecida se houvesse essa antecipação para todos os cargos, para aqueles que irão disputar as eleições em 18, que deveriam ser agora em 17. Não há outro caminho para o Brasil senão as eleições diretas. Meus cumprimentos mais uma vez, Senadora Gleisi.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Acir Gurgacz.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Gleisi, mais uma vez quero aqui destacar uma das mais importantes resoluções que o Partido tirou no seu congresso, que mostrou grande unidade no que diz respeito a reafirmar a luta em defesa das diretas. Como V. Ex^a aqui já mencionou, o congresso, por unanimidade, colocou claramente que, na possibilidade da escolha do novo Presidente se dar pelo colégio eleitoral, as Bancadas do PT aqui nesta Casa e na Câmara dos Deputados se colocarão frontalmente contrárias – portanto, boicotando o colégio eleitoral e refirmando mais uma vez o compromisso profundo do PT com a democracia e com a soberania do voto popular. No mais, quero mais uma vez dizer da nossa alegria...

(Soa a campainha.)

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... de ver V. Ex^a como a primeira mulher a presidir o nosso Partido. Eu não tenho nenhuma dúvida, Senadora Gleisi, de que V. Ex^a, junto com o conjunto do Partido, estará à altura dos desafios que estão colocados para o nosso Partido neste presente momento.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senadora Fátima. Também agradeço ao Senador Acir Gurgacz.

E, para encerrar, quero dizer aqui aos Srs. Senadores, às Sr^as Senadoras e a quem nos ouve e acompanha em todo o Brasil que o PT que saiu desse congresso é um PT muito comprometido com a radicalização da democracia, com o empoderamento da sua militância; comprometido em fazer alianças com os setores progressistas e populares de esquerda na sociedade e, sobretudo, em lutar ao lado dos movimentos sociais contra as reformas. É um Partido comprometido com a luta das mulheres, com a luta dos jovens, com a luta dos negros e negras, dos indígenas, da população



LGBT. É um Partido comprometido com a justiça social, um partido de luta ao lado dos trabalhadores.

Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – A Mesa cumprimenta a Senadora pelo seu pronunciamento.

Dando continuidade aos nossos trabalhos, eu convido para fazer uso da palavra como oradora inscrita, visto que houve uma troca, a Senadora Ana Amélia. Na sequência, após a Senadora Ana Amélia, falarei para uma comunicação inadiável, e, posteriormente, o Senador Acir. Na sequência, a Senadora Fátima e, posteriormente, se não chegar nenhum orador inscrito, a Senadora Regina.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente desta sessão, Senadora Vanessa Grazziotin, caras colegas Senadoras, Senadores, nossos telespectadores da TV Senado e ouvintes da Rádio Senado, como se já não bastassem os nossos sobressaltos a cada dia pela crise política que se agrava, nós também estamos vivendo, na Região Nordeste e na Região Sul do Brasil, especialmente no meu Estado, fenômenos climáticos com chuvas em excesso, que estão causando vários danos. Felizmente, não temos, no caso do Rio Grande do Sul, nenhum registro de mortes, mas a chuva está deixando quase 5 mil pessoas fora de casa, desabrigadas pelo excesso de chuvas.

O número de Municípios já está em 125. São 125 Municípios do Rio Grande do Sul com estragos em razão do mau tempo e, desses, 52, pelo menos, já decretaram situação de emergência. O número de pessoas desabrigadas em razão das chuvas está continuando no Estado, e as previsões da meteorologia continuam se agravando. Na sexta-feira, 122 Municípios registravam problemas graves, com prejuízos. O número aumentou para 124 no sábado e chegou a 125 no domingo. Desses, 49 já haviam decretado situação de emergência na sexta-feira. Até as 17h de ontem, mais três Municípios fizeram o mesmo. A cheia do Rio Ibicuí, por exemplo, interditou uma ponte importante, que liga Uruguaiana a Itaqui, na BR-472, na fronteira oeste. O trecho da rodovia na altura do quilômetro 415 foi bloqueado nos dois sentidos por motivo de segurança.

Já solicitamos ao Ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, uma audiência com o Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul, Luciano Pinto, também com o futuro presidente, que vai assumir no início de julho, Salmo Dias, e com autoridades municipais para tratar de liberação emergencial dos recursos da Defesa Civil para atender a essa emergência e à gravidade da situação que, lamentavelmente, tenderá a tornar-se mais séria, porque a previsão da meteorologia é de que, pelo menos até meados deste mês de junho, as chuvas continuarão muito intensas no Rio Grande do Sul.

Uma notícia alvissareira é que foi aberto, enfim – estava previsto para o mês de março –, o Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre, na capital gaúcha, para atender à Região Sul do Brasil. Ficamos muito satisfeitos. Eu vinha acompanhando essa demanda muito importante, porque isso faz com que os gaúchos e catarinenses não precisem vir a Brasília, ou a São Paulo, ou ao Rio de Janeiro para fazer o visto no passaporte daquelas pessoas que querem viajar para os Estados Unidos.

Inicialmente, no dia 7, serão atendidos, preferencialmente, cidadãos americanos que precisem dessas questões relacionadas a serviços consulares, e, no dia 08, será o atendimento geral para brasileiros e estrangeiros que estejam recorrendo ao Consulado para os vistos nas viagens, especialmente agora, no mês de julho, que é o período de férias.



Essa inauguração tem um sentido importante das relações diplomáticas e consulares entre os Estados Unidos, um grande parceiro comercial e cultural, e o Brasil, em especial no Rio Grande do Sul, que, talvez, por ter fronteira com dois países – Uruguai e Argentina –, tenha uma vocação cosmopolita de um relacionamento integracionista com outros países, Senadora Vanessa Grazziotin e caro Senador Acir Gurgacz.

Chama-me a atenção um detalhe relevante dos cálculos feitos pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação, que volta a mostrar que nós brasileiros trabalhamos 153 dias em 2017, até sexta-feira, para pagar impostos. Cento e cinquenta e três dias para pagar impostos! O levantamento mostra que a corrupção consumiu 29 dias de trabalho dos brasileiros, para pagar a corrupção. O Brasil segue na oitava posição de cobrança de percentual de carga tributária, atrás apenas da Noruega, num *ranking* que compara 27 países. Comparar com a Noruega parece até uma brincadeira, uma ironia, porque esse país escandinavo tem serviços que são coerentes com o imposto cobrado – em matéria de educação, de saúde, de segurança, de infraestrutura, enfim, de todos os serviços que o setor público deve oferecer ao cidadão, que paga muito imposto. No Brasil, é o contrário. Nós pagamos muito imposto, mas, além dos impostos que pagamos, ainda temos, na questão de saúde – se não quisermos ir para a longa fila do SUS ou para a falta de internamento hospitalar –, de ter um plano de saúde.

Mas também não podemos contar com a segurança, porque é deficitária das polícias. Aí, nós contratamos uma segurança privada. Nas escolas, não havendo vaga no setor público, os pais botam os filhos em escolas particulares. Ou seja, além da carga tributária excessiva, não está contabilizado aqui o custo adicional que o brasileiro tem para a sua manutenção, para ter os serviços. Então, ele paga duas vezes: ele paga um imposto para ter saúde, educação e segurança, mas ele não recebe. Então, ele paga de novo a contratação desse serviço. É essa a situação em que estamos.

Por isso eu queria, Senador Acir Gurgacz, saudar uma campanha que a Fecomércio, a federação das empresas de comércio do Rio Grande do Sul, liderada por Luiz Carlos Bohn, começa hoje, que é a defesa da boa aplicação dos recursos arrecadados com os impostos. É uma iniciativa, eu penso, oportuna. E isso significa dizer maior transparência na gestão pública, para que o cidadão saiba onde o dinheiro que ele entrega para o Governo, sob a forma de impostos ou contribuições, está sendo empregado – onde e como; onde e como.

Num levantamento sobre a questão dos gastos mal feitos – e aí há exatamente a porta aberta, a janela escancarada para a corrupção –, eu já abordei isso na semana passada, aqui nesta mesma tribuna, desde a década de 70, só nas obras de infraestrutura – estradas, ferrovias, portos, aeroportos, transposição do São Francisco, usinas e refinarias de petróleo – a corrupção levou entre 17% e 35% de tudo que o Governo pagou; 17% a 35%. É muito dinheiro, Senador. E aí, realmente, imagina o que daria para fazer com essa dinheirama toda. Daria para pagar muita coisa que está faltando para os brasileiros, especialmente para as camadas mais pobres da população, porque são as que mais pagam impostos.

Aqui eu tenho um dado relevante: na faixa mensal de rendimento de 3 mil a 10 mil, que é a classe média, o peso dos tributos é maior, comprometendo 44,54% da renda dessa classe média. Na faixa mais alta – vejam só, olhem a injustiça tributária fiscal –, de rendimento mensal acima de 10 mil, a mordida é menor, ainda alta, mas 42,6%. Então de fato isso é um problema que afeta também a classe média. Aliás, em relação a isso, eu fiz um projeto, porque nós também, além do fato de o contribuinte pagar um peso muito grande, uma carga tributária muito pesada, e de não



termos de volta os serviços compatíveis com o que nós pagamos, também há uma outra injustiça social: ele não está corrigindo a tabela do Imposto de Renda para efeito de restituição do Imposto de Renda e também para o efeito do próprio pagamento do Imposto de Renda.

A Receita Federal recebeu 28,5 milhões de declarações neste ano de 2017 e, mais uma vez, não houve correção da tabela, acumulando uma defasagem de 83% nos últimos 20 anos. É uma forma também indireta, claro, de aumentar os impostos sobre a pessoa física, especialmente.

Eu queria lembrar também que existe um projeto de minha autoria, o PLS 2, de 2014, que apresentei, propondo a correção monetária anual da tabela progressiva do Imposto de Renda da Pessoa Física e das deduções aplicáveis à base do cálculo desse tributo. Isso acabaria com a defasagem ocorrida, evitando aumento da já excessiva carga tributária. O assunto, esse projeto está no momento na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), sob a relatoria da Senadora Gleisi Hoffmann e estamos aguardando aí a definição deste projeto.

Como eu vinha falando sobre a questão do impacto da corrupção sobre aquela mão invisível, a mão boba invisível – não é muito boba, não, porque boba não faz essas coisas; é de gente muito esperta, de ladravazes, que passam a mão no dinheiro público; então, é mais do que a mão invisível, porque ela está agindo sob as sombras, por debaixo dos tapetes –, o dinheiro que se poderia transferir para as escolas e para os hospitais, como eu disse, se esse dinheiro fosse devolvido ao seu verdadeiro dono, que é o povo, garantiria mais do que um salário mínimo para cada brasileiro, só com aquela roubalheira que foi feita e que chegou a 35% desde 1970 até agora. Em obras, os R\$300 bilhões dariam para multiplicar por quatro as linhas de metrô só em São Paulo e no Rio de Janeiro, para levar água e esgoto tratado para todos os brasileiros e para colocar 8 milhões de crianças menores de quatro anos em creches a que elas não têm acesso hoje. Com o troco, seria possível construir 71 mil UPAs e comprar 820 mil ambulâncias. Se o dinheiro desviado desde 1970 tivesse ido para uma poupança, já teríamos aí garantidos R\$2,1 trilhões na conta, um terço de todas as riquezas produzidas no País durante o ano.

A reportagem do Fantástico deste último domingo mostrou também o superfaturamento de até 158% em obras em contratos com prejuízos de mais de R\$1,3 bilhão. A obra da Refinaria Abreu e Lima, por exemplo, começou custando R\$10 bilhões e já consumiu, já queimou R\$66,5 bilhões. Nos 18 maiores projetos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o custo desde o início das obras subiu 136%, diferença de R\$165 bilhões. Para onde vai toda essa dinheirama? O prazo para a conclusão da obra subiu R\$132%. Das 18 só 3 foram até agora concluídas.

Há um exemplo também mostrado ontem no Fantástico: a Ferrovia Norte-Sul, o trecho entre Anápolis, em Goiás, até Palmas, no Tocantins. Vejam o grau de falta de planejamento e irresponsabilidade de governança. Inaugurada pela então Presidente, em 2014, ano da campanha da reeleição, a ferrovia está há três anos sem uso, Senador. Está há três anos sem uso uma ferrovia relevante e importante. Ela está pronta, mas não passa trem nela; ela está lá, abandonada. Ainda não foi tomada a decisão sobre quem vai operar, se é o setor público ou o setor privado. E o investimento foi de R\$8 bilhões; o prejuízo, segundo especialistas, somente na economia do frete, é de R\$1 bilhão por ano. Empresas chegaram a se instalar às margens da ferrovia com dinheiro privado, porém pagam um preço pela ineficiência do setor público.

No fim da matéria mostrada ontem pelo Fantástico, o Presidente da Transparência Internacional, uma organização que atua no combate à corrupção, José Ugaz, lembrou que o cidadão pode contribuir para mudar essa triste realidade com o poder do voto.



E é o que eu sempre tenho dito, porque, na verdade, o Congresso aqui não veio sozinho, não veio pelas suas próprias pernas; cada Senador, cada Senadora chegou aqui pelo voto popular. A mesma coisa é na Câmara dos Deputados. Portanto, a responsabilidade do eleitor em 2018 está aumentada, porque ele precisa olhar com lupa em quem está votando. Não se trata de escolher o mais simpático, o mais amigo, o amigo do amigo ou compadre. Não! Ele tem que escolher pessoas cuja ficha limpa ele possa olhar. Ele também tem que olhar o que a pessoa fez, o que a pessoa faz e o que a pessoa poderá fazer se for eleita ou se merecer o voto do eleitor.

Aliás, já que estamos falando de voto, eu queria lembrar também que foi dito aqui que será uma violência se o ex-Presidente Lula não puder ser candidato. Se ele não puder ser candidato pela via da Justiça, não há movimento que se possa fazer, porque não é um ato político, é um ato jurídico, e, no Estado democrático de direito, nós temos que respeitar as decisões da Justiça. Senão, não precisaríamos ter Justiça. Para que Justiça se nós defendemos que os nossos não têm defeitos, que os nossos aliados não têm pecado, que os nossos aliados não cometem crimes?

Eu quero dizer de novo: a régua moral que usamos tem que ser a mesma. A mesma régua que usei para cassar o mandato do Senador Demóstenes eu usei para cassar o mandato do Senador Delcídio do Amaral; e, se vier aqui um pedido de cassação do mandato do Senador Aécio Neves, usarei a mesma régua. Mesmo eu tendo apoiado o Senador em 2014 para Presidente da República, hoje eu tenho este compromisso, porque não tinha conhecimento das coisas que foram denunciadas. E tem ele o direito, perante a Justiça e o Estado democrático de direito, da ampla defesa. Se puder provar a sua inocência, muito bem; se não puder, tem que pagar pelos seus erros. É simples assim, Senador. Não há conversa. Não há outra forma de ver as coisas a não ser com essa clareza, a despeito da relação pessoal que temos com as pessoas ou envolvidas ou denunciadas ou sob investigação. É essa forma, Senador. Não há outro jeito. E é exatamente por isso que a sociedade olha e mira esta Casa e faz a seleção. Ela entende quem aqui está devendo, quem não está devendo e ela própria faz essa seleção. Então, não há nenhuma conversa. Não há o que tratar de diferença entre o ex-Presidente Lula e o Senador Aécio. Não há nenhuma diferença. Nenhum é melhor que o outro do ponto de vista político ou do ponto de vista das denúncias.

Quem desconhece as obras todas, os projetos sociais feitos por Lula? Bolsa Família? Não desconheço. A sabedoria dele de ter mantido as regras dos contratos econômicos quando assinou a Carta dos Brasileiros em 2000 foi um ato de inteligência para dar segurança ao País. Foi um ato de inteligência de Lula ter coragem de indicar Henrique Meirelles para presidir o Banco Central. Agora tudo isso não justifica que se dê a ele salvaguarda para cometer crime, para fazer caixa dois, para ter dinheiro lá fora. Isso não lhe dá autoridade para agir assim, não lhe dá nem cobertura, nem salvaguarda, nem alvará, nenhum, assim como Aécio Neves ter sido um grande Governador em Minas Gerais não dá a ele o direito de cometer os erros que cometeu e denunciados agora. Não pode. É tudo a mesma forma de entender e interpretar. Nós não temos que ter aqui essa complacência. E é muito triste.

Eu quero encerrar, Senador Acir, lembrando que eu tenho dito aqui: muita gente condena a Lava Jato, porque está nas mãos da Justiça, de um jovem juiz lá de Curitiba, Sergio Moro, de um promotor rigoroso que, às vezes, comete algum deslize... Nós não entendemos e a sociedade até agora não entendeu o prêmio que foi concedido a Joesley, aos irmãos Batista nessa delação premiadíssima, um grande prêmio, em que ele saiu daqui livre, leve e solto, gozando da cara dos brasileiros, com o dinheiro do BNDES, da Caixa Federal, lesando os fundos de pensão, com dinheiro do FGTS dos trabalhadores. Foi R\$1 bilhão, Senador. E tudo isso não é problema? Isso



não é problema? Lesar as pessoas que trabalham no Banco do Brasil, na Caixa Federal, no Postalis, no Petros, porque o dinheiro é dos fundos de pensão? E agora esses servidores que pagam para ter uma aposentadoria suplementar vão ter que trabalhar mais tempo, para poder equilibrar a situação do desastre da gestão feita nesses fundos de pensão, com o dinheiro dos trabalhadores, não só daqueles que são funcionários dessas empresas de participação estatal, de economia mista, mas com o dinheiro do Fundo de Garantia dos trabalhadores, que dizem defender. Nós temos que ter clareza, quando falamos dessas coisas. Não há outra forma de ver isso. O que tenho dito é o seguinte: entendo a Operação Lava Jato como um grande momento de, com o rigor da lei, passar este País a limpo. Não há como nós fugirmos desse grande desafio.

Por isso, felizmente, apesar da crise, espero que o TSE faça esse julgamento nesta semana. Nós não podemos ficar agonizando. Seja qual for o desfecho, cassação ou manutenção do Presidente que está em vigor, seja qual for o desfecho, esse desfecho precisa ser dado. Eu não estou defendendo nada...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... nem "sim", nem "não", Senador. A questão é não prorrogar essa agonia para a economia brasileira, que estava saindo do poço. E agora nós, de novo, estamos diante de um cenário de incertezas, de falta de credibilidade, de falta de confiança. O que vai acontecer amanhã? Ninguém sabe. E é exatamente por isso que a sinalização da Justiça poderá ser, terminando nesta semana o julgamento... Há todos os direitos de recursos, tudo, mas, numa circunstância como a que nós estamos vivendo, prestaria um bom serviço ao País o julgamento. Não interessa o mérito, mas o julgamento em si.

Eu quero dizer que a Operação Lava Jato vai, sim, representar não só um divisor de águas entre a impunidade e um País mais limpo e mais transparente, mas vai também projetar o Brasil perante a comunidade internacional como verdadeiramente um País sério, que é capaz, sim, de manter a democracia e as suas instituições fortes, a despeito da crise política que está vivendo com agudeza. Por conta de quê? De uma excessiva corrupção e de uma falta de transparência, de uma falta de auditoria e de uma falta de controle – a boa governança.

E talvez nós tenhamos que sair dessa crise pensando muito mais no legado que vamos deixar para os nossos netos, filhos e não pensando no que temos que fazer na eleição de 2018. Nessa, a responsabilidade do eleitor é fazer uma seleção rigorosa e criteriosa, para trazer para cá pessoas que estejam comprometidas não com o dinheiro, mas que estejam comprometidas com o interesse público.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, a Sr. Vanessa Grazziotin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Ana Amélia, pelo seu pronunciamento, sempre muito bem equilibrado e colocando as coisas como acontecem em nosso País.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Passo a palavra agora à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, do



Amazonas. V. Ex^a tem cinco minutos. Acho que é suficiente para a senhora fazer o seu pronunciamento, não é, Senadora Vanessa?

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Brincadeira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}s Senadoras, eu, de igual forma, venho a esta tribuna, para, mais uma vez, dialogar a respeito da situação grave, da crise grave pela qual passa o País.

Na semana passada, este Governo Michel Temer tentou comemorar e dizer que havia uma sinalização de que tinha ficado para trás a recessão, Senadora Regina, que agora o Brasil voltava aos trilhos, que a nossa economia voltava a crescer.

Apesar do desempenho do crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre, o que não deverá se repetir nos próximos... Por uma avaliação de todos os economistas de todas as correntes da economia, dificilmente aquele desempenho se repetirá nos próximos trimestres, muito por conta desse agravamento da crise política em que mais uma vez o Brasil volta a vivenciar e a enfrentar. Dificilmente haverá ambiente para a abertura de novos investimentos. Apesar do índice de crescimento de 1% do PIB no primeiro trimestre deste ano, os dados mostram que somente a agropecuária, a produção primária, e as exportações contribuíram para esse número positivo. Quanto à economia interna, quanto à produção interna, quanto ao mercado interno, quanto à economia das famílias, o resultado foi pior do que o esperado, porque houve, de fato, um decréscimo na economia familiar, um decréscimo na própria produção, o que é extremamente negativo, Sr. Presidente.

Além disso, o Brasil – e os noticiários são a prova disso –, já há alguns dias, particularmente desde o momento, Senador Telmário, em que se revelou a gravação do Senhor Michel Temer com um dos sócios proprietários da Friboi, da JBS, da qual falava aqui a Senadora Ana Amélia... E quero dizer que tenho concordância absoluta e plena com a Senadora, porque, por mais que o acordo tenha sido importante, por mais que a delação tenha sido importante, fundamental e imprescindível, o que não foi importante, na minha concepção, foram os termos da negociação, ou seja, manter sem nenhuma condenação pessoas e grupos que cometem tão graves crimes que em nada diferem, inclusive, dos anteriores. Aí disseram: "Não, é porque ele compareceu por livre e espontânea vontade". Pode até ser, mas, pelo que tudo indica e pelo que estamos tomando conhecimento, o Ministério Público e a própria Polícia Federal já haviam levantado elementos significativos, que mostravam o envolvimento nesses desmandos praticados pela JBS. Enfim, desde a hora em que vieram a público aquelas gravações, que vieram a público as suspeitas envolvendo não apenas assessores do Presidente, mas o próprio Presidente, com provas tão contundentes – malas e mais malas de R\$500 mil, de R\$1 milhão –, o que levou ao afastamento pelo Supremo Tribunal Federal de suas funções de um Senador da República e à prisão, no último sábado, de um ex-Deputado Federal, que, antes de assumir o cargo de Deputado Federal, visto ser ele suplente, era o assessor mais próximo do Presidente Michel Temer... E ele foi preso por conta de que as provas foram muito contundentes.

O Brasil inteiro assistiu a ele recebendo, carregando... Aliás, carregando, não: correndo com uma mala cheia de dinheiro, dinheiro possivelmente de propina.

Então, esse ambiente vem piorando a situação do Governo e vem piorando também a situação econômica.



E nós podemos lembrar, Senador Acir, que V. Ex^a, que esteve na resistência junto conosco – aliás, eu o cumprimento muito por isso –, sabia, desde aquela hora, que o problema que nós vivíamos no Brasil era um problema político, e não um problema jurídico, de crime. E nós apontávamos outro caminho desde aquela hora, desde aquele momento. "Se não há condições mais de governabilidade da Presidenta Dilma, então vamos fazer eleições diretas." Os críticos de hoje criticam essa saída porque dizem que o tempo é muito curto. E, àquela época? Por que não abraçaram essa saída? E nós sabíamos que isso iria acontecer. Tudo que eles diziam – crise econômica, corrupção –, nós sabíamos que isso atingiria, de forma muito mais forte, o Governo que estava entrando. E está aí. Está dito. Está aí. Está atingindo, com muito mais força do que foi atingida a Presidenta Dilma. Aliás, não havia, em relação a ela, à época, nenhum processo. O que existe são investigações sobre condutas eleitorais, sobre financiamento de campanha, mas nada que se compare às denúncias que pesam sobre o Sr. Michel Temer. Absolutamente nada.

Então, enquanto tudo isso acontece, o Presidente, em vez de dizer à Nação brasileira: "O Brasil é muito maior do que eu; o Brasil é muito maior do que os interesses políticos do meu grupo..." E eu digo interesses políticos do grupo, e não do seu Partido, porque nós sabemos já que há diferenças dentro do próprio Partido do Governo. Há diferenças dentro do próprio PMDB, porque existem Parlamentares, dirigentes, Senadores, Deputados do PMDB que já falam das eleições diretas como a única saída.

Mas ele tenta. Viaja duas vezes, em menos de doze horas, a São Paulo – vem e volta, vem e volta... Para quê? Para dialogar com os partidos, dialogar com os advogados... Na busca de quê? De uma sobrevida para si. Não seria muito mais fácil ele deixar aquela cadeira e nós resolvemos os problemas do Brasil? Vamos fazer eleições diretas. Eu vou já usar o exemplo do meu Estado do Amazonas – já uso esse exemplo. Mas, não: ele busca a sua salvação. Primeiro, a garantia de que os partidos não desembarquem, visto que já é iminente o desembarque de uma parte significativa também do PSDB, além do descontentamento de outra parte significativa do seu próprio Partido, o PMDB. Então, ele tenta superar. E tenta superar como? Renomeando pessoas, nomeando pessoas, usando instrumentos que não são instrumentos legítimos, Sr. Presidente.

Nós vivemos esse exemplo. Lá, no Estado do Amazonas, amanhecemos um belo dia com a demissão da ex-superintendente da Suframa, a ex-Deputada Rebecca Garcia. E o Presidente não se preocupou em perguntar ao setor produtivo, aos empregados, aos trabalhadores do Amazonas qual era o desempenho da Suframa, se estava bem a administração, se não estava. Eu não sou correligionária, já disse. Sua nomeação não teve absolutamente nada a ver comigo. Mas, como eu trabalhei muito próxima à Suframa, no debate da Medida Provisória 757, eu vi a dedicação da superintendente, a dedicação dos superintendentes adjuntos em relação à Suframa. Eu vi como havia um compasso importante entre o setor industrial, comercial, produtivo e dos trabalhadores.

Mas, não: por uma questão política, inclusive para atingir o Senador Eduardo Braga, demitiu-se imediatamente.

V. Ex^a me solicita para comunicar. Com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Comunico a presença dos alunos da Escola da Vila, de ensino médio, de São Paulo. Sejam todos bem-vindos ao Senado, à nossa Casa, à casa de vocês.

Sejam bem-vindos!

Obrigado, Senadora Vanessa.



A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito bem-vindos.

Então, Sr. Presidente, o que a gente percebe é exatamente esse movimento. Esse é o único movimento do Sr. Michel Temer. O único.

Se, na época em que ele era Vice-Presidente da República, de fato ele tivesse contribuído com o Governo junto ao qual ele foi eleito, para que superássemos a crise, talvez tivéssemos superado a crise ali. Não digo exatamente com a manutenção da Presidente Dilma, mas quem sabe com eleições diretas naquele momento, naquele ano, em 2016 ainda, visto que ela, Senadora Fátima – Dilma –, foi quem disse: "Olha, eu fui eleita por quatro anos, mas, em nome do meu País, eu estou disposta a abrir mão de parte significativa do meu mandato e chamar a população, para que a população resolva o problema, elegendo um novo Presidente." Enfim...

Mas se nem naquela altura ele teve essa dignidade, muito menos está tendo dignidade agora.

E esta semana não se fala noutra coisa, Senador Telmário – e na sequência eu concedo um aparte a V. Ex^a –, senão no julgamento, amanhã, por parte do Tribunal Superior Eleitoral, da chapa Dilma-Temer. Aliás, o julgamento, apesar de ser da chapa Dilma-Temer, pouco afetará a Presidente, que já foi vítima de uma condenação ilegítima, de uma condenação injusta. E muito se fala do Presidente Temer – e eu aqui repito –, que não faz outra coisa senão se utilizar do cargo, para tentar orientar a decisão que virá a partir de amanhã, com o início do julgamento no TSE.

E eu digo o seguinte: se olharmos a jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral, nós podemos, com toda convicção e certeza, qualquer pessoa, qualquer jovem estudante de Direito que queira seguir a área eleitoral, dizer aqui: não há precedente. Não há precedente que justifique a separação da chapa.

E eu não quero voltar aos primórdios do passado. Eu quero voltar ao que aconteceu agora. Aliás, está acontecendo, porque um recurso já foi impetrado e negado. O Tribunal Superior Eleitoral, também numa votação de cassação de chapa, por problemas de compra de votos, da chapa ao governo do Estado do Amazonas, cassou ambos: o governador e o vice-governador. Ali, Senador Telmário, não houve separação de chapa. E não pode haver, porque a chapa é única, o voto é único.

Então, não há dois procedimentos, não há duas condutas. Existe a conduta de uma única chapa, a conduta que recebe um único voto. E quando o eleitor e a eleitora votam num Presidente, juntos estão votando no seu vice-presidente. Então não há. Mas o Sr. Temer trabalha diuturnamente para reverter. Inclusive esta, que muitos voltaram a dizer que é uma tendência: tentar conseguir pedido de vista para ganhar tempo. Ganhar tempo para quê? Para aumentar ainda mais o nível de desemprego no Brasil? Será que eles querem mais do que eles já deram negativamente à Nação brasileira?

Porque há um ano, quando assumiram o poder, prometeram acabar com o desemprego rapidamente, trazer a segurança à economia. E o que aconteceu um ano depois? Dois milhões e seiscentos mil postos de trabalho fechados. Mais desemprego, retração no consumo, na economia das famílias brasileiras. Então, é isso que eles querem que continue no nosso Brasil? Óbvio que não! Então, não há como separar.

Eu não quero fazer nenhum prognóstico, se haverá ou não pedido de vista, se o julgamento seguirá imediatamente, se haverá condenação ou não. Eu apenas digo isso porque esses são os fatos. Não há precedente algum de separação de chapa, de que tenha sido condenado um



candidato a governo ou a prefeito, e o seu vice tenha sido absolvido. Não. Se houver condenação, certamente será dos dois.

Mas olha, Senadora Fátima, o que mais me preocupa é que, diante desse cenário, eles tentam... O que a gente ouve é que eles tentam dar um caráter de normalidade ao País. E, para eles, o que é o caráter de normalidade? É o Congresso Nacional seguindo votando; é o Poder Judiciário seguir trabalhando; é o Poder Executivo seguir trabalhando. Até aí, corretíssimo. Mas o que é que eles querem que faça este Poder Legislativo? Que avance nas reformas por eles concebidas, as reformas trabalhista e previdenciária. É isso que eles querem, é isso que eles chamam de dar normalidade ao País.

Só que não é só a normalidade, o caráter de normalidade, Senador Telmário, que eles querem dar ao País. Eles querem usar essas reformas como moeda de troca para a permanência do Sr. Temer. É isso que, no fundo, eles querem. E já avaliam os articulistas, os críticos, os analistas da política, da economia, que melhor seria que o Temer continuasse e, mesmo aos trancos e barrancos, que as reformas seguissem. Isso não é o melhor para o País.

Eu andei esse final de semana muito em Manaus, e a percepção que tem o povo – sabe qual é, Senador Acir? – é que a economia vai mal porque é muita roubalheira e que eles não pensavam que o Temer fosse isso que está sendo mostrado ao Brasil hoje. Eu dizia: "Mas a gente falava isso." "Não, mas a gente não sabia disso." Eu falei: "Olha, essas malas..." E é uma indignação, é uma indignação generalizada a um Presidente que já não tinha um nível de aprovação popular razoável e que agora despencou de vez. Agora despencou de vez. E eles querendo utilizar, Senador Telmário, essas reformas como moeda de troca, para ele permanecer.

Por isso que eu digo: amanhã a CAE vai se reunir. O relatório, eu repito... E quero dizer que não há nenhum objetivo de qualquer agressão minha ao Relator, mas eu repito quantas vezes forem necessárias: eu não admito, eu não aceito um relatório sobre um projeto de lei que faz inúmeras críticas, mas que, ao final, diz o seguinte: "Vamos votar como está, porque o Presidente vetará... Há um acordo, e o Presidente vetará e editará medida provisória." Acordo entre quem?

Para mim, quem apresenta um relatório assim abre mão de legislar. Abre mão, portanto, de exercer as suas funções de Parlamentar, de Senador, para as quais ele foi eleito. Recebeu a confiança da população. Então, eu lamento que o Senador do Estado do Espírito Santo abra mão da sua possibilidade de votar, de apresentar, de rejeitar ou de aprovar, e delegue um voto de confiança. A quem? Ao Sr. Temer.

Não é à toa, Presidente – e aí eu chamo a atenção de V. Ex^a e dos meus pares –, que nós estamos ouvindo um zum-zum, Senadora Fátima, Senadora Regina. Sabe qual é o zum-zum? De que esta semana agora, entre hoje e amanhã, possivelmente, o Senhor Michel Temer editará a tal medida provisória, a tal medida provisória com as mudanças no projeto e nas leis trabalhistas. E por que isso? Porque a sua Base, aqui no Senado Federal, não está à vontade de votar, delegando total confiança... A quem? A Michel Temer. Então, ele se anteciparia. Esse é o zum-zum que nós estamos ouvindo. Mas isso não resolve, porque nós vamos votar uma lei. E, se é para votar a lei, ela tem que ser modificada aqui. Se tiver que voltar para a Câmara, volta, mesmo porque tem que votar, Senador Acir. Sabe por quê? Porque nem a maioria dos Deputados conhece o conteúdo da lei. A lei passou alguns meses sendo debatida numa comissão, um projeto de sete artigos. E, na última hora, o Relator apresentou o relatório, mudando mais de cem artigos, colocando coisas que ninguém imaginava que seriam colocadas. E, rapidamente, de uma semana para a outra, foi votado em plenário. Então, nem os Deputados têm o total domínio do conteúdo da lei. E por que



não fazermos isso? Não, mas querem humilhar o Senado, querem humilhar os Senadores. "Votem do jeito que está, porque vocês têm que dar sinalização para o mercado de que este Governo tem oxigênio e que só este Governo do Senhor Temer é capaz de fazer as reformas." É isso.

Concedo um aparte, Senador Telmário, a V. Ex^a.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora Vanessa, primeiro, eu quero parabenizar V. Ex^a por fazer uma análise política do quadro brasileiro. Eu queria só, a título de colaboração, dar uma informação interessante com relação à corrupção do Brasil. Segundo os analistas – e isso eu vi na rede de televisão –, hoje a corrupção do Brasil, o dinheiro tirado através da corrupção, que era em torno de 300 bilhões, daria para dar um salário mínimo para cada brasileiro – um salário mínimo para cada brasileiro. E, só naquela mala, daria para dar R\$1 mil para cada cidadão do meu Estado, pois são 500 mil. Então, isso é uma demonstração do quanto a corrupção, neste País – que ainda não é a grande maior causa de toda essa crise, porque há também a sonegação, que acaba sendo também uma corrupção –, é muito devastadora. Eu acho que o País em que nós vivemos, hoje, não só precisa realmente de uma reforma política que venha das bases da população, como esse novo Congresso que a população eleger tem que vir... E aí se poderia fazer até uma consulta, para fazer uma reforma tributária que o País precisa. Olha, esse modelo político que o Brasil tem está falido. O nosso sistema tributário também está falido, em todos os sentidos. São muitos impostos, pouca arrecadação e muita corrupção, porque, quando você tem uma rede de impostos, como a que temos, a corrupção tem uma escala em todos os níveis – todos os níveis. Eu falo isso como auditor e sei como é que funciona, porque a gente constatou muito isso, enquanto auditor. Então, é interessante que o Brasil reduza a quantidade de impostos...

(Soa a campainha.)

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... o que, consequentemente, facilita a arrecadação na verificação dos postos e deixa, Senador Acir, mais recurso no bolso do trabalhador, do empresário... Enfim, que possa realmente ser aplicado em benefício da própria sociedade, talvez gerando emprego com mais criatividade. Então, queria dar essas informações hoje à Nação brasileira, que passa por este momento. Temos de ter, Senadora Vanessa, um cuidado muito generoso com este momento. Eu digo que cada passo que o Congresso der é importante que seja analisado com um olhar da população. Inclusive, foi por essa razão que eu tirei o meu nome da Comissão de Ética, porque o Congresso precisa resgatar a credibilidade da população. É uma obrigação do Senado fazer isso. E a Comissão de Ética deveria estar composta rigorosamente por pessoas que estejam acima de qualquer suspeita, totalmente ilibadas, para ter autoridade e poder julgar. Então, é preciso que esta Casa passe por uma grande transformação sem nenhum corporativismo, sem nenhuma proteção, para que realmente a população volte a acreditar nesta Casa maior legislativa do País. É muito importante. E hoje, só para completar, eu critico a corrupção, mas vou centralizar a minha fala no Estado policial, que está também um perigo. Eu vi até um editorial da *Veja* tratando um pouco dessa linha. É importante que as instituições do Brasil estejam fortalecidas – Ministério Público, Tribunais, Justiça, enfim – e que os fins não justifiquem os meios. Não se podem rasgar as leis brasileiras. Não se pode passar por cima das leis brasileiras para arrancar de qualquer forma...

(Soa a campainha.)



O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – ... aquelas informações de que se precisa. Senadora Vanessa, a tortura pode ser física ou psíquica, que é muito mais, talvez, agressiva na sociedade. Não queira saber o que é jogar uma pessoa numa cela e oferecer a ela uma oportunidade de delação A, delação B. Com isso, generalizou-se. Eu tenho muito medo de estarmos nos atacando, digladiando, esquecendo que estamos, Senador Acir, a serviço das grandes potências. O Brasil vinha a passo largo não para exportar matéria-prima, mas tecnologia. Não adianta dizer que o Brasil é grande e perde para o Chile. O Chile é pequenininho e fácil de operar, com todo o respeito a esses países menores. Nós somos um continente de dimensões geográficas. E o Brasil caminhava para isso. Então, de repente, nós podemos estar sendo vítimas de toda uma orquestra das grandes potências mundiais.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Agradeço e concluo.

Usarei menos tempo do que V. Ex^a me garante, Senador Acir, apenas para dizer, relembrar e fazer aqui um pedido: nós temos com um plenário praticamente vazio, mas seria importante que, amanhã, o relatório não fosse votado como está. Vejam, não há nem lógica para isso. Qual é a lógica que eles querem impor, Senador Telmário? Qual é a lógica que eles querem impor? Aprova-se o pior que possa ser aprovado, dando um voto de confiança a um Presidente que nem sabemos se vai continuar no cargo, para que esse Presidente vete alguns itens e encaminhe para o Congresso uma medida provisória com outros.

Uma medida provisória leva, no mínimo, quatro meses para ser aprovada. No mínimo. Então, não seria mais correto o Senado fazer as modificações que devessem ser feitas e devolver o projeto à Câmara dos Deputados, que as manteria ou promoveria outras mudanças no projeto?

Será que não seria muito mais lógico? Mas deixar na mão do Presidente! Sabe por que eles querem fazer isso? Porque também essa é vista por eles com uma tábua de salvação para o Sr. Michel Temer. Se o projeto é tão bom assim, como diz a propaganda da TV, se moderniza e gera emprego, por que nós somos contra? Por que eles estão tendo dificuldade de aprovar? Porque não é bom. Porque o projeto muda a lógica do dano moral. E, mudando a lógica do dano moral, ele prejudica o trabalhador mais simples, a operária de chão de fábrica, porque o dano será pago de acordo com o salário daquele que sofreu, Senador Acir. Se ele recebe um salário mínimo e se o dano for leve...

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – ... serão dez salários mínimos somente. Se alguém da administração ganhar dez salários mínimos, serão cem salários mínimos. Então, olhe a diferença! Cria o tal do trabalho intermitente, com pagamento por hora, e acaba com o salário mínimo. Se no final do mês as horas trabalhadas derem um valor inferior ao salário mínimo, pode receber, não tem problema nenhum, porque o projeto é ruim.

Então, espero que amanhã haja um compromisso deste Senado, da maioria dos Senadores, não com o Sr. Michel Temer, mas um compromisso com o Brasil e com os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Por isso, não devemos votar o relatório como está.

Muito obrigada, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senadora Vanessa.

E agora, em substituição, na hora dos pronunciamentos comigo, convido a Senadora Fátima Bezerra, do PT do Rio Grande do Norte, para usar da tribuna.

Também vinte minutos, Senadora Fátima Bezerra.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Acir, que ora preside os trabalhos.

Senadores, Senadoras, telespectadores e ouvintes da Rádio Senado e Senador Acir, são dois os registros que quero fazer nesta tarde de hoje, início da semana. Primeiro, com relação ainda à realização do sexto congresso nacional do nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, realizado no final de semana, aqui em Brasília, congresso denominado Marisa Letícia Lula da Silva, em uma justa homenagem a uma companheira que, repito, vivenciou a luta pela redemocratização do nosso País. Sem dúvida nenhuma, Marisa, ao lado do companheiro Lula, teve e deu uma contribuição muito importante durante todo o processo de construção do partido. Por isso, Senadora Regina, foi mais do que justa e merecida essa homenagem que nós fizemos ao denominar o sexto congresso nacional de Marisa Letícia Lula da Silva.

Segundo, foram três dias de muito debate. A abertura contou com uma participação grandiosa. Delegados e delegadas foram seiscentos militantes vindos de todos os Estados brasileiros. O nosso Rio Grande do Norte se fez representar com o presidente estadual do partido, o ex-Deputado Jânio Souto, o Deputado Fernando Mineiro, o Presidente do PT municipal Raoni, entre outros companheiros e companheiras. Foram três dias debatendo a conjuntura nacional, debatendo o modelo de organização partidária, fazendo também um balanço importante dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores durante os períodos Lula e Dilma.

E lá firmamos com toda a convicção o orgulho que temos dessa quadra histórica que foram os governos Lula e Dilma, por terem promovido, sem dúvida nenhuma, o maior processo de inclusão social já realizado na história do País.

É claro que também fizemos o debate acerca dos limites, fizemos o debate acerca daquilo em que nós poderíamos ter avançado mais no que diz respeito às reformas de caráter estruturante, a começar pela reforma política, pela tributária, a democratização dos meios de comunicação, a reforma urbana. Mas nada disso tira o brilho e aquilo que a história não vai apagar nunca, que foram os avanços e conquistas extraordinários durante os legados dos governos Lula e Dilma no campo da inclusão social, do combate à miséria, do combate à pobreza. Afinal de contas, foi durante os governos Lula e Dilma que nós tiramos o Brasil do mapa da fome. Foi durante os governos Lula e Dilma que nós implementamos uma política de valorização do salário mínimo, que chegou a um ganho real de 77%. Foi durante os governos Lula e Dilma que, graças a políticas como Bolsa Família e a programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar e ao Luz para Todos, nós tiramos mais de 40 milhões de pessoas da linha da miséria. Foi durante os governos Lula e Dilma que nós tivemos o maior momento de inclusão social no campo da educação, ampliando a oferta de vagas da creche ao ensino médio, da educação profissional tecnológica e do ensino superior, conquistas essas, avanços esses ameaçados em função do momento político que nós estamos vivendo, o golpe parlamentar que afastou o mandato presidencial legítimo da Presidenta Dilma.



Sr. Presidente, quero ainda acrescentar que, no tocante ao Congresso, as resoluções aprovadas pela militância do PT apontam para um novo ciclo de luta e mobilização social, merecendo destaque a luta contra as reformas da Previdência e trabalhista, pelo fim do Governo ilegítimo e em defesa das eleições diretas.

No que diz respeito à iminente possibilidade de um golpe dentro do golpe, que seria a realização de eleições indiretas através deste Parlamento, o congresso nacional do PT, por unanimidade, aprovou que as bancadas do PT, seja na Câmara, seja no Senado, havendo eleições indiretas, vão boicotar o colégio eleitoral e denunciar a continuidade do golpe.

Portanto, repito: no momento de forte e grande unidade política no congresso do PT, nós deixamos claro, em alto e bom som: se por acaso essa tragédia vier, que será excluir o povo mais uma vez de exercer a soberania popular, aquilo que de mais sagrado existe na Constituição, porque o poder emana do povo, pois bem, se essa tragédia vier a se realizar, que é excluir o povo, e o novo Presidente for eleito por esse colégio eleitoral, o PT desde já declara guerra.

Nós vamos boicotar, porque o PT jamais vai abrir mão do seu compromisso com a democracia e com a soberania do voto popular, pelo quanto o PT entende, e isso ficou mais uma vez muito claro no nosso congresso, que outro Presidente eleito por esse colégio eleitoral vai padecer do mesmo mal incurável do Presidente Michel Temer, que é a falta de legitimidade. Por isso lá reafirmamos, Senador Telmário, que o caminho é a realização de eleições diretas.

No tocante ainda ao congresso, queremos aqui dizer da alegria - e já falei hoje sobre isso - de termos a Senadora Gleisi Hoffmann, primeira mulher a presidir o nosso Partido, para liderar este momento, por que não dizer esse novo ciclo de luta e mobilização social. Entendemos que a Senadora Gleisi, sem dúvida nenhuma, tem capacidade política para tocar o Partido neste momento histórico que nós estamos vivendo.

Mais uma vez, quero também homenagear o Senador Lindbergh Farias, que, junto com a Senadora Gleisi, protagonizou um debate de altíssimo nível durante todo o processo do 6º Congresso Nacional do Partido dos Trabalhadores. Tanto ele como a Senadora Gleisi disputaram a presidência do PT sob um clima de debate respeitoso e muito fraterno. Quem ganhou com isso foi a base do Partido, o Partido como um todo, porque, repito, eles protagonizaram um debate de muita qualificação política e de alto nível durante todo o processo de construção e realização do 6º Congresso Nacional do PT.

Quero ainda acrescentar que, a despeito da campanha sórdida promovida pelo oligopólio da mídia contra o PT e suas principais lideranças, a despeito da caçada jurídica e midiática empreendida contra o ex-Presidente Lula, o 6º Congresso Nacional do PT demonstrou que não será tão simples destruir o maior partido de esquerda do nosso País, o partido com mais enraizamento na classe trabalhadora, o partido que decidiu, mesmo em um momento difícil como o que vivemos, dar centralidade à luta por uma Constituinte soberana e capaz de reformar o Estado brasileiro em benefício da maioria da população.

Quero ainda registrar com muita satisfação que, além da presença de diversas outras lideranças políticas e partidárias e de delegações internacionais, lá esteve, é claro, e não poderia faltar, de maneira nenhuma, a nossa principal liderança política, o ex-Presidente Lula e a nossa Presidenta legítima, que é a Presidenta eleita Dilma Rousseff. Ambos, tanto Lula como Dilma, reafirmaram o seu compromisso com a construção do Partido dos Trabalhadores e com a luta em defesa da democracia.



Com a aguerrida militância do nosso partido, o ex-Presidente Lula, a Presidenta Dilma e a nova Presidenta Nacional do PT, a Senadora Gleisi Hoffmann, o PT concluiu o seu 6º Congresso ainda mais forte e com muita unidade para enfrentar os desafios que estão postos não somente para o PT, mas também para o conjunto da esquerda e dos movimentos sociais.

Não há espaço para a conciliação, pois as elites deste País demonstraram que não têm nenhum respeito pelo processo democrático e pela Constituição. Portanto, o momento é de ampliar a mobilização social em defesa das diretas e de denunciar, sim, os nomes e as legendas dos que ainda dão sustentação a este Governo moribundo e ilegítimo.

Quero ainda dizer, Sr. Presidente, com relação ao congresso nacional do Partido dos Trabalhadores, que o PT deu lições de vitalidade e de resistência. As principais resoluções aprovadas pelo congresso, que vão na direção da radicalidade na luta contra as reformas previdenciária e trabalhista, pelo fim do Governo ilegítimo, boicote ao colégio eleitoral e defesa das eleições diretas, expressam unidade, expressam maturidade, expressam unidade política, frustrando inclusive aqueles, Senador Acir, que apostavam que o congresso do PT iria se resumir a cisões, a brigas e a divisões no interior do Partido.

Repto: o PT sai unido, o PT sai forte, o PT sai consciente, mais do que nunca, de que, como o principal partido da esquerda brasileira, deve se aliar não só às forças de esquerda, mas às forças populares e progressistas, aos movimentos sociais e populares, estar na rua, ao lado do povo, para continuar o seu combate sem trégua aos retrocessos e pôr fim ao Governo ilegítimo que aí está através do caminho da democracia, que é o caminho de novas eleições, eleições diretas já.

Sr. Presidente, quero ainda, como segundo registro, falar de um tema que aflige não só o meu Estado, o Rio Grande do Norte, mas o Brasil. Começo aqui citando os dados que o Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) acaba de divulgar: o Atlas da Violência 2017. Diz o Ipea que em 2015 houve no Brasil 59.080 homicídios o que equivale a uma taxa de 28,9 por 100 mil habitantes.

Os números mostram que, em apenas três semanas, o total de assassinatos no País foi maior do que o número de pessoas mortas em todos os ataques terroristas no mundo, nos cinco primeiros meses de 2017, e que envolveram 498 casos, resultando em 3.314 indivíduos mortos, como comparou o relatório. Mais uma vez, Senadora Regina, quem são as principais vítimas dessa violência, dessa chaga? São homens jovens, negros e com baixa escolaridade.

Com exceção do Tocantins e do Amazonas, todos os Estados com crescimento maior de 100% no número de homicídios nesse período estão no Nordeste. E o meu querido Rio Grande do Norte, infelizmente, de acordo com o Ipea, foi o segundo mais violento, só perdendo para o Sergipe.

A crescente violência que assusta o País está chegando, Senador Telmário, a índices inadmissíveis no Rio Grande do Norte, com mais de mil assassinatos antes mesmo de terminarmos o primeiro semestre deste ano. Destes cerca de 300 só na cidade de Natal, segundo dados mais atuais do Observatório da Violência Letal Intencional (Obvio).

Vale lembrar que Natal, a nossa capital, já foi considerada, há pouco mais de dez anos, portanto em 2006, a capital mais segura do País. Hoje figura, infelizmente, como uma das que apresenta o maior nível de violência.

Assim como o Ipea, o Obvio tem feito levantamentos especificamente sobre o Rio Grande do Norte. Para se ter ideia como o crescimento é vertiginoso, os 1.049 assassinatos deste ano representam um acréscimo de 26,7% em comparação com o mesmo período do ano passado, quando foram mortas, no Rio Grande do Norte, 828 pessoas. Isso significa uma média de sete homicídios por dia. Minha Nossa Senhora, isso é uma tragédia! Volto aqui a repetir: de acordo



com o Obvio, que é uma instituição de grande respeitabilidade, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem feito um trabalho muito criterioso, fazendo estudos e acompanhando todos os dados que dizem respeito à questão da violência no Rio Grande do Norte, pois bem, segundo essa instituição, são 1.049 assassinatos até agora. Comparando-se com o ano de 2016, que foi de 828 assassinatos, Senador Telmário, tivemos um crescimento de 26,7%. Ou seja, nesses seis meses de 2017, comparado aos seis meses de 2016, nós tivemos 176 mortes a mais.

Além desses dados alarmantes, ainda temos um outro dado muito grave, que é o crescimento do número de mulheres assassinadas no Rio Grande do Norte. Se comparado ao mesmo período do ano passado, também tivemos um aumento de 51% neste ano de 2017. Só nesses últimos dias, foram assassinadas seis mulheres no Rio Grande do Norte. Das cerca de 60 mulheres assassinadas neste ano, pelo menos 13 foram mortas por questões de gênero, o chamado feminicídio. No ano passado, até o final de maio, tinham sido assassinadas 35 mulheres. Agora, em 2017, nós já vamos para 60 mulheres assassinadas. Isso é um dado mais do que triste para a sociedade potiguar, para nós mulheres. É um dado revoltante.

O especialista em gestão em política de segurança pública Ivenio Hermes, que coordena o Obvio, lembra: toda vez que o Estado é ausente, deixando de priorizar investimentos para enfrentar os três principais retroalimentadores da violência – a impunidade, o tráfico de drogas e o descontrole do sistema carcerário –, o que acontece? Grupos criminosos, é óbvio, ocupam esse espaço. Na medida em que há um vácuo por parte do Estado em atuar com políticas públicas, investimentos, qualificação dos policiais, aumento do número de policiais, enfrentamento da questão do tráfico de drogas, a questão da impunidade, a questão de enfrentar o descontrole carcerário, ou seja, na medida em que o Estado falha nesses aspectos, Senador Acir, o que cresce? Crescem exatamente os grupos criminosos. Infelizmente, essa não é uma realidade do Estado do Rio Grande do Norte, dos Estados, mas, sim, de toda a Nação.

Portanto, quero aqui colocar que não temos dúvida que a falta de investimentos sociais está diretamente ligada ao aumento da criminalidade. É clara também a relação entre baixa escolaridade e adolescentes que cometem crimes.

Dou aqui um exemplo: onde falta escola, abre-se espaço para a entrada de organizações criminosas. Quanto menos escolas, mais prisões, mais presídios.

O Diretor da Fundac (Fundação Estadual da Criança e do Adolescente), lá no Rio Grande do Norte, Ricardo Cabral, informa que o nível de escolaridade dos jovens que são apreendidos é muito baixo. Em recente entrevista, ele lembrou que, no governo passado, Senadora Regina, foram fechadas 40 escolas no Estado, a maioria no interior, e imediatamente o nível de criminalidade juvenil aumentou. Claro, menos...

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – V. Ex^a, agora há pouco, estava falando em defesa das mulheres com muita razão, e estão aqui, na nossa galeria, quase 30 jovens, moças, universitárias do Rio Grande do Sul, que vieram visitar esta Casa.

Sejam bem-vindas. Esta é a Casa do povo.



Vocês foram muito felizes em chegar aqui e encontrar discursando exatamente a grande defensora da educação brasileira, essa brilhante Senadora do Estado do meu avô, o Rio Grande do Norte.

Sejam bem-vindas sempre a esta Casa.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– Obrigada, Senador Telmário.

Sejam bem-vindas.

Como ia aqui colocando, Senador Telmário, isso é clássico. Aliás, Darcy Ribeiro já chamava a atenção para isto, o grande educador Darcy Ribeiro: quanto menos escolas o Brasil construísse, Senador Acir, mais prisões o País se veria obrigado a construir no futuro.

Então, quero aqui, para ir terminando, dizer que a questão da violência é muito complexa e demanda grandes esforços para superá-la. Nós estamos cada vez mais seguros de que, quanto menores os investimentos sociais, mais ela vai crescer em nosso País.

Não por coincidência, os aumentos da criminalidade ocorreram simultaneamente à piora, por exemplo...

(Soa a campainha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– ... de nosso desempenho no Ideb, lá no Rio Grande do Norte. Em 2015, o Ideb do Rio Grande do Norte apresentou seu segundo pior índice de todo o País.

Então, mais uma vez, aqui reforço: quanto menos políticas sociais, quanto menos políticas públicas de inclusão, maior violência, maior criminalidade atingindo principalmente a juventude.

Portanto, é urgente que tomemos atitudes para enfrentar esse cenário sombrio que se instalou no nosso País. Temos que devolver, Senador Telmário, ao povo brasileiro, especialmente à população potiguar, a tranquilidade de andar pelas ruas sem medo.

Sabemos que problema tão complexo não é culpa de um ou de outro governante, mas a forma como o País e cada governo resolve enfrentá-lo é essencial para se chegar a uma solução para a violência.

A população tem o direito de saber qual o real quadro da violência e o que o Governo está fazendo para resolver...

(Interrupção do som.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN)

– ... o problema.

Só para concluir, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)*

Estamos convictos de que o enfrentamento da violência deve ser feito em conjunto. O Governo tem de estar disposto a ouvir a sociedade. Somente com mobilização e participação social na tomada de decisão por parte dos diversos níveis de Governo é que conseguiremos resolver o problema a longo prazo, inclusive com a cobrança de ações do Governo Federal.

Não nos enganemos: com o congelamento dos investimentos sociais aprovado na PEC dos gastos, a violência aumentará, porque, sem escola, sem saúde, etc., não adianta gastar com presídios e com o aumento de efetivos nas ruas. Os números provam que soluções paliativas já se tornaram ineficazes.



Portanto, aqui faço, desta tribuna, um apelo ao Governador do meu Estado, Robson Faria, e ao Governo Federal, porque já passou da hora, Senador Acir. É preciso ter humildade e chamar a população, ouvir os especialistas...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... chamar os movimentos sociais, as universidades, os representantes do empresariado, e, aí sim, num grande movimento de união, buscarmos juntos soluções para esse grave problema.

Termino, Senador Telmário, lendo aqui um trecho de um artigo que o blogueiro Neto Queiroz publicou em seu *blog*, nesse 4 de junho, acerca da situação da violência crescente lá no Rio Grande do Norte.

Diz ele:

Humildade, coragem para falar a verdade, sinceridade para dizer onde estão os problemas e capacidade para buscar, junto com a sociedade e os movimentos organizados, as soluções para o problema.

[...]

Menos discurso, menos *marketing* e mais espírito público.

É esse o recado e a mensagem que o blogueiro Neto Queiroz...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... dirige ao Governador do Rio Grande em artigo publicado no seu *blog*, nesse dia 4 de junho.

Obrigada, Senador Telmário.

(*Durante o discurso da Sr^a Fátima Bezerra, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.*)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Fátima Bezerra, legítima representante do povo amigo do Rio Grande do Norte.

Agora, para fazer uso da palavra e ocupar a tribuna, este grande Senador do Estado de Rondônia. Eu sempre digo que tive a oportunidade de ser liderado por ele, grande parceiro, grande Senador, comprometido com o progresso, sobretudo com o crescimento e o desenvolvimento do nosso País. Ele é um paranaense integrado a serviço dos rondonienses.

Está V. Ex^a com a palavra.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Telmário.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, eu ouvi aqui todos que me antecederam, e podemos dizer, Senador Telmário, que temos muitos desafios. O nosso País precisa avançar e atravessar várias barreiras, vários atoleiros, para que nós possamos chegar àquilo que nós queremos, como um país que venha a trazer qualidade de vida para a população nossa – a população que mora no seu Estado de Roraima, que mora no meu Estado de Rondônia, que mora no Nordeste, que mora no Sul do País, em São Paulo e no Rio de Janeiro...

Realmente temos grandes desafios, dentre eles o crescimento com sustentabilidade. Nós precisamos cuidar muito da questão do saneamento básico nas nossas cidades, em todas as cidades



brasileiras, nas grandes cidades, nos grandes centros, nas cidades menores, nas pequenas, no Estado de Rondônia, no Estado de São Paulo, no Nordeste. Ou seja, em todo o nosso País.

Comemoramos hoje, 5 de junho, o Dia Mundial do Meio Ambiente. Eu prefiro dizer que é um dia de conscientização sobre o que nós precisamos fazer para cuidar do nosso Planeta. Como nós vamos trabalhar para deixar um Planeta melhor para os nossos filhos, para os nossos netos?

Esta data foi escolhida pela ONU para que os países pudessem apresentar suas políticas e práticas ambientais e, a partir delas, discutirem estratégias para assegurar a sustentabilidade e a vida no Planeta Terra. Uma dessas estratégias em comum é o Acordo Climático, referendado por 195 países na 21^a Conferência das Partes, a COP 21, em Paris, em 2015. A principal meta desse acordo é a redução das emissões de gases de efeito estufa pelos países signatários.

A notícia que abalou a Semana do Meio Ambiente em todo o mundo foi a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris. No dia 1º de junho, o Presidente Donald Trump confirmou que os Estados Unidos vão mesmo abandonar o pacto para combater o aquecimento global. "Era um mau negócio para os trabalhadores americanos e muito injusto para os Estados Unidos", justificou Trump. Ele refere-se às alterações climáticas como um mito criado pelos ativistas globais para limitar o crescimento econômico de alguns países. O impacto dessas medidas na temperatura do Planeta e na vida dos norte-americanos, dos brasileiros e das pessoas de todo o mundo também é incerto. O certo é que temos de definir com mais precisão o modelo de desenvolvimento sustentável que queremos para o nosso País e para todo o Planeta.

Como eu sempre digo: no lugar de ficarmos apenas discutindo as mudanças climáticas, precisamos inserir o homem nas discussões sobre meio ambiente, pois o homem faz parte da natureza, está integrado ao meio ambiente, não vive sem ele e é o grande aliado na construção da sustentabilidade. Sem discutir o ser humano, não há como avançarmos. É verdade que o homem tem causado um grande impacto ambiental na busca pelo progresso, mas esse mesmo homem também é capaz de criar ferramentas, tecnologias, políticas e modelos de desenvolvimento capazes de promover uma convivência mais harmoniosa com o meio ambiente.

A exploração que fazemos dos recursos naturais tem mudado muito nos últimos anos. Hoje, conhecemos a capacidade limitada de renovação dos recursos naturais, das fontes de energia para suprir as necessidades humanas e temos tecnologia para fazer o uso sustentável desses recursos.

Faço essa introdução, sob um ponto de vista bem pessoal, para falar de alguns aspectos da economia, da infraestrutura e da qualidade de vida dos brasileiros, especialmente dos brasileiros que vivem na Amazônia e lá no nosso Estado de Rondônia.

Rondônia, Sr^a Presidente, tem apresentado, nos últimos dez anos, um ritmo de crescimento bem acima da média brasileira. O crescimento de nossa economia ocorre, em grande medida, por conta de uma agricultura forte e diversificada, em que a pecuária e o produção de grãos – de soja, de milho, de arroz e de café – dão uma grande parcela de contribuição, mas que tem uma base consolidada exatamente na agricultura familiar, resultado de um processo de reforma agrária que deu origem ao nosso Estado de Rondônia, colonizado praticamente por agricultores que migraram de várias regiões do País, especialmente do sul do País.

Em Rondônia, 74% da produção agrícola vêm exatamente da agricultura familiar. Porém, ao mesmo tempo em que temos um bom ritmo de crescimento, ainda enfrentamos muitas dificuldades, muitos problemas sociais, ambientais e estruturais que limitam a melhoria de qualidade de vida dos rondonienses. Muitas dessas dificuldades impostas a Rondônia existem simplesmente por ela fazer parte da Amazônia Legal, onde vivem mais de 25 milhões de



brasileiros, Senador Telmário. Muita gente ainda insiste em enxergar toda essa área, que ocupa 60% do Território brasileiro, como uma grande floresta ou como um único ambiente, quando se trata de uma região de muitos contrastes. Dentro da Amazônia temos várias amazôncias. Temos a nossa Rondônia, a sua Roraima, o Acre, o Pará, o Amazonas, o Maranhão, ou seja, vários Estados bem diferentes uns dos outros.

Com prazer concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Telmário.

O Sr. Telmário Mota (Bloco Moderador/PTB - RR) – Senador Acir, eu quero primeiro parabenizar V. Ex^a, que traz um assunto importante para a nossa Região. V. Ex^a faz uma análise minuciosa, cirúrgica e precisa do quadro socioeconômico da nossa Região. Sem nenhuma dúvida, apesar de V. Ex^a ainda colocar com muita propriedade que conhece a realidade daquela região, apesar de Rondônia ainda ter essas deficiências estruturais, sem nenhuma dúvida avançou muito. Eu tive a oportunidade, quando trabalhava numa instituição financeira na implantação de algumas agências, como Espigão e Colorado do Oeste, de implantar essas agências dessa instituição ali. E via o quanto era difícil o acesso e o quanto havia de sonho, esperança e perseverança naquele povo que migrava para lá, os capixabas, os paranaenses, os gaúchos, enfim, todos aqueles que fizeram uma nova Rondônia junto com os nativos da região. E Rondônia, hoje – V. Ex^a colocou bem –, avança a passos largos para ser um Estado que realmente possa contribuir com a Nação e não tirar da produção ou da riqueza dos demais. Rondônia hoje tem um rebanho bovino espetacular, produz grãos de forma compreensiva e sobretudo aplausível. Então, quero aqui parabenizar os políticos do Estado de Rondônia. Essa é a grande diferença do nosso Estado, porque o nosso Estado de Roraima, enquanto território, era um território expoente, o maior exportador de carne bovina do Norte, o maior exportador de minério e de madeira. E Roraima, infelizmente, estagnou, parou no tempo. Lamentavelmente o nosso Estado vive do contracheque e essa é a nossa preocupação, enquanto Senador que representa o Estado, no sentido de destravar, tirar os gargalos que ali seguravam, como a questão energética. Ainda hoje estive conversando com o novo Ministro da Justiça no sentido de retomar as negociações para não deixar parar, para que aquela energia chegue ali. A questão da febre aftosa, de que já ficamos livres. Agora podemos realmente exportar, deixar de ser apenas um corredor. Resolvemos também a questão da mosca da carambola, que é outro entrave que existe, mas estamos negociando para usar a mesma metodologia que é adotada em Petrolina e também em Juazeiro. E sem nenhuma dúvida, Roraima, ao sair desses gargalos, é um Estado que vai estar ali, somando com o Amazonas, somando com Rondônia, somando com o Acre, somando com o Pará, com o Amapá, para realmente fazer do Norte um Brasil em que realmente a gente possa ter o grande desenvolvimento e crescimento que aquela região proporciona. E V. Ex^a tem toda razão quando diz que cada um tem sua característica. Por exemplo, o Estado de Roraima mesmo, quando se fala em desmatamento na Amazônia, queimada, etc., etc., o Estado de Roraima se diferencia, porque nós temos ali uma savana, uma área de lavrado, que é uma área que não afeta quase nada a fauna e a flora brasileiras. Portanto, eu quero aqui mais uma vez parabenizar V. Ex^a por trazer à baila esse assunto, que é tão importante para a sua Rondônia e tão importante para a nossa Região.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Muito obrigado pelo seu aparte, Senador Telmário. De fato, a sua Roraima e a nossa Rondônia precisam de uma atenção especial do Governo e da população brasileira. Nós estamos lá para desenvolver a Amazônia e para cuidar da Amazônia também. E não há como cuidar do meio ambiente, das reservas, das florestas, se não for pelo ser humano. Só o homem pode fazê-lo.



Esses problemas ocorrem principalmente pela ausência do Estado brasileiro nesses rincões da Amazônia; por falta de uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento das nossas cidades; por falta de regularização fundiária; de regras ambientais que estimulem a produção agrícola sustentável; por falta de cidadania para a nossa gente. Creio que com a aprovação da MP 759, que trata da regularização fundiária, vamos avançar bastante nessa questão, levando segurança jurídica e cidadania para os proprietários de terra, para os nossos assentados.

Mas ainda temos muitos outros desafios pela frente. Em todos os Estados da Amazônia, o produtor rural tem de manter hoje 80% de sua propriedade como reserva legal, além de manter as áreas de proteção permanente, que são as APPs, em encostas e nas margens dos rios, que na Amazônia são bem maiores do que em qualquer outro bioma brasileiro. Essa é uma situação que pode ser muito bem compreendida para o Estado do Amazonas, onde as condições ambientais são mais frágeis e o modelo de ocupação foi outro, concentrado na ocupação urbana, a cidade de Manaus, e a política de desenvolvimento está centrada na indústria eletroeletrônica e de manufaturados instalada na Zona Franca de Manaus. Mas é muito diferente de ser aplicada no Estado de Rondônia, resultado de uma política de colonização agrária em pequenas propriedades de solo fértil, portanto favoráveis à agricultura. Na época da colonização de Rondônia, o agricultor precisava transformar pelo menos 50% do seu lote para ter a posse do seu terreno.

Hoje estamos desenvolvendo uma agricultura sustentável, com plantio direto, de baixo carbono e integrada à floresta e à pecuária. Mesmo assim, o rigor da legislação ambiental, que é igual para a Amazônia inteira, está limitando em muito a capacidade de produção dos nossos agricultores familiares e toda a economia do nosso Estado de Rondônia. E isso não me parece sustentabilidade. Por isso, trabalhamos pelo reconhecimento do Zoneamento Ecológico-Econômico do nosso Estado, reduzindo da reserva legal para 50% nas terras propícias para a agricultura, para que a produção agropecuária seja mantida nas áreas consolidadas, como conseguimos definir no Código Florestal, sancionado há exatamente cinco anos.

O uso mal intencionado da questão ambiental também é feito para limitar a nossa infraestrutura e o nosso desenvolvimento. Não conseguimos recuperar direito nossas estradas, portos e aeroportos, assim como não estamos conseguindo reconstruir a BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Enquanto isso, a população da região leva de cinco a seis dias para fazer o percurso, nos rios Madeira e Amazonas, de Porto Velho a Manaus e vice-versa. Isso também não me parece sustentabilidade!

Aliás, a BR-319 pode ser o caminho da sustentabilidade. A reabertura dessa rodovia é o caminho para que possamos seguir adiante num modelo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Ela representa a possibilidade de instalarmos na Amazônia uma fiscalização efetiva e eficiente sobre as atividades ilegais que afetam a floresta, poluem os rios e afetam todo esse ecossistema. Hoje, o desmatamento ilegal, o garimpo ilegal, o tráfico de drogas e de animais silvestres ocorrem sem qualquer controle efetivo dos órgãos ambientais e das forças policiais, pois não há como eles chegarem até os locais onde esses crimes estão sendo cometidos. É com a reabertura da rodovia e a instalação de postos de fiscalização do Ibama, do Ipaam, da Sedam, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, entre outros órgãos de controle que forem necessários, que vamos assegurar a proteção da floresta.

O desejo da população do Amazonas, de Roraima e de Rondônia é ver essa rodovia completamente reconstruída, com pavimentação asfáltica que assegure a integração da Amazônia por vias terrestres e o direito constitucional de ir e vir com segurança e conforto, bem como a



promoção do turismo ecológico e do escoamento da produção de hortifrutigranjeiros de Rondônia para os mercados de Manaus e também de Roraima.

Portanto, neste momento em que comemoramos a Semana do Meio Ambiente, entendo que é oportuno discutirmos de forma bem pragmática os modelos de desenvolvimento que queremos para o Brasil e retirarmos os falsos entraves ambientais que atrapalham nosso desenvolvimento. Queremos o desenvolvimento sustentável, mas, sobretudo, que ele melhore a qualidade de vida das pessoas, onde quer que elas vivam. Está na hora de o ser humano ser o principal ator do desenvolvimento sustentável no nosso País.

É muito fácil falar de sustentabilidade na Avenida Paulista, em Copacabana, em Paris ou Nova York, mas quero ver o mesmo discurso lá em Porto Velho, nas cidades do interior de Rondônia, lá nos rincões da Amazônia, onde, num calor de 40 graus e em salas de aula sem ar-condicionado e com apenas um quadro-negro e giz, milhares de alunos recebem o ensino fundamental e médio de professores que ainda não possuem ensino superior.

Sustentabilidade lá nos rincões da Amazônia se faz melhorando a qualificação e os salários dos professores, construindo escolas, contratando médicos especializados, equipando os hospitais e postos de saúde, melhorando as escolas e as universidades e investindo mais em infraestrutura, em estradas e em rodovias para integrar a Amazônia e integrá-la ao Território nacional.

Sustentabilidade em Rondônia se faz com a duplicação completa da BR-364, a espinha dorsal de Rondônia, avançando na proposta de concessão da rodovia.

Sustentabilidade se faz com a redução da burocracia e com mais agilidade nos processos de licenciamento ambiental. Muitas obras fundamentais para o desenvolvimento do País estão paradas por conta de questões ambientais não resolvidas ou por divergências em especificações técnicas ou de orçamento.

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Temos de evitar a paralisação de obras públicas de infraestrutura após a concessão das licenças ambientais e, para isso, precisamos avançar com rapidez no aperfeiçoamento da legislação ambiental brasileira. Entendo que é necessário aperfeiçoar o processo de licenciamento ambiental no País, principalmente para resolver a demora injustificada na concessão das licenças, as exigências burocráticas excessivas, as decisões pouco fundamentadas, a contaminação ideológica do processo e até mesmo a ausência de normas legais para regulamentar todas as etapas desse processo. A obtenção de licenças ambientais e a realização de desapropriações precisam estar contempladas na etapa de planejamento e podem ter seus processos aprimorados. No caso do licenciamento ambiental, os atrasos advêm tanto da falta de planejamento quanto da baixa qualidade dos estudos de impacto ambiental e da demora do Ibama em analisar os projetos.

É evidente que a atualização da legislação precisa manter os instrumentos de controle já consagrados, ampliando os mecanismos de combate à corrupção, mas reduzindo consideravelmente a burocracia no Brasil.

Para isso, creio que chegou a hora de realizarmos um esforço conjunto, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, para assegurar a boa aplicação do dinheiro público no nosso País. As estruturas do Governo precisam reconhecer essa necessidade, dialogar com a sociedade e também conversar entre si para resolver os problemas do nosso País.

(Soa a campainha.)



O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RO) – Defendemos o crescimento sustentável com atenção especial ao meio ambiente. E, para cuidar do meio ambiente, temos de cuidar das pessoas, cuidar do ser humano, pois é o ser humano que vai cuidar do meio ambiente, do desenvolvimento sustentável e do futuro do nosso País.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Acir Gurgacz, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Acir.

Convido para uso da palavra o Senador Telmário Mota.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Moderador/PTB - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Regina, legítima e brava representante do povo do Piauí, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras e todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, antes de tudo, eu queria aqui aproveitar e fazer um registro.

Nesse sábado, eu tive uma reunião na comunidade do Surumu, no Município de Pacaraima, onde estavam representantes dos charruas de 23 comunidades, coordenada pelo Vice-Coordenador Lourival. Debatemos as políticas públicas para os povos indígenas e ouvimos a demanda daquela região. Uma das maiores reclamações, Senadora Regina – que também defende muito os povos indígenas –, foi a de que as comunidades hoje estão com dificuldades com as estradas que dão acesso às comunidades, prejudicando os alunos, o escoamento da produção e a própria trafegabilidade das pessoas. São aqueles ramais que saem das RRs, das BRs. Por falta de manutenção e recuperação, essas estradas estão em péssima qualidade para uso. E o mais interessante: por que tudo isso? Porque tanto o Ibama quanto a Funai não estão liberando a piçarra nas áreas indígenas. Olhem que absurdo! Hoje, sem nenhuma dúvida, as terras indígenas são as de maior preservação: as fontes, a fauna e a flora. No entanto, ali a piçarra, que fica naquela área, é impossível. Por exemplo, no caso específico do Surumu, se não utilizarem as piçarras dali das áreas indígenas, vão ter que andar quase 200km para buscar em local que não seja área indígena. E aí como é que vão, Senadora Regina, atender ao custo? Imaginem o custo! São quase 200 km para retirar a piçarra para ir colocar... É uma coisa... É engolir um elefante e se engasgar com uma formiga!

E, por conta disso, eu fiquei comprometido com eles de buscar as providências. Imediatamente, hoje, chegando aqui a Brasília, ligamos para o Presidente da FUNAI, o General Franklimberg Ribeiro de Freitas, profundo conhecedor da região, tendo sido comandante naquela região, que me disse: "Senador, nós já conhecemos essa situação, já estamos sabendo dessa situação e estamos adotando as providências no sentido de liberar essas piçarras".

Eu queria aqui mandar um aviso a todos aí da região do Surumu, Município de Pacaraima. Tivemos hoje um sinal verde do Presidente da FUNAI de que estará se empenhando pessoalmente na liberação dessas piçarras, porque isso é um absurdo. É um contrassenso dos órgãos – como o Ibama, a própria Funai ou qualquer um outro que esteja impedindo – impedir a retirada dessas piçarras e deixando a comunidade ao deus-dará, em um verdadeiro abandono, dificultando, inclusive, o transporte escolar das crianças.



Então, está aí o registro, e as providências tomadas imediatamente. Vamos ficar cobrando, porque não adianta ficar só na cobrança verbal. Queremos realmente o resultado prático disso, mas eu acredito no Presidente da Funai, o General Franklimberg, que vai trazer essa solução.

Mas, Sr^a Presidente, eu hoje venho a esta tribuna diante de todo esse quadro de prisões, de denúncias, de delações, de tudo o mais, de *show*, eu subo a esta tribuna extremamente preocupado com o rumo que tomam as investigações, com o rumo que tomam os procedimentos adotados por alguns órgãos fiscais e fiscalizadores do País. Portanto, eu aqui peço aos companheiros que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado...

Historicamente, o estado de polícia é um tipo de estado em que o soberano é isento de qualquer limite formal ou controle jurisdicional. Hoje, no Brasil, Senadora Regina, Presidente, vivemos uma inicialização do estado de polícia – o que muito me preocupa –, onde os fins justificam os meios. Em decorrência disso, o campo de ação da polícia acaba por se estender por toda a Administração Pública. Esse tipo de ação, Sr^as e Srs. Senadores, podemos considerar como de índole policial, pois visam ao cerceamento das liberdades democráticas pelo uso de instituições do próprio Estado. Essa vigilância dia e noite caracteriza um policiamento, contrário às liberdades, de quem sempre viveu sob o jugo da força e desconhece a liberdade como exercício crítico.

Sr^a Presidente, sou totalmente a favor da Operação Lava Jato e de todas as outras que visem combater a corrupção, mas a novidade, nos últimos tempos, é um grande agente diferente que entrou para contribuir com essa tarefa: o Poder Judiciário, com seus tentáculos no Ministério Público e na Polícia Federal, entre outros. A dobradinha Judiciário ou Polícia Federal ou Ministério Público com a mídia tem rendido aos brasileiros um verdadeiro *show business* de entretenimento, o chamado pão e circo, com direito a animadores de palco.

Com esse discurso, não quero de forma alguma isentar políticos corruptos e lacaios do capital nacional e internacional. Aliás, muita dessa superexposição é também de sua responsabilidade, ao não se darem ao respeito. Além disso, muitos dos nossos políticos estão envolvidos com esquemas de corrupção e, em alguns casos, até pior, com tráfico de drogas e outras nuances do submundo do crime.

No entanto, a Justiça serve exatamente para isto: investigar, apurar, responsabilizar e punir os culpados, mas sempre obedecendo aos limites da legislação, seja constitucional, seja infraconstitucional.

Posso citar um exemplo: a prisão de Garotinho foi apenas um dos exemplos desse espetáculo midiático. Ressalvando as condutas duvidosas que todos nós sabemos dele, a condenação não pode ser feita por manchetes ou holofotes. As instituições da República precisam funcionar sem espetáculos, sem heróis, sem midiatizações, sem holofotes, mas com responsabilidade, atendendo à ética do interesse público e à legislação de um Estado democrático de direito que ainda é o nosso Brasil.

Portanto, Sr^a Presidente, reitero: sou a favor da Operação Lava Jato e de muitas outras, mas desde que obedecam aos limites estabelecidos, pois todo comportamento humano está sujeito a determinadas regras criadas pelo próprio homem para manter o equilíbrio das relações entre ele e a sociedade. Tais regras ou obrigações são denominadas leis, que, em seu conjunto, formam a legislação. Essas, por sua vez, devem ser obedecidas e seguidas por todos, pois, quando se trata de investigações e condenações, jamais, jamais os fins legais justificam os meios ilegais.

Era, Sr^a Presidenta, o que eu tinha a ressaltar e destacar.



Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Telmário. Agora eu o convido para presidir, enquanto eu faço uso da palavra.

(A Sr^a Regina Sousa deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Telmário Mota.)

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Com a palavra, a Senadora Regina, pelo Piauí.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, pessoas que nos acompanham pelas redes sociais, hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Eu vou falar sobre isso, mas não poderia deixar de fazer dois comentários introdutórios.

Um é que eu ouvi aqui hoje alguém falar que tem que obedecer à Constituição e que se, por acaso, o Temer tiver que ser substituído, tem que ser eleição indireta. As pessoas que falam em defesa da Constituição esquecem que ela já tem 95 emendas e não tem 30 anos ainda, fora mais de 10 que estão circulando por aqui. Então, ninguém está propondo eleição direta ferindo a Constituição. A gente quer que se aprove a PEC da eleição direta, que é uma prerrogativa desta Casa e das Casas do Congresso. E a outra é a questão ainda da Lava Jato também, de que o senhor acabou de falar. É que preocupa, porque há a história de que todo mundo é igual perante a lei, e é, mas a gente percebe muitas diferenças.

Eu acho que lá na direção, quem está na direção da Lava Jato, valoriza mais a convicção do que a prova. Tem muita gente aí com muita prova robusta e não acontece nada; e outros eles querem prender, condenar por convicção, porque ainda não apresentaram uma prova concreta. Estou falando do Lula. Na hora em que apresentarem uma prova concreta, vai ter que ser punido, mas até agora não apresentaram. Uma coisa é dizer que ele tem conta no exterior, outra coisa é provar. Então, é preciso que a gente faça essa diferença, porque depois dessa revelação da JBS...

O Delcídio foi preso por muito menos, foi cassado por muito menos, e o Senador Aécio Neves continua lá na casinha dele, recebendo todos os amigos parceiros, sendo orientado de como mentir na hora do depoimento – sabe Deus quando vai acontecer esse depoimento. Então, mais uma vez, está provado que ele foi protegido muito tempo. Toda vez em que se falava nele, aparecia um padrinho que rebatia, que adiava o depoimento, que desmarcava depoimento. A gente percebia perfeitamente a proteção, e ele continua sendo protegido. Qualquer outro aqui já estaria respondendo por aquelas gravações.

Mas eu queria entrar na questão do Dia Mundial do Meio Ambiente para dizer primeiro como a questão de concepção é importante! O Senador Acir fez um discurso aqui sobre meio ambiente. Com muitas coisas eu concordo, mas discordo de um monte de coisas que ele falou, porque é questão de concepção. Eu acho que aquelas medidas provisórias aprovadas aqui, por exemplo, não ajudam ao ambiente, porque permitem desmatar mais ainda.

Então, eu preparei uma fala sobre o Dia do Meio Ambiente, porque há muito tempo a situação do Planeta não permite comemoração. Mas neste ano, especialmente aqui no Brasil, o tempo é de lamento e de reflexão sobre o que estamos fazendo com aquela... O Papa Francisco, na Carta Encíclica Laudato Si, chama de "nossa casa comum" a "irmã e mãe Terra".



Eu acrescentaria, lembrando aqui da famosa carta que o Cacique Seattle, dos Estados Unidos, enviou para o Presidente daquele País, em 1854, quando o Presidente queria comprar o território indígena a preço de banana para distribuí-lo aos colonos da época. Ao saber da proposta, o cacique disse frases que eu faço questão de repetir hoje, porque era uma profecia do que está se revelando agora aqui no Brasil.

Respondeu o cacique ao presidente americano:

Vamos pensar em sua oferta, pois sabemos que se não o fizermos, o homem branco virá com armas e tomará nossa terra à força [ainda continuando a fala do índio]. Mas sabemos que, para o homem branco, um pedaço de terra é igual a outro qualquer, porque ele é um estranho que rouba da terra o que quer. A terra não é sua irmã, mas sim sua inimiga, e depois de a conquistar, ele vai embora, deixa para trás os túmulos de seus antepassados sem se importar. O homem branco destrói e arrasa a terra que seria a herança de seus próprios filhos e deixa para trás a sepultura de seu pai e o direito de seus filhos à herança. Ele trata sua mãe – a terra – como coisa, que pode ser comprada, saqueada, vendida. Sua voracidade arruinará a terra, deixando para trás apenas um deserto. O homem branco não sabe que tudo quanto fere a terra, fere os filhos da terra. Se os homens cospem no chão, cospem sobre eles próprios, pois todas as coisas estão interligadas, tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra.

Essa é a fala de um cacique em 1854. Pois bem, Sr. Presidente, existe algo mais atual do que as palavras desse cacique? Hoje os homens ricos e poderosos continuam destruindo os rios, as matas, os animais, a terra e os humanos mais humildes que habitam tradicionalmente nela, como os quilombolas, os indígenas, os pescadores, os sertanejos, os povos da Caatinga, os caiçaras, a população coletora, como é o caso das quebradeiras de coco, dos castanheiros. Matam a terra, matam os filhos da terra e assassinam quem os defende, como fizeram com Chico Mendes e com a Irmã Dorothy.

Desde o meu primeiro discurso nesta tribuna que denuncio a violência contra a terra e contra quem procura viver nela em paz. Desde o início, assumi o compromisso de colocar minha voz a serviço daquelas pessoas cujos gemidos de dor não são escutados por quase ninguém, porque não possuem microfones amplificados pelos modernos meios de comunicação, como nós aqui possuímos.

Quem não respeita a terra não respeita também quem está sobre ela. Tenho manifestado meu repúdio publicamente a todo tipo de violência sofrida pela terra e pelo nosso povo, especialmente nos últimos tempos, em que testemunhamos massacres como o ocorrido com o povo indígena gamela, lá no Maranhão, e os ocorridos em Colniza, no Mato Grosso, que matou nove trabalhadores, e em Pau D'Arco, no Pará, em que dez vidas de trabalhadores rurais foram ceifadas violentamente numa ação da polícia. E olha que ainda disseram que foram recebidos à bala, só que não tem um arranhão em nenhum deles. E lá tem dez mortos e catorze feridos.

E não são só as mortes. Os assassinatos são ações extremadas encomendadas por fazendeiros e grileiros covardes e executadas pelos mais cruéis assassinos de aluguel. Os ribeirinhos, os sertanejos, os indígenas, as comunidades quilombolas e as entidades que os defendem denunciam que diariamente sofrem ameaças de morte, atentados, negação e violação de direitos, desrespeito ao modo de viver.

Territórios são invadidos, a luta criminalizada e o direito de viver em harmonia com a terra, como queria aquele sábio cacique americano e como quer o Papa Francisco, é arrancado pelas



mãos de fazendeiros, latifundiários, empresas, grileiros e grandes projetos mal planejados. É um modelo de destruição e morte, muitas vezes avalizado por este Parlamento.

Na nossa vizinha Câmara dos Deputados, latifundiários patrocinaram a CPI da Funai e do Incra, cujo relatório criminalizou aqueles que lutam pela justiça social e ambiental e inocentou aqueles que destroem a vida. O Senado não fica atrás. Esta Casa aprovou, na semana passada, duas medidas provisórias que representam verdadeiro retrocesso ambiental.

As Medidas 756 e 758 diminuem os limites dos parques e florestas nacionais de Jamanxim, desprotegendo rios, florestas e fauna para entregar tudo aos grileiros, garimpeiros e ao agronegócio; e a Medida 759 rebaixou a política agrária. Essa das reservas, o Jornal Nacional, no mesmo dia em que foi aprovada, disse que, antes de ser sancionada, já se podia ouvir o barulho das motosserras destruindo a floresta.

Como se não bastasse, querem aprovar na Câmara a tal Lei Geral do Licenciamento Ambiental, o PL 3.729, que vai enfraquecer ainda mais o processo de licenciamento ambiental, quando o que precisamos é de fiscalização mais rígida. E tudo faz sentido, Sr. Presidente e povo brasileiro.

A maioria dessas leis foi aprovada primeiro na Câmara dos Deputados, Casa onde os latifundiários são muito fortes, onde uma empresa como a JBS disse que financiou a campanha de 99 dos integrantes da chamada Bancada ruralista. Dizem que receberam R\$31 milhões da JBS, uma empresa que produz carne já nas regiões desmatadas e quer expandir ainda mais as suas pegadas de carbono sobre florestas ainda virgens.

E mais, ao mesmo tempo em que o Governo e este Congresso reduziram unidades de conservação, por meio de medidas provisórias, a 759, por exemplo, libera importantes remanescentes florestais da Amazônia para ocupação privada, o que trará mais desmatamento, ameaça aos povos indígenas, comunidades tradicionais e assassinatos derivados de conflitos fundiários.

Para concluir, Sr. Presidente, quero dizer que, no momento em que precisamos encontrar formas de enfrentamento das mudanças climáticas, fico estarrecida e envergonhada com tanto desmando na questão ambiental. Como se não bastasse, o Presidente dos Estados Unidos está saindo do acordo do clima, porque acha que não tem importância nenhuma aquilo ali para o mundo, para o meio ambiente.

Por isso, repito o que disse nas primeiras linhas deste discurso, Sr. Presidente: hoje, Dia Mundial do Meio Ambiente, não é dia de comemoração; é dia de reflexão, de denúncia e de luta contra o projeto colonizador, escravista e explorador que está sendo implantado no Brasil. Não queremos mais destruição da natureza, não queremos mais mortes, não queremos mais ameaças, atentados e outros atos de violência contra a terra nem contra os filhos desta terra.

Para concluir mesmo, eu queria só lembrar: o jornal *Valor Econômico* de hoje, da família Marinho, tem três matérias sobre o meio ambiente. Acho que é desencargo de consciência. Uma fala sobre o Código Florestal e os produtores rurais. Tem uma frase muito importante do jornalista que fez a matéria, em que ele diz que produzir e conservar devem fazer parte da mesma agenda. O problema é que não fazem. Diz que têm que valorizar a floresta em pé, mas não valorizam, só vale derrubá-la, desmatá-la. Então, é uma matéria muito interessante para se ler, até para se cobrar, porque não sei se é uma opinião sincera ou se é só para desencargo de consciência, porque hoje é o Dia do Meio Ambiente.



A outra, no mesmo jornal: "Ministério do Meio Ambiente busca conter o desmatamento do Cerrado". O Cerrado, como dizem, é a última fronteira agrícola deste País e está sendo também destruída muito velozmente... Eu não sei, estão dizendo aqui que até 2018 vão rever toda a área do Cerrado, para fazer a compatibilização do que pode ser feito e o que não pode ser feito. O que eu sei é que eu conheço bem a área lá, do meu Estado, que está tomada pela soja, as árvores derrubadas. Quando plantam outras é eucalipto, que não tem nada a ver com a nossa terra lá. Mas, pelo menos, também é uma matéria digna de leitura, uma preocupação com o Cerrado.

E a outra dá conta da questão da mudança climática, que já tem efeitos. Em Santos, por exemplo, nas áreas litorâneas, as pessoas começam a sofrer o efeito do clima, que é o que eles chamam de ressaca, inundações, tempestades. E, na cidade de Santos, ele diz que já vai a 300 milhões o prejuízo só com as edificações, em função da mudança climática ocorrida naquele litoral. E o litoral do Brasil inteiro está sofrendo mudanças, sofrendo com a diferenciação do que está acontecendo no Brasil.

Inclusive vi aqui, hoje, a Senadora Ana Amélia falando das inundações no Rio Grande do Sul, e tem Pernambuco, e tem Alagoas, mas contrariamente, tem a seca no Semiárido, onde as pessoas estão recebendo água de carro-pipa. E ninguém para refletir por que essas coisas acontecem.

Então, parabéns ao *Valor Econômico* e espero que sejam sinceras essas três matérias relacionadas ao meio ambiente, publicadas hoje por esse jornal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco Moderador/PTB - RR) – Obrigado, Senadora Regina.

Agora, para fazer uso da palavra, o Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - PE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, nesta segunda-feira, à tarde, para fazer um registro, que considero importante, que é o esforço que o Governo de Pernambuco vem realizando no sentido de prestar ajuda às cidades que foram atingidas por fortes chuvas, desde a semana passada, decorridos já os primeiros dez dias. Agora, são mais de 28 cidades em estado de emergência. O número de desabrigados e desalojados já ultrapassa a marca dos 43 mil pernambucanos, mas é importante aqui que se registre o esforço do Governo do Estado, na pessoa do Sr. Governador Paulo Câmara, que vem liderando um gabinete de crise, instalado no Palácio do Campo das Princesas, com todas as secretarias de Estado envolvidas, procurando mobilizar meios e recursos para poder ajudar os Municípios, os prefeitos e, em conjunto com a sociedade civil pernambucana, levar a primeira ajuda, do ponto de vista do socorro, da ajuda humanitária, em termos de medicamentos, em termos de cestas básicas, em termos de improvisação de abrigos em prédios públicos, para melhor agasalhar toda esta população, que se encontra desalojada ou desabrigada.

Por outro lado, quero também aqui registrar a participação especial do Ministro Helder Barbalho, Ministro da Integração Nacional, que, na companhia do Presidente da República, esteve em Pernambuco, nas primeiras horas, e, já durante esta semana, ao receber aqui o governador de Pernambuco e o governador de Alagoas, liberou os primeiros recursos de pronta resposta da Secretaria Nacional de Defesa Civil. O Estado de Pernambuco foi contemplado com pouco mais de R\$20 milhões e o Estado de Alagoas, com R\$12 milhões.



É importante também registrar que ainda está sendo feito o levantamento dos estragos provocados na infraestrutura urbana dessas cidades, no que diz respeito às ruas, avenidas, logradouros públicos, estradas e sinais de escoamento da produção rural, a destruição de pequenas barragens, de pequenos barreiros, a destruição que ocorreu em hospitais, em escolas. Esse é um trabalho que vai indicar qual será a necessidade de recursos para a operação de reconstrução.

Certamente, na próxima semana, após o levantamento que está sendo feito pelas equipes de diversas secretarias do Estado de Pernambuco, com o apoio dos Srs. Prefeitos, o Governo Federal poderá ter um primeiro número da necessidade de recursos para que se dê o início – e eu espero que seja rápido – do trabalho de reconstrução dessas cidades atingidas pelas fortes chuvas no litoral, na Zona da Mata Sul de Pernambuco, e no Agreste pernambucano.

Mas acho importante aqui também destacar que, para evitarmos novos acontecimentos como esse, é importante que se dê continuidade a um esforço de construção das barragens de prevenção de novas enchentes, sobretudo na bacia do Rio Una.

Quero aqui destacar que, quando fui Ministro da Integração Nacional, no governo da Presidente Dilma Rousseff, logo após a ocorrência de uma tragédia muito semelhante, que foram as chuvas de 2010, o Presidente Lula e, na sequência, a Presidente Dilma viabilizaram recursos para esses sistemas de barragens de prevenção de novas enchentes. E esses sistemas de barragens eram compostos pelas Barragens de Serro Azul, de Igarapeba, de Guabiraba, de Gatos e de Panelas.

Eu tenho a alegria de dizer que, como Ministro da Integração Nacional, nós empenhamos recursos para a construção dessas barragens no total de, aproximadamente, R\$303 milhões durante a nossa gestão no Ministério da Integração Nacional. Até o momento, depois da minha saída, apenas R\$36 milhões foram empenhados para a consecução dessas importantes cinco barragens que previnem as enchentes na Mata Sul e em parte do Agreste de Pernambuco.

Tive a alegria também de, ainda na minha gestão, liberar soma equivalente a R\$256 milhões, que permitiu a conclusão, agora, no último ano, da importante barragem de Serro Azul. Só a Barragem de Serro Azul pode acumular mais de 300 milhões de metros cúbicos. E, nessa cheia que ocorreu há uma semana, a Barragem de Serro Azul conseguiu segurar mais de 80 milhões de metros cúbicos de água. Se não houvesse a Barragem de Serro Azul, os prejuízos, sobretudo na cidade de Palmares, seriam incalculáveis.

Mas é importante que a gente possa restabelecer a prioridade que foi dada lá na nossa época para que essas quatro barragens possam ser retomadas. É verdade que ocorreram problemas técnicos na elaboração dos projetos dessa barragem; é verdade que contratos de licitação foram desfeitos; é verdade que o Governo de Pernambuco devolveu os recursos referentes à Barragem de Panelas e à Barragem de Gatos porque era necessário rever todo o projeto dessas duas barragens, mas é verdade também que o Governo de Pernambuco deu sequência à construção das importantes barragens de Igarapeba e de Guabiraba. E, infelizmente, em função da dificuldade, da restrição orçamentária que o País viveu desde 2015, essas obras perderam o ritmo e se encontram hoje, essas duas barragens, paralisadas.

É importante, portanto, que a gente possa contar com a sensibilidade do Governo Federal para poder conferir nova prioridade a essas quatro barragens.

Estarei hoje à tarde, às 18h, com o Ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, para poder retomar a prioridade na construção desse sistema de prevenção de enchentes na Bacia do Rio Una. Vou também lutar, porque já falei com o Presidente do BNDES, Dr. Paulo Rabello de Castro,



para que o pleito que o Governador de Pernambuco fez ao Presidente Michel Temer possa ser prontamente atendido, que é a liberação dos recursos do BNDES, através de financiamento no valor de R\$600 milhões. Esse financiamento já está aprovado pelo Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional. Precisamos, agora, vencer a burocracia para que esse empréstimo possa se dar como se deu o outrora programa de emergência de financiamento para os governos dos Estados; vencer uma burocracia infernal para que possa permitir que o Governo de Pernambuco possa ter os recursos disponíveis ainda este ano, para retomar importantes obras, não só essas de prevenção, que estou aqui a me dedicar, mas também para ajudar o caixa do Tesouro do Estado à fazer frente às obras de reconstrução que serão necessárias em quase 30 Municípios pernambucanos.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, este era o registro que gostaria aqui de fazer na tarde de hoje, no momento em que o Estado de Pernambuco vive dias difíceis em função dessas fortes chuvas, ressaltando a liderança do Governador Paulo Câmara, o esforço de sua equipe, para que as ações que se fazem necessárias possam ser tomadas.

Que a gente possa trazer mais ânimo, mais esperança, para a população que foi severamente atingida!

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Fernando Bezerra Coelho, o Sr. Telmário Mota deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Regina Sousa.)

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Fernando Bezerra. Desejo que Pernambuco saia daquela calamidade, como Alagoas e o Rio Grande do Sul também.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senadora Regina, vim caminhando a passos largos para pegar ainda esta sessão em funcionamento e fazer um pronunciamento.

Quero fazer o registro da realização do 6º Congresso do nosso Partido, Senadora Regina, o Partido dos Trabalhadores, Congresso do qual a senhora participou como Senadora e que elegeu a nossa combativa Senadora Gleisi Hoffmann como Presidenta Nacional deste Partido.

Eu participei de todos os debates. Fui candidato, também, a Presidente Nacional do PT. Acho que tive um importante papel de estimular o debate dentro desse que é o maior Partido de esquerda da América Latina. Acabei com 38% dos votos. Acho que tive um bom desempenho. Quero vir aqui a público – e já o fiz nas redes sociais – declarar o meu mais profundo apoio à Senadora, que é uma Senadora de altíssimo nível, corajosa e que vai ser uma grande Presidenta do PT.

Eu não tenho dúvida nenhuma em afirmar isso. Saímos com grandes acordos sobre a tática do próximo período, o PT definiu sua prioridade na luta pela derrubada desse Governo ilegítimo, mas nós deixamos, de forma bem clara também, dito para todo o País que nós não aceitamos nenhuma saída pelo colégio eleitoral. Não há saída dessa crise por esse Congresso Nacional, totalmente desmoralizado e distante da vida do povo brasileiro. Para nós, só eleições diretas, uma grande campanha nacional.



Ontem, inclusive, em São Paulo, houve um importante ato que reuniu mais de 100 mil pessoas no Largo do Batata. No domingo anterior, nós já tínhamos feito uma grande mobilização no Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Copacabana, 150 mil pessoas. E agora vai ser cidade por cidade desse País.

É importante registrar que nós já temos o instrumento jurídico para as eleições diretas. Nós conseguimos aprovar – eu fui o Relator – a PEC do Senador Reguffe, que modifica o art. 81 da Constituição, para dizer que, se houver afastamento do Presidente e do Vice-Presidente da República até o final do terceiro ano, ou seja, se houver vacância do cargo de Presidente e Vice-Presidente da República até o final do terceiro ano, ou seja, 31 de dezembro de 2017, nós teremos eleições diretas. Eu quero conversar com o Senador Eunício Oliveira ainda hoje, ou amanhã, para saber quando pautaremos aqui no plenário do Senado Federal. Eu tenho uma convicção, Senadora Regina: na hora de colocar para votar, é muito difícil para um Senador ou para um Deputado votar contra essa PEC das eleições diretas. Na hora tem um cálculo político: fica mal votar por um processo indireto.

Não, a gente também sabe que vai ser julgada amanhã a chapa no TSE, e há um entendimento no TSE, pelo menos esse tem sido o entendimento majoritário, de que a chapa, sendo cassada, tem que se obedecer ao art. 224 do Código Eleitoral, que diz que até seis meses antes do final do mandato tem que ser um processo eleitoral direto. E o TSE vai ter que se pronunciar: se o TSE cassa a chapa, ele vai ter que dizer de forma clara se vai ser eleição direta ou indireta. Na avaliação de muitos juristas com que nós conversamos, o caminho de cassação da chapa tem que ser eleição direta. Foi um ato que aconteceu no início do processo eleitoral, ou seja, não se trata do art. 81 da Constituição, que fala de vacância. Vacância seria no caso de renúncia ou de *impeachment*.

Então, nós saímos muito unificados do congresso, para discutir esse novo momento do País e para trabalhar em cima dessa bandeira do "Fora, Temer", das eleições diretas. É claro que tem um debate que ainda vai continuar pelo próximo período, que é o debate sobre estratégia.

Eu estou convencido, Senadora Regina... E eu vejo agora a eleição no Reino Unido, como cresceu a candidatura de Jeremy Corbyn. A diferença era de 20 pontos da Theresa May, que é candidata do Partido Conservador, em relação ao Jeremy Corbyn – era de 20 pontos. A diferença agora está em 5 pontos; tem pesquisas que estão dando 3 pontos. A eleição vai acontecer na próxima quinta-feira.

E eu, quando olho para a situação da esquerda do mundo e vejo não só Jeremy Corbyn, que fez um discurso pegando um conteúdo programático de muita contestação do sistema, quando eu olho também para a eleição francesa e vi lá o resultado do Mélenchon e, nas eleições norteamericanas, do Bernie Sanders, eu estou convencido de que só uma esquerda para valer pode fazer frente a uma direita extremamente conservadora, com um discurso que se aproxima de características fascistas.

Só um... O crescimento do Mélenchon na França também foi assim. Ele fez um discurso ali, forte, pela esquerda, um discurso antissistema, e eu acho que essas lições a gente tem que tomar aqui, no caso do Brasil, até porque a situação, nós somos estamos vivendo um outro ciclo, não tem nada a ver com 2003, uma possível vitória de Luiz Inácio Lula da Silva a Presidente da República.

Nós temos que fazer diferente, e fazer ainda muito mais do que a gente já fez. Nós conseguimos avançar em pontos importantes nessa discussão de estratégia no 6º Congresso do PT, mas vai ter um debate permanente, como é natural, dentro do Partido, e a gente vai tentar



convencer, sempre, nesse debate que é possível, que é necessário puxar um programa do PT mais para a esquerda, porque aquela situação de 2003 não existe mais.

Eu falo, inclusive, do ponto de vista econômico. Nós tivemos ali, o *boom* das *commodities*, que nos ajudaram, e tivemos uma situação nova na economia, nós tínhamos um crédito. O crédito era lá embaixo, era pouco crédito para o povo brasileiro, e a gente conseguiu utilizar aquela margem de manobra ali para, sem grande conflito com o capital, fazer um grande processo de distribuição de rendas e inclusão social no País.

Eu estou convencido de que a situação agora é diferente. Não tem espaço mais no mundo inteiro dentro dessa etapa do capitalismo extremamente hegemonizada pelo capital financeiro.

Por isso que eu acho o Lula vai ser eleito Presidente da República. Nós temos que ter um programa de reformas de base. Agora, para isso, vai ser necessário, dessa vez, a gente tocar em interesses do grande capital, principalmente duas questões que são centrais: uma é na hora da arrecadação. Nós temos que mexer nesse sistema tributário brasileiro. Quem paga imposto no País é a classe média, são os trabalhadores. Os multimilionários pagam muito menos, proporcionalmente, impostos no País. É algo absurdo, é um sistema tributário extremamente regressivo e, se a gente quer ter um novo plano de investimentos em saúde, educação, fazer reforma urbana, reforma agrária, nós vamos ter que mexer nesse sistema tributário, como vamos ter que mexer na hora do gasto, porque há duas formas para combatermos a desigualdade: na hora em que arrecadamos e na hora em que gastamos.

Infelizmente, hoje, Senadora Regina, 35% de tudo que a gente gasta no nosso orçamento são para pagar juros a um pequeno grupo de rentistas, é uma transferência do orçamento – que era para ser para os pobres – para os multimilionários desse País, para os grandes empresários, para o sistema financeiro.

Então, esse é um debate que está em aberto. Eu tenho convicção de que o PT está em boas mãos com a Senadora Gleisi, e a gente espera construir a candidatura do Lula em cima de uma nova plataforma, de uma plataforma em que entrem temas de debates como democratização dos meios de comunicação, porque nós temos uma concentração gigantesca em poucas famílias de todo o nosso sistema de radiodifusão aqui, no País. Então, esse é um ponto importante também.

No mais, nós, inclusive, que fizemos parte de uma chapa lá, de uma parte do PT, que se chama Muda PT... O Muda PT, inclusive, está discutindo uma nota declarando esse apoio a essa grande guerreira, a nossa Senadora Gleisi Hoffmann. Ela sabe que pode contar comigo em todos os instantes nesse processo, porque a gente sabe o que o País está vivendo.

Nós estamos caminhando em direção ao Estado de exceção. É impressionante essa perseguição infame contra o Presidente Lula. É uma caçada contra o Presidente Lula, e até agora não acharam uma prova sequer contra o Presidente Lula. E estão querendo condenar sem provas, porque o desespero todo deles – por isso é que a gente sempre diz que esse golpe é um golpe continuado – é porque o Lula não para de subir nas pesquisas.

Eles fizeram tudo isso, deram esse golpe. Eles diziam na época: "Se tirar a Dilma, a economia vai melhorar". Melhorou coisa alguma. A situação da economia brasileira é impressionante. Inclusive, eles estão fazendo o maior estardalhaço aqui no Senado Federal de que houve um crescimento de 1% do PIB do 1º trimestre. Houve, sim, mas há várias questões a serem discutidas nesse crescimento do PIB do 1º trimestre. Primeiro, houve uma mudança de metodologia do IBGE no que se refere a serviços e comércio. Eles mexeram, mudaram, em fevereiro, a metodologia, o que os ajudou. Segundo, é que foi a agropecuária que cresceu 13%. O que puxou o



crescimento da economia foi agropecuária e a exportação. Quando você vai ver os números da economia brasileira, internos, você vê o seguinte: investimentos – queda de 1,6% em investimentos. Não sei como eles têm coragem de comemorar. Consumo das famílias: queda também de 0,1%. Continua caindo o consumo das famílias.

Hoje, há uma matéria no jornal *Valor Econômico* que diz que, desde 2014, o PIB *per capita* caiu 11 pontos, que nós vamos demorar cinco anos para voltar à situação de 2014. O consumo do Governo caiu 0,6%. Então, vejam bem, isso é retomada do crescimento? Não! Nós estamos numa situação de estagnação. Nós chegamos ao fundo do poço. E é comum nessa situação você ter melhorias na área de exportação, no setor de exportação, mas o concreto, quando a gente olhar para o Brasil, é este: o consumo das famílias continuou caindo, os investimentos caindo e gastos do Governo caindo também.

Senadora Fátima Bezerra, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu já tive oportunidade de falar hoje sobre o congresso nacional do nosso Partido, de saudar a nossa nova Presidente, a Senadora Gleisi, e igualmente quero aqui saudar V. Ex^a, porque – já disse hoje e volto a dizer – tanto a sua candidatura como a candidatura da Senadora Gleisi cumpriram um papel muito importante para o debate no interior do nosso Partido e junto até à própria sociedade, pela qualificação do debate político que vocês fizeram, e eu sou testemunha disso, o debate respeitoso, o debate fraternal. Então, foi um momento de afirmação do nosso Partido, pelo tanto que V. Ex^a quanto a Senadora Gleisi se reconectaram com as nossas bases, com a juventude, com as mulheres, como esse desejo forte dentro do Partido dos Trabalhadores para que nós possamos estar à altura de cumprir o nosso papel para barrar esses retrocessos. E digo, Senador Lindbergh, que ao contrário dos nossos adversários, dos nossos inimigos, que pensavam que o congresso do PT ia se resumir a brigas, a cisões, a divisões no interior do Partido, o que nós vimos foi exatamente o contrário: o Partido dando demonstração de vitalidade, de forte unidade política. Tanto é que as principais resoluções do Partido foram lá festejadas, aprovadas por unanimidade, e passam desde a questão do combate às reformas, assim como a questão do "Fora, Temer", a realização de eleições diretas, e "não" ao chamado colégio eleitoral, porque o congresso disse, em alto e bom som, que, na eventualidade dessa tragédia, que seria, com a saída do Temer – que deve sair mesmo –, mas a tragédia que seria a escolha do novo Presidente se dar pela via desse colégio eleitoral, excluindo mais uma vez a população, o congresso disse em alto e bom som que o PT não participará dessa farsa; o PT não participará dessa tragédia. E ficou lá muito claro que tanto a Bancada do PT aqui no Senado como lá na Câmara se coloca, portanto, de forma frontalmente contrária ao chamado colégio eleitoral. De forma que saímos de lá, repito, revigorados, porque, Senador Lindbergh, há momentos em que eu fico pensando: é muita façanha para um Partido como o nosso, que tem passado por um momento tão difícil nesses tempos de criminalização da política, em que o PT foi o principal alvo no campo da esquerda; a caçada jurídico-midiática contra o Presidente Lula; a campanha de ódio contra o PT; e esse Partido conseguir realizar esse congresso com toda essa vitalidade: 600 militantes, vindos de todo o País. Portanto, termino, Lindbergh, mais uma vez parabenizando você pela sua trajetória, pela sua história. Você cumpriu e vai continuar cumprindo um papel muito importante frente a esse momento que o PT vive, porque de lá nós saímos, Senadora Regina, muito mais conscientes, muito mais amadurecidos e muito mais convictos do papel que o PT tem a desempenhar como principal e maior partido no conjunto da esquerda brasileira, que há o de se aliar não só às forças



de esquerda, às forças no campo democrático, popular, progressista; aliar-se aos movimentos sociais, aos movimentos populares; estar com o povo cotidianamente nas ruas para, enfim, barrarmos esses retrocessos – não é, Lindbergh? – e trazer a democracia de volta com a realização de eleições diretas. Parabéns.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Muito obrigado, Senadora Fátima Bezerra.

Eu estava falando aqui agora que eles diziam, Senadora Fátima, que o golpe... Que era só retirar a Dilma que iam melhorar a economia. Não está melhorando. Eles vão ver que essa festa que, infelizmente, eles fazem em relação ao PIB do primeiro trimestre não vai se confirmar no segundo trimestre, porque eu já falei aqui que foi um crescimento muito puxado por um *boom* do setor agropecuário de 13%, e eles estão tentando fazer marola com isso aqui.

Na verdade, não vamos sair da crise, porque não há uma proposta do Governo para sair da crise. Pelo contrário, é só austeridade fiscal, que piora a situação da economia, e essas reformas, que vão deprimir ainda mais o consumo.

Mas o golpe está desmoralizado, não é Senadora Fátima? Os três principais nomes do golpe, quem são? Aécio, Eduardo Cunha e Temer. Olha a situação! Esses foram os generais do golpe, e agora estão querendo ir para uma loucura.

O que a gente está dizendo nesse congresso do PT, que foi muito importante é o seguinte: "O nosso compromisso primeiro é com a sociedade brasileira. Não vamos participar de nenhum tipo de arranjo com esse Congresso Nacional".

Imagine eleger um Presidente aqui, com o Congresso desmoralizado? Eles perderam a cabeça, Senadora Fátima. Perderam o juízo. O povo não vai aceitar.

A Srª Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se em 1985, na década de 80, nós tivemos a coragem que tivemos naquele momento de ser contra o colégio eleitoral que elegeu Tancredo Neves, imagine nesses tempos de ataque à democracia, nesses tempos em que, infelizmente, a burguesia brasileira, capitaneada por esse consórcio golpista, o PSDB, o setor empresarial, parte do setor empresarial e o setor da grande mídia rasgam a Constituição e nos legam exatamente este Brasil que nós estamos vivendo hoje. Então, mais do que nunca é que neste momento jamais haverá, por parte do PT, nem um gesto de política de conciliação. Jamais, jamais.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Olha, Senadora Fátima, eu quero inclusive chamar a atenção, aproveitando que a senhora está aqui com a Senadora Regina: amanhã está marcada reunião da CAE para a votação da reforma trabalhista. O acordo que havia se estabelecido aqui no plenário é que tramitaria em três comissões: CAE, depois CCJ e depois CAS.

Eu tomei um susto hoje pela manhã, ao ler o jornal *Valor Econômico*, dizendo que o Senador Romero Jucá, Líder deste Governo aí, que está batendo na mesa dizendo que este Governo não cai – a gente sabe que o Senador Romero Jucá está fazendo o papel dele, mas ele sabe da fragilidade desse Governo aí –, o Senador Romero Jucá dizendo o seguinte: que pode, depois da votação da CAE, entrar com pedido, um requerimento de Líderes, para vir para o plenário. Eu acho que eles estão com o objetivo aqui permanente de causar turbulência nas discussões das comissões.

Há duas semanas nós tivemos uma reunião muito tensa na CAE.

(Soa a campainha.)



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu acho que essa movimentação parece um esforço do Governo para trazer novamente a tensão para a reunião de amanhã da CAE.

E agora eu descobri que houve aqui um requerimento na quinta-feira, em que ele coloca a CAS como a segunda comissão. A segunda comissão era a CCJ!

Senador Romero Jucá, onde estiver aqui nos escutando, nós não vamos aceitar isso. Se o objetivo é implodir a reunião da CAE, os senhores estão conseguindo. O que é isso?

É o desespero de querer passar para o mercado: "Olha, o Temer pode continuar Presidente da República". Eles querem dizer de todo jeito, "aprovamos a reforma trabalhista", porque sabem que não tem povo defendendo esse Governo. Ele quer se manter por cima porque essa reforma trabalhista é criminosa, Senadora Fátima.

Você veja, o que nós conseguimos de avanço em relação às empregadas domésticas. Foi uma luta para aprovar isso aqui. Lembra disso? E foi uma libertação, porque as empregadas domésticas e os empregados domésticos do País afora viviam em uma situação de semiescravidão ou de escravidão completa. E a gente conseguiu.

Pois bem, vai cair por terra. Eles estão criando agora essa figura do autônomo exclusivo. A empregada doméstica pode virar PJ. Vai virar todo mundo PJ neste País, sem direito a férias, sem direito ao décimo terceiro. O trabalho intermitente, que é o trabalhador ficar em casa esperando o patrão dizer: "Quero que você trabalhe quatro horas amanhã, das 6h da tarde às 10h da noite. Depois de amanhã eu quero que você trabalhe duas horas, das 8h da manhã às 10h da manhã". A pessoa não planeja a vida, não tem nem o direito ao salário mínimo porque pode trabalhar menos e não ter direito ao salário mínimo.

Então, esse pessoal quer aproveitar esse momento de fragilidade do Governo para dizer o seguinte: "Olha, empresários, sistema financeiro, grande mídia, eu estou conseguindo passar essas reformas contra o povo trabalhador".

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É dessa forma que eles estão tentando se sustentar.

Então, eu digo aqui em alto e bom som novamente: "É melhor seguir o rito estabelecido". Qual o rito? CAE, CCJ e CAS. Foi em cima disso que nós pactuamos – o Senador Paulo Paim – uma proposta, lá na Comissão passada, para ser lida e votada amanhã. Sem isso, não existe acordo, acordo algum. Esse Governo mulambento, esse Governo em fim de linha, prestes a cair, não vai tratar ou passar por cima da gente, rasgando acordos estabelecidos. É este apelo que eu faço: que a gente construa uma saída, restabeleçamos aquilo que havia sido discutido, para que a gente possa votar amanhã, na Comissão de Assuntos Econômicos, essa matéria. Nós estamos com a posição radicalmente contra essa reforma trabalhista e vamos tentar convencer ao máximo os Senadores, até amanhã, de que é imprudente a gente votar uma matéria que retire, que mexa em direitos conquistados em 1943, sob o governo de Getúlio Vargas ainda.

Por fim, Sr^a Presidente, para encerrar, amanhã é um dia em que o TSE vai começar o julgamento das contas. Aqui há uma grande expectativa. O Governo está tentando passar a ideia de que "Ah, não! Nós vamos ganhar". Eu não acredito, sinceramente, que o TSE encerre a questão, amanhã, favoravelmente ao Temer. Isso seria, na verdade, uma imprudência total, porque vão surgir novos fatos. Esse, na verdade, é um instrumento que pode ser utilizado para abreviar o fim do Governo de Michel Temer. São tantos fatos que podem surgir: essa prisão do Rodrigo



Rocha Loures; estão dizendo que existe uma gravação em que o Rodrigo Rocha Loures, numa gravação feita PF, diz que aqueles R\$500 mil da mala eram do Temer, que ele era só o portador. Veja o tipo de escândalo, Senadora Regina: era R\$500 mil por semana, durante mais de 20 anos, dirigidos ao Presidente da República! Um Presidente da República sobre o qual, quando eu vi o processo de *impeachment* aqui, fiz vários pronunciamentos dizendo o seguinte: "Olhem, se a gente afastar a Presidenta Dilma e o Temer assumir, ele não vai mais ser investigado porque ele não pode ser investigado por fatos anteriores ao mandato". E veja que ele criou um fato para ser investigado no mandato! Olhe que tipo de figura nós temos na Presidência da República! Ele cometeu um crime como Presidente da República, e um crime gravíssimo, porque, na verdade, ele queria comprar o silêncio de Eduardo Cunha, e também por corrupção. Eram R\$500 mil dentro de uma mala, uma mala de um Deputado que era o principal assessor dele! O País não aguenta isso.

Então, eu, sinceramente, não acredito... Esse Governo está vivendo de gargantear um bocado de coisa – a gente vê isso aqui no plenário do Senado Federal também –, tentando passar uma força que ele já não tem. Mas eu acho que essa história de haver uma vitória no TSE e amanhã mesmo o Temer ganhar nesse julgamento do TSE, eu, sinceramente, acho extremamente improvável.

Nós vamos ficar aqui fazendo o que temos que fazer. Nós vamos dar uma boa batalha na Comissão de Assuntos Econômicos no dia de amanhã. Vamos conversar com o Presidente desta Casa, Senador Eunício Oliveira, para ver uma data para pautar no plenário do Senado a votação da PEC das Diretas. Eu acho, sinceramente, Senadora Regina, que ela tem tudo para ser aprovada, porque nós conseguimos aprovar pela unanimidade dos votos da CCJ – foram 26 Senadores que votaram a favor.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não é comum Senador um votar a favor na CCJ e depois mudar aqui no plenário. A Comissão de Constituição e Justiça é a Comissão mais importante desta Casa, de forma que eu tenho esperança de que, nesses próximos 15 dias, a gente consiga votar essa PEC aqui no plenário do Senado Federal, porque essa campanha das diretas vai crescer.

Toda semana nós vamos ter mobilização em um lugar diferente deste País. E agora, diferentemente dos dias nacionais de luta, que a gente faz em um dia só, a orientação é fazer em dias diferentes essas passeatas e mobilizações pelas diretas.

Última coisa, Senadora Regina. Eu sei V. Ex^a tem que sair daí agora. Só a última coisa: anunciar que a centrais sindicais se reuniram hoje em São Paulo e também houve uma reunião das frentes – Frente Brasil Popular e Frente Povo sem Medo –, aqui em Brasília. A nossa Líder e atual Presidente – vai assumir como Presidente –, Senadora Gleisi Hoffmann, participou. Definiram a data do próximo dia 30 como a data da próxima greve geral no País. É uma greve não só por eleições diretas, a pauta das reformas está no centro dessa greve.

Eu tenho dito que a pauta das reformas tem mobilizado muita gente, Senador João Pedro, neste País afora: a reforma da previdência e a reforma trabalhista. A gente fez, nesse processo todo...

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E quarta-feira agora, Senador Lindbergh, Senadora Regina, será o ato de lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa das Eleições Diretas.



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Não, na verdade é amanhã.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tinha ficado para quarta-feira.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – É amanhã.

Desculpe, Senadora Fátima, é amanhã às 16h.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, o.k.. Amanhã, às 16h.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Lançamento da Frente Parlamentar, no Salão Nobre da Câmara.

A Sr^a Fátima Bezerra (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. O.k.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Mas eu acho que essa decisão do próximo dia 30, da greve geral, é uma decisão importante, porque mostra o seguinte: a luta continua.

Para vocês que estão nos assistindo: é importante dizer que o que muda voto aqui no Parlamento é a mobilização do povo. Se o povo for com tudo para as ruas, nós vamos tirar esse Temer do Palácio Planalto e vamos conseguir aprovar a proposta de eleições diretas.

Muito obrigado, Senadora Regina.

A SR^a PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI) – Obrigada, Senador Lindbergh.

Quero registrar aqui a presença dos estudantes que venceram o Concurso Histórico-Literário Caminhos do Mercosul, promovido pelo Ministério da Educação. Parabéns, meninos e meninas! Sejam bem-vindos! Só que a gente já está encerrando a sessão.

Nada mais havendo a tratar, não havendo oradores inscritos, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.)

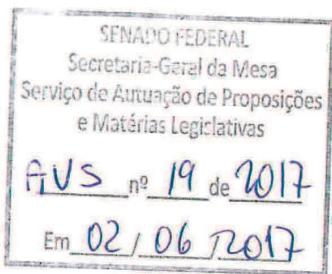


MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 80^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Aviso do Tribunal de Contas da União





Aviso nº 19, de 2017

Senado Federal
À Comissão de Transparência, Governança,
Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor
Em ____/____/____.

Aviso nº 421 - GP/TCU

Brasília, 30 de maio de 2017.

Senhor Presidente,

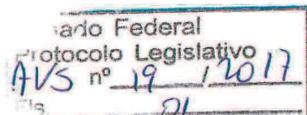
Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, o RELATÓRIO DAS ATIVIDADES deste Tribunal referente ao 1º trimestre do exercício de 2017.

Atenciosamente,

(Assinado eletronicamente)

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF



Recebido em 02/06/17

Hora: 16:35

João Vicente dos Santos

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 57530972.







República Federativa do Brasil

Tribunal de Contas da União

MINISTROS

Raimundo Carreiro, Presidente

José Múcio Monteiro, Vice-Presidente

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Ana Arraes

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Paulo Soares Bugarin, Procurador-Geral

Lucas Rocha Furtado, Subprocurador-Geral

Cristina Machado da Costa e Silva, Subprocuradora-Geral

Marinus Eduardo de Vries Marsico, Procurador

Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador

Sergio Ricardo Costa Caribé, Procurador

Rodrigo Medeiros de Lima, Procurador





Relatório de Atividades do TCU

**1º trimestre
2017**

Brasília – 2017



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

© Copyright 2017, Tribunal de Contas da União

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Brasil. Tribunal de Contas da União.

Relatório Trimestral de Atividades: 1º trimestre de 2017 / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, 2017.

51. il. Color.

1. Tribunal de Contas – relatório – Brasil. I. Título. II. Carreiro, Raimundo.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

APRESENTAÇÃO

Em atenção ao art. 71, § 4º, da Constituição Federal, apresento ao Congresso Nacional e ao cidadão brasileiro o Relatório Trimestral de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU), referente ao 1º trimestre de 2017, o qual contempla os principais trabalhos e resultados advindos da atuação do TCU no período.

O Tribunal busca sempre excelência no exercício das competências constitucionais e legais que lhe são afetas. Para tanto, é contínuo o aprimoramento do controle, no intuito de se adaptar à evolução do Estado, mas também atender aos anseios da sociedade, em especial, às demandas impostas pelo atual cenário brasileiro.

Assim, atento às oportunidades de atuação delineadas no presente contexto da Administração Pública, o TCU priorizou o combate à fraude e à corrupção, como uma das diretrizes norteadoras da atuação finalística da gestão iniciada no ano de 2017. Em consonância com esse propósito, também foram priorizadas a avaliação da eficiência e da qualidade dos serviços públicos, a avaliação de resultados de políticas e programas públicos e a promoção da transparência na Administração Pública Federal.

O Tribunal, visando dar impulso às estratégias mencionadas, criou a **Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (Seccor)**, cuja finalidade é desenvolver, fomentar, monitorar, apoiar e coordenar ações de controle de combate à fraude e corrupção, por meio do fortalecimento da relação entre o TCU e os outros órgãos e entidades de controle e fiscalização.

Em conformidade com as estratégias adotadas pela Casa, merece destaque fiscalização realizada no âmbito da **Universidade Federal do Paraná (UFPR)**, em parceria com a Polícia Federal e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. A ação, denominada **Operação Research**, desvendou um esquema de desvio de recursos, com fraudes em bolsas de pós-graduação e pesquisa, que somam mais de R\$ 7 milhões em danos aos cofres públicos.

Também, em relação à atuação finalística do Tribunal no período, teve relevância a apreciação de auditoria nas **obras da Usina Termonuclear de Angra 3**, no Rio de Janeiro. Ao analisar o processo, o TCU declarou cinco empresas inidôneas para participar de licitação na Administração Pública Federal. Por



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

outro lado, o TCU adiou, de forma condicional, a decisão quanto à aplicação da pena de inidoneidade em relação àquelas empresas que colaboraram com o Ministério Público Federal (MPF) mediante **acordo de leniência**. Trata-se de decisão inédita no Tribunal e que deve repercutir em outros processos em discussão na Casa, nos quais estão envolvidas empresas que firmaram os citados acordos com MPF.

No trimestre, destaca-se, ainda, auditoria que avaliou as **obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis/RJ**, trecho Juiz de Fora/MG – Rio de Janeiro/RJ. O TCU identificou sobrepreço no orçamento da obra e superestimativa de tributos. A correção das irregularidades gerou economia para os cofres públicos de mais de R\$ 314 milhões. Outro importante trabalho foi a fiscalização realizada nas **obras da Ferrovia Transnordestina**. Dentre as irregularidades verificadas está o descompasso entre os valores pagos e a parcela executada da obra. Em decorrência das alterações determinadas pelo TCU, o Estado economizou R\$ 280 milhões.

Ressalta-se que, em termos de benefícios financeiros, os resultados obtidos a partir das deliberações proferidas pelo TCU no 1º trimestre de 2017 totalizaram **R\$ 2,027 bilhões**, valor **4,40 vezes** superior ao custo de funcionamento do Tribunal no período. Também teve evidência a atuação prévia do TCU, materializada por meio da adoção de **12 medidas cautelares**, e que envolveu recursos superiores a **R\$ 1,810 bilhão**.

Registro, ainda, que esses são apenas alguns dos resultados advindos da atuação do Tribunal, mas que reafirmam o compromisso e o empenho da Instituição e do seu corpo de servidores no exercício da sua missão institucional de aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo.

Por fim, a versão impressa do presente documento contém QR-Code que direciona para a **versão digital do Relatório, disponível no Portal TCU**, a qual inclui *hiperlinks* que permitem ao leitor acessar informações complementares sobre os assuntos abordados.

Brasília, maio de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente do TCU



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

SUMÁRIO

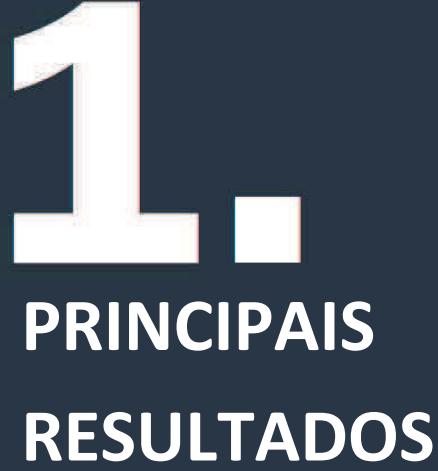
1. PRINCIPAIS RESULTADOS	8
1.1. TCU em números	8
1.2. Deliberações do Tribunal	9
1.3. Benefícios financeiros das ações de controle externo	10
1.4. Atos normativos	12
1.5. Consultas	13
1.6. Jurisprudência do TCU	13
1.6.1. Sistema de pesquisa de Jurisprudência do TCU	16
1.7. Processos de controle externo	16
1.8. Fiscalizações	17
1.9. Atos de pessoal	17
1.10. Medidas cautelares	18
1.11. Julgamento de contas	18
1.12. Condenações e sanções	19
1.13. Anulação e sustação de atos e contratos	19
1.14. Atuação do Ministério Público junto ao TCU	20
2. O CONGRESSO NACIONAL E O TCU	22
2.1. Obras Públicas Fiscalizadas	22
2.1.1. Obras com indícios de irregularidades graves	22
2.2. Solicitações do Congresso Nacional	22
2.3. Audiências Públicas	23
2.4. Reuniões técnicas	24
3. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO	26
3.1. Inovações no controle	26
3.2. Trabalhos em destaque	27
3.2.1. Ações por área temática	27
• Educação e Cultura	27
• Esporte	27
• Integração Nacional	28
• Fazenda e Planejamento	28
• Meio Ambiente	29
• Minas e Energia	29
• Saúde	30
• Transporte	31



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

4. GOVERNANÇA E GESTÃO	33
4.1. Planejamento e Gestão	33
4.1.1. Transparência da Gestão	34
4.1.1.1. Gestão Orçamentária e Financeira	34
4.1.1.2. Sustentabilidade	35
4.2. Desenvolvimento Profissional	35
4.3. Alianças Estratégicas	36
4.3.1. Interação com a sociedade	36
4.3.2. Acordos de cooperação	37
4.3.3. Cooperação internacional	38
1. ANEXOS	40
Anexo I – Anulação e sustação de atos e contratos	40
Anexo II – Medidas cautelares concedidas	41
Anexo III – Pessoas jurídicas declaradas inidôneas	43
Anexo IV – Indisponibilidade de bens de responsável	44
Anexo V – Arrestos de bens solicitados	45
Anexo VI – Responsáveis inabilitados	46
Anexo VII – Obras com indícios de irregularidades graves	47





1. PRINCIPAIS RESULTADOS

Os principais resultados e benefícios decorrentes das atividades desenvolvidas pelo TCU no 1º trimestre de 2017



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

1. PRINCIPAIS RESULTADOS

1.1. TCU em números

Benefício financeiro das ações de controle externo	R\$ 2,027 bilhões
Montante envolvido nas medidas cautelares adotadas	R\$ 1,810 bilhão
Responsáveis condenados em débito e/ou multados	760
Valor das condenações	R\$ 386,839 milhões
Fiscalizações concluídas	104
Processos de controle externo apreciados conclusivamente	1.197
Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal	23
Empresas declaradas inidôneas para participar de licitações na Administração Pública Federal	15
Indisponibilidades de bens decretadas	17
Arrestos de bens solicitados	14
Medidas cautelares adotadas	12
Atos de pessoal apreciados	16.881
Processos de cobrança executiva formalizados	757
Valor envolvido nos processos de cobrança executiva	R\$ 419,66 milhões
Acórdãos proferidos	5.442



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE DE 2017

1.2. Deliberações do Tribunal

As deliberações do TCU, tanto do Plenário quanto das Câmaras, assumem a forma de acórdãos, que são publicados, conforme o caso, no *Diário Oficial da União* e/ou no *Boletim do Tribunal de Contas da União* (BTCU). O inteiro teor dos acórdãos também está disponível no Portal do TCU na internet, no endereço: <http://www.tcu.gov.br>.

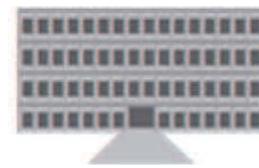
Colegiado	Sessões no 1º Trimestre		Acórdãos no 1º Trimestre	
	2016	2017	2016	2017
Plenário	19	19	732	604
1ª Câmara	9	9	2.166	1.890
2ª Câmara	9	9	4.156	2.948
Total	37	37	7.054	5.442

Fonte: Secretaria das Sessões (Seses).

O Tribunal é um órgão colegiado e suas decisões são tomadas pelo Plenário ou por uma de suas duas Câmaras. A seguir, a composição desses colegiados para o exercício de 2017:

Plenário: ministros Raimundo Carreiro (Presidente), José Múcio Monteiro (Vice-Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; ministros-substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e representante do Ministério Público, Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1ª Câmara: ministros Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Bruno Dantas e Vital do Rêgo; ministros-substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.



[Conheça as autoridades do TCU](#)

2ª Câmara: ministros José Múcio Monteiro (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Ana Arraes e; ministros-substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

Em 2017, o exercício da Presidência do TCU estará a cargo do **Ministro Raimundo Carreiro**, função para a qual foi eleito em 07 dezembro de 2016, juntamente com o **Ministro José Múcio** que assumiu a Vice-Presidência do Tribunal. Ambos tomaram posse no dia 14.12.2016.



Plenário do Tribunal de Contas da União



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1.3. Benefícios financeiros das ações de controle externo

Os benefícios das ações de controle externo são, em grande parte, de difícil mensuração em termos financeiros. Advém, por exemplo, da própria expectativa do controle, da prevenção do desperdício, de melhorias na alocação de recursos, da sugestão de aprimoramento de leis, da redução de danos ambientais e da melhoria de políticas públicas.

Alguns resultados, contudo, são passíveis de mensuração em termos financeiros, inclusive com a geração de benefícios por tempo indeterminado.

Acórdão/Relator	Ação de Controle	Benefícios (R\$)
Correção de irregularidades ou impropriedades		
18/2017-Plenário Min. Subst. Augusto Sherman	Auditoria nas obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis/RJ, pertencentes à rodovia BR-040/MG/RJ, concedida à Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio. Fiscobras 2016.	314.805.775,76
502/2017-Plenário Min. Subst. Augusto Sherman	Possíveis irregularidades praticadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com relação ao RDC Eletrônico 392/2016-00, para a contratação de empresas para a execução das obras de adequação de capacidade com duplicação da Rodovia BR-101/SC, envolvendo a travessia do Morro dos Cavalos em túnel duplo.	306.256.483,82
2.615/2017- 2ª Câmara Min. Ana Arraes	Auditoria na folha de pagamento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para verificar a regularidade de pagamentos nas rubricas de Retribuição por Titulação, de decisão judicial de natureza compensatória e de decisão judicial relativa à incorporação de quintos com amparo na Portaria MEC 474/1987.	93.288.892,32
595/2017-Plenário Min. Bruno Dantas	Auditoria realizada no âmbito do Fiscobras 2016 com o objetivo de fiscalizar o edital de licitação das obras de implantação do sistema <i>Bus Rapid Transit</i> no Município de Campinas/SP.	37.198.785,85
364/2017-Plenário Min. Benjamin Zymler	Benefício vinculado ao TC 004.998/2016-2, que trata de possíveis irregularidades nos repasses efetuados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) para investimento em obras, reformas e demais serviços de engenharia na infraestrutura do ensino no Estado do Paraná.	19.062.043,65
3.204/2016-Plenário Min. Bruno Dantas	Verificação de possíveis irregularidades ocorridas no Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia, relacionadas à existência de ilegalidades no Edital da Concorrência Pública 01/2010.	14.992.288,78
305/2017-Plenário Min. Bruno Dantas	Auditoria nas obras do projeto de urbanização do Vale do Jaguaribe/PB. Superfaturamento decorrente de quantitativos inadequados, descumprimento de cláusulas contratuais, projeto básico deficiente.	2.201.480,69
501/2017-Plenário Min. Subst. Augusto Sherman	Auditoria nas obras realizadas no âmbito do Termo de Compromisso 0394.943-11/2012, celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades, e o Estado da Bahia, para a implantação da 3ª etapa do Projeto Águas do Sertão - Sistema de abastecimento de água de Araci do Norte, no Estado da Bahia.	1.054.695,03
117/2017-Plenário Min. Ana Arraes	Monitoramento de deliberação do Acórdão 2.163/2012-Plenário, referente a auditoria no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEX), para examinar a conformidade de dois contratos de manutenção e assistência técnica dos sistemas de suporte ao controle de tráfego aéreo e à defesa aérea nacional – contratos 14/Decea/2002 e 22/Decea/2007, ambos celebrados diretamente com a Fundação Atech.	849.920,00



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Acórdão/Relator	Ação de Controle	Benefícios (R\$)
Correção de irregularidades ou impropriedades		
<u>478/2017-Plenário</u> Min. Subst. Augusto Sherman	Monitoramento do Acórdão 1.415/2016-Plenário, resultante de auditoria realizada na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com o objetivo de detectar a ocorrência de irregularidades em contratações públicas. Benefício verificado mediante a comprovação da repactuação do Contrato 164/FUFMT/2013.	842.296,24
<u>148/2017-Plenário</u> Min. Walton Alencar	Monitoramento das deliberações do Acórdão 1.674/2016-Plenário, que tratou de acompanhamento de contratações de bens e serviços de tecnologia da informação (TI) a cargo de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal, no âmbito da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.	547.706,25
<u>292/2017-Plenário</u> Min. Subst. Augusto Sherman	Representação do Ministério Público do Estado de Sergipe acerca de irregularidades na execução de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens Urbano (Projovem Urbano), naquele Estado.	331.059,86
<u>2.118/2017- 2ª Câmara</u> Min. Aroldo Cedraz	Benefício correspondente aos valores devolvidos pelo Município de João Pessoa/PB, computado na data da última devolução, em virtude da rescisão do Contrato de Repasse 0311555-84/2009, firmado com o Ministério do Turismo (independentemente de Acórdão).	226.429,95
Incremento da economia, eficiência, eficácia ou efetividade de órgão ou entidade da administração pública		
<u>159/2017-Plenário</u> Min. José Múcio	Benefício verificado no monitoramento do Acórdão 2.033/2016-Plenário, que tratou de representação a respeito de irregularidades no edital do Pregão Eletrônico SRP 6/2015, promovido pelo Comando Militar do Planalto 11ª Região Militar (CM) para a contratação de serviços de gerenciamento integrado de documentos, informações e fornecimento de sistema.	490.500,00
Redução de preço máximo em processo licitatório específico		
<u>179/2017-Plenário</u> Min. Ana Arraes	Benefício verificado durante auditoria nas obras de dragagem do Porto Rio Grande/RS, de responsabilidade da antiga Secretaria de Portos da Presidência da República, atualmente incorporada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.	7.666.695,97
<u>606/2017-Plenário</u> Min. Subst. Weder de Oliveira	Auditória realizada na Companhia Docas do Espírito Santo com o objetivo de fiscalizar o edital do regime diferenciado de contratações eletrônico para contratação de obras de construção de berço para atracação de navios em substituição aos dolfins do Atalaia do Porto de Vitória/ES.	5.862.592,74
Aperfeiçoamento em metodologias de estimativa de custos ou redução de preços em tabelas oficiais		
<u>398/2017-Plenário</u> Min. Walton Alencar	Benefício identificado no monitoramento das deliberações dos Acórdãos 1.736/2007-Plenário e 355/2011-Plenário. Ambas as decisões contemplam determinações à Caixa Econômica Federal no sentido de aperfeiçoar o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi).	834.902.824,21
Total de benefícios		1.640.580.471,12

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU (Segecex).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Ao valor dessas deliberações devem ser somados, como benefícios das ações de controle externo, os valores das **condenações em débito e das multas aplicadas (R\$ 386.839.969,00)**.

Assim, o **benefício financeiro total mensurável das ações de controle**, no 1º trimestre de 2017, atingiu o montante de **R\$ 2.027.420.440,12**, valor **4,40 vezes** superior ao custo de funcionamento do TCU no período (**R\$ 460.147.362,37**).



1.4. Atos normativos

O Tribunal, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 3º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992 (Lei Orgânica do TCU), pode expedir atos normativos, na forma de instruções normativas, decisões normativas e resoluções, versando sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos.

No 1º trimestre de 2017, o TCU aprovou os seguintes atos normativos:

<u>Decisão Normativa - TCU 158, de 8 de fevereiro de 2017</u>	Aprova, para o exercício de 2017, os percentuais individuais de participação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros nos recursos previstos no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal (Cide-Combustíveis).
<u>Decisão Normativa - TCU 159, de 29 de março de 2017</u>	Aprova, para o exercício de 2018, os coeficientes individuais de participação dos estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso I, alínea 'a', da Constituição Federal. (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE)
<u>Portaria-TCU 46, de 11 de janeiro de 2017</u>	Atualiza o valor máximo da multa a que se refere o art. 58 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992.
<u>Portaria-TCU 59, de 11 de janeiro de 2017</u>	Dispõe sobre as orientações para a elaboração do relatório de gestão, rol de responsáveis, demais relatórios, pareceres, declarações e informações suplementares para a prestação de contas referentes ao exercício de 2016, bem como sobre procedimentos para a operacionalização do Sistema de Prestação de Contas, conforme as disposições da Decisão Normativa-TCU 154, de 19 de outubro de 2016.

(Publicada no Diário Oficial da União de 13/01/2017)

(Publicado no Diário Oficial da União de 19/01/2017)

Fonte: Portal TCU.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1.5. Consultas

O Tribunal pode decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competente (vide arts. 264 e 265 do [Regimento Interno do TCU](#)), a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes à matéria de sua competência. A resposta à consulta tem caráter normativo e constitui prejulgamento da tese, mas não do fato ou caso concreto.

No trimestre, foram apreciadas as seguintes consultas:

Acórdão 31/2017-Plenário

Min. Subst. Augusto Sherman

Consulta formulada pelo Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, a respeito da classificação de ações orçamentárias para fins de cumprimento do mínimo constitucional regulamentado pela Lei Complementar 141/2012.

Em síntese, a resposta do TCU ao conselente foi a seguinte: as ações orçamentárias referentes a saneamento básico de domicílios e de pequenas comunidades somente poderão ser contabilizadas, para fins de cumprimento do piso constitucional da Saúde, caso previamente aprovadas, expressa e individualmente, pelo Conselho de Saúde do ente da Federação financiador da ação, que deverá decidir valendo-se de critérios consistentes de razoabilidade, em vista dos parâmetros estabelecidos pela LC 141/2012 para inclusão de despesas no piso; dos critérios legais de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) na área de saneamento, em especial a excepcionalidade e a necessidade; e das circunstâncias do caso concreto. ([Boletim de Jurisprudência 157/2017](#))

Acórdão 489/2017-Plenário

Min. Walton Alencar

Consulta formulada pelo Advogado-Geral da União Substituto, referente a aspectos procedimentais e formais da realização de acordos judiciais e extrajudiciais, com fundamento na Lei 9.469/1997, e sua compatibilidade com o regime de precatórios instituído pelo art. 100 da Constituição Federal. O TCU respondeu ao conselente que:

i) não se filia a obrigação de pagar quantia certa pela União, em razão de transação promovida entre as partes, à hipótese do art. 1º, inciso VIII, da Lei 10.179/2001, porque não se confundem os institutos jurídicos da transação, da assunção de dívida e do reconhecimento de dívida; ii) é incompatível com a CF interpretação de que a obrigação de pagar quantia certa pela União, em razão de transação promovida entre as partes, em processo judicial de qualquer natureza, inclusive executivo, pode ser quitada por meio da emissão de títulos da dívida pública, com fundamento no art. 1º, inciso VIII, da Lei 10.179/2001, porque tal ato representa grave violação aos princípios da impessoalidade, da moralidade e da isonomia, que, no caso de pagamento de dívida, se materializa pela igualdade de todos os credores perante a Administração Pública, consagrada no art. 100 da Carta da República, ressalvada, apenas, a possibilidade de a União emitir títulos da dívida pública para pagar obrigação financeira por ela assumida, em decorrência de expressa disposição legal, após a realização de transação judicial em ação aforada pelo credor em razão da resiliência da Administração, observado o que dispõem a legislação específica, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o art. 1º, inciso VIII, da Lei 10.179/2001, quando a assunção constituir meio à consecução de finalidade pública prescrita na mesma Lei.

Fonte: Secretaria das Sessões (Seses).

1.6. Jurisprudência do TCU

O Tribunal emite juízo em processos de controle externo e, ao verificar, no âmbito dos seus Colegiados, a existência de decisões divergentes, pode instaurar **incidente de uniformização de jurisprudência**. Há



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

também decisões do TCU no sentido de **firmar entendimento**, de caráter normativo, que orientará futuras deliberações. Neste trimestre, destaca-se o seguinte acórdão:

Acórdão 451/2017-Plenário**Min. Ana Arraes**

O Tribunal analisou incidente de uniformização de jurisprudência instaurado por meio do Acórdão 2.142/2016 - 1ª Câmara, para dirimir divergência de entendimento a respeito da competência: i) do TCU para fiscalizar a aplicação dos recursos derivados da renúncia fiscal contemplada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); e ii) de órgão federal para apurar irregularidades e instaurar tomada de contas especial quanto à utilização dos valores doados a fundos de ente federado.

O TCU firmou entendimento, destacando-se o seguinte:

A competência do TCU para fiscalizar a aplicação das renúncias de receitas fiscais da União contempladas no art. 260 da Lei 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) deve ser efetivada, preferencialmente, mediante inspeções e auditorias, estando os gestores dos fundos dos direitos da criança e do adolescente estaduais, municipais e distrital, caso tenham recebido doações nos termos da Lei 8.069/1990, e demais entidades que gerenciam tais recursos obrigados a apresentar as contas especiais nas hipóteses estabelecidas no art. 8º da Lei 8.443/1992, consoante a IN-TCU 71/2012 e normas correlatas.

O TCU, de forma complementar à atuação dos órgãos de controle interno e externo municipais, estaduais e distrital, também é competente para fiscalizar a aplicação das renúncias de receitas fiscais da União contempladas no art. 260 da Lei 8.069/1990 (ECA), ainda que esses valores passem a compor o orçamento de outro ente da Federação (arts. 70 e 71 da Constituição Federal, 1º, § 1º, da Lei 8.443/1992, 257 do Regimento Interno do TCU e 2º da IN-TCU 4/1994).

[\(Boletim de Jurisprudência 164/2017\)](#)

O Tribunal também consolida, no **Boletim de Jurisprudência**, deliberações que, no período, receberam indicação de relevância sob o prisma jurisprudencial, considerando-se ao menos um dos seguintes fatores: ineditismo da deliberação, discussão no colegiado ou reiteração de entendimento importante.

Ressalte-se que as Publicações de Jurisprudência do TCU estão disponíveis no [aplicativo para dispositivo móvel](#), nas lojas de aplicativos *App Store* (iOS) e *Google Play* (Android). Também é possível se cadastrar no [Sistema Push](#) e receber as novas edições do Boletim de Jurisprudência, bem como informações sobre o andamento de processos.

Nesse sentido, destacam-se os seguintes acórdãos prolatados pelo Tribunal no 1º trimestre de 2017 e inseridos no Boletim de Jurisprudência:

Acórdão 70/2017-Plenário**Min. Augusto Nardes**

A exclusão de segurado da relação processual no âmbito do TCU, por não ter sido comprovada sua conduta dolosa ou culposa na consecução de fraude em benefício previdenciário, não impede a adoção, pela Administração, das medidas administrativas e judiciais necessárias à cobrança dos valores indevidamente recebidos ([Boletim de Jurisprudência 158/2017](#)).

Acórdão 73/2017-Plenário**Min. José Múcio**

O valor pago a título de hora extra deve ser incluído no valor do salário do empregado público para efeito da incidência do abate-teto, tendo em vista sua natureza remuneratória ([Boletim de Jurisprudência 158/2017](#)).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Acórdão 358/2017-Primeira Câmara**Min. Benjamin Zymler**

Quando a parcela executada do convênio não for suficiente para o atingimento, ainda que parcial, dos objetivos do ajuste, sem quaisquer benefícios à sociedade, a possibilidade de aproveitamento do que já foi executado em eventual retomada das obras, por se tratar de mera hipótese, não de benefício efetivo, não enseja o correspondente abatimento no valor do débito apurado ([Boletim de Jurisprudência 159/2017](#)).

Acórdão 174/2017-Plenário**Min. Walton Alencar**

Apenas os atos administrativos relacionados ao exercício da função judicial podem ser publicados exclusivamente nos diários eletrônicos instituídos pelos tribunais judiciais. Os atos relacionados ao exercício da função administrativa por tais órgãos devem ser publicados no Diário Oficial ([Boletim de Jurisprudência 160/2017](#)).

Acórdão 360/2017-Plenário**Min. Benjamin Zymler**

No âmbito do Programa Mais Médicos, a Lei 4.320/1964, por ser uma lei geral, não prevalece, no que concerne à liquidação das despesas, sobre a norma internacional convencionada entre o Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), na forma estabelecida no Ajuste Complementar promulgado pelo Decreto 3.594/2000 ([Boletim de Jurisprudência 163/2017](#)).

Acórdão 1.446/2017-Primeira Câmara**Min. Vital do Rêgo**

Não é possível a concessão de aposentaria em cargo no qual o servidor não implementou o estágio probatório, tendo em vista que ele não se tornou titular do cargo no qual busca a inativação ([Boletim de Jurisprudência 163/2017](#)).

Acórdão 1.597/2017-Primeira Câmara**Min. Bruno Dantas**

Evidenciada culpa de agente público no uso de veículo da Administração, os prejuízos decorrentes de acidente de trânsito por ele provocado sujeitam-no à recomposição, mediante tomada de contas especial, dos valores desembolsados pelo erário para a reparação dos danos materiais e morais ([Boletim de Jurisprudência 164/2017](#)).

Acórdão 495/2017-Plenário**Min. Augusto Nardes**

É irregular a celebração de convênios que visem à realização de projeto conduzido pelo setor privado com potencial lucrativo - ante a alta capacidade de arrecadação em contraste com os custos do evento - e baixo risco de fracasso na obtenção do lucro previsto, uma vez que o instituto do convênio de que trata o Decreto 6.170/2007, visa, única e exclusivamente, ao atendimento de interesse público recíproco, e não ao atendimento de interesse fundamentalmente privado ([Boletim de Jurisprudência 165/2017](#)).

Acórdão 519/2017-Plenário**Min. Walton Alencar**

Configura nepotismo a nomeação, para cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público cuja posição é capaz de assegurá-la, no órgão que labora ou, mediante reciprocidade de nomeações ou designações, em outro órgão ou ente público (nepotismo cruzado), não constituindo elemento essencial para caracterização do ilícito o parentesco entre a autoridade nomeante e o agente nomeado ([Boletim de Jurisprudência 165/2017](#)).

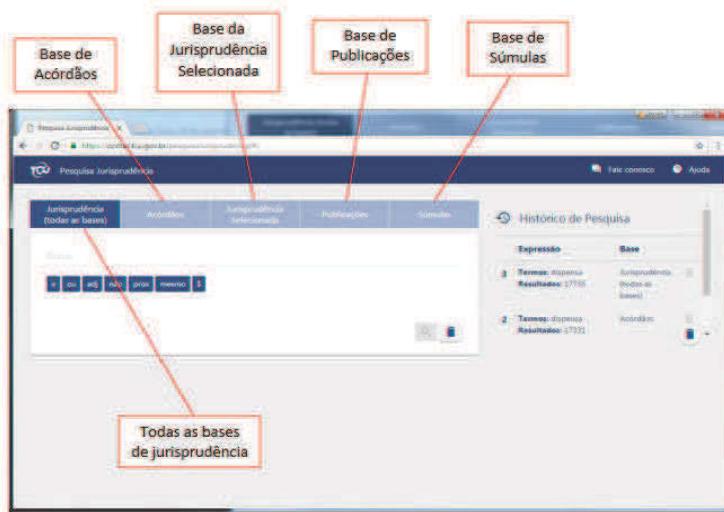
Fonte: Secretaria das Sessões (Seses).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1.6.1. Sistema de pesquisa de Jurisprudência do TCU

O Tribunal disponibiliza no seu [Portal](#) na internet a [Pesquisa de Jurisprudência do TCU](#). Trata-se de novo sistema desenvolvido no intuito de aproximar a pesquisa do TCU ao padrão adotado pelos tribunais superiores, além de aprimorar os mecanismos de busca com o objetivo de tornar as pesquisas mais simples, eficientes, rápidas e precisas.



O sistema está organizado em abas, que permitem localizar acórdãos, súmulas e enunciados da jurisprudência selecionada, além de disponibilizar pesquisa nas publicações de jurisprudência.

Para maiores informações, acesse o [Guia da Pesquisa de Jurisprudência do TCU](#).

1.7. Processos de controle externo

No trimestre, foi registrado **volume de apreciação 39,18 % superior em relação à entrada de processos**, contribuindo de modo significativo para a tempestividade da atuação do Tribunal na apreciação dos processos de controle externo.

Processos autuados e apreciados (exceto processos de pessoal e sobreestados)

Tipo do processo	1º trimestre 2016		1º trimestre 2017	
	Autuados	Apreciados	Autuados	Apreciados
Consulta	9	12	6	5
Contas	3	172	49	73
Denúncia	57	69	47	72
Fiscalização	61	92	45	85
Representação	297	400	362	387
Solicitação do Congresso Nacional	6	24	1	12
Tomada de Contas Especial	458	530	261	495
Outros	82	101	89	68
Total de processos	973	1.400	860	1.197

Fonte: Sistema Sinergia.

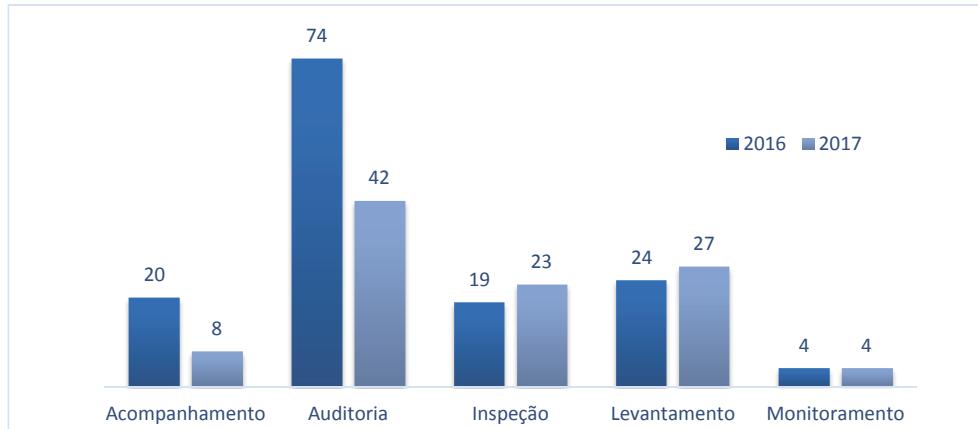


RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1.8. Fiscalizações

Os instrumentos de fiscalização adotados pelo TCU, conforme estabelecido em seu Regimento Interno, são: **acompanhamento, auditoria, inspeção, levantamento e monitoramento**. A maior parte das fiscalizações realizadas são **auditorias**, que podem ser de **conformidade, financeira ou operacional**.

No 1º trimestre de 2017, foram **concluídas 104 fiscalizações**, destacando-se a complexidade dessas ações devido à orientação do TCU no sentido de realizar **fiscalizações coordenadas**, com maior abrangência geográfica e com maior aprofundamento no objeto de controle.



Fonte: Sistema Sinergia.

Dentre as fiscalizações concluídas no trimestre, **17,0% (21)** foram solicitadas pelo Congresso Nacional e **83,0% (102)** foram decorrentes da iniciativa do próprio Tribunal.

1.9. Atos de pessoal

O TCU aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão. Também fiscaliza a legalidade das despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive quanto à adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Atos de pessoal	1º trimestre 2016*	1º trimestre 2017
Apreciados conclusivamente:	23.409	16.881
a) ilegais	310	188
b) legais	19.019	13.945
c) prejudicados por perda de objeto e por inépcia do ato	4.080	2.748

*Quantitativos diferentes daqueles que foram publicados no Relatório de Atividades do 1º Trimestre de 2016, tendo em vista que nesse Relatório constavam atos que foram excluídos por duplicidade.

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU (Segecex).

Destaca-se que, dos **16.881 atos** apreciados no trimestre, **188** tiveram registro negado em razão de ilegalidades. Nesses casos, o Tribunal determina ao órgão de origem que adote as medidas cabíveis, fazendo cessar todo e qualquer pagamento decorrente do ato impugnado. No Portal TCU, página “Fiscalização de Pessoal”, podem ser realizadas consultas e pesquisas referentes ao tema.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1.10. Medidas cautelares

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de risco de ineficácia da decisão de mérito, o Plenário ou o relator pode, de ofício ou mediante provocação, adotar medida cautelar, determinando, entre outras providências, a suspensão do ato ou do procedimento impugnado, até que o TCU decida sobre o mérito da questão suscitada. A adoção dessas medidas não necessariamente gera impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos federais.

No trimestre, registram-se os seguintes dados sobre medidas cautelares:

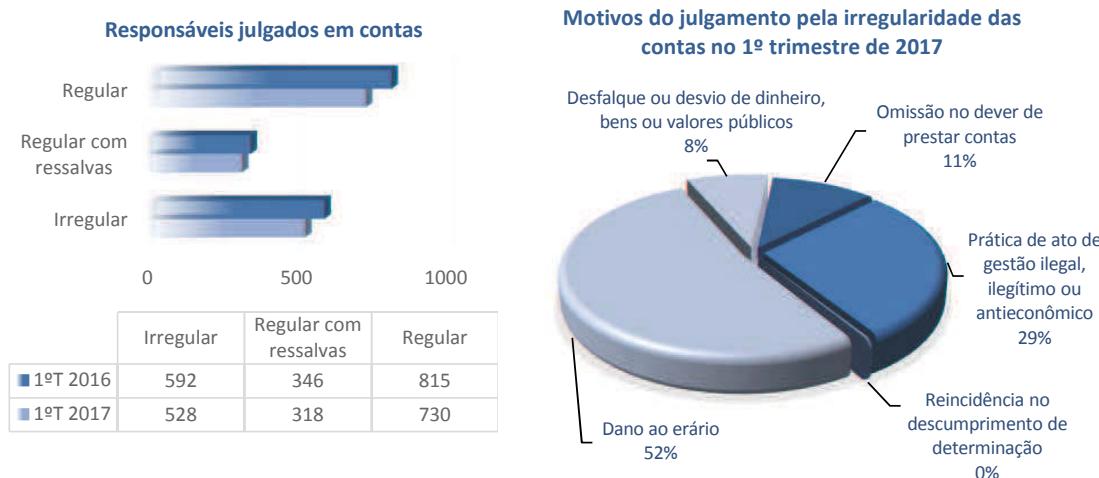


O detalhamento das cautelares concedidas no período consta do **Anexo II** deste relatório.

1.11. Julgamento de contas

O TCU julga as contas de administradores públicos e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos federais, bem como as contas de qualquer pessoa que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário federal. Nos casos de omissão na prestação de contas, de não comprovação da aplicação de recursos repassados pela União, de ocorrência de desfalque ou de desvio de dinheiros, bens ou valores públicos, ou, ainda, de prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao erário, a autoridade administrativa competente deve instaurar Tomada de Contas Especial, para apurar os fatos, identificar os responsáveis e quantificar o dano, com vistas à obtenção do respectivo ressarcimento.

No 1º trimestre de 2017, o TCU julgou de forma definitiva as contas de **1.563 responsáveis**.



Observação: a soma das quantidades por resultado de julgamento (1.576) é maior do que o total de responsáveis (1.563), pois um mesmo responsável pode receber julgamento diferente em distintos processos, ao longo do trimestre.

Fonte: Sistemas Radar e Sinergia.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1.12. Condenações e sanções

Dos **568 processos de tomada e prestação de contas** apreciados de forma conclusiva no trimestre, em **392 (69%)** deles foram **condenados 678 responsáveis** ao ressarcimento de débito ou ao pagamento de multa. Além disso, em outros **32 processos de fiscalização, denúncia e representação** foram aplicadas multas a **82 responsáveis**. Nos processos de contas, os responsáveis foram condenados ao ressarcimento de débito e ao pagamento de multa em valores superiores a **R\$ 385 milhões**, atualizados até as datas dos respectivos acórdãos. Nos demais processos, foram aplicadas multas que totalizaram mais de **R\$ 1 milhão**.

Valor das condenações (em R\$)	1º trimestre 2017 (R\$)		
	Débito	Multa	Total
Prestação de contas	0,00	349.000,00	349.000,00
Tomada de contas	0,00	0,00	0,00
Tomada de contas especial	351.513.361,85	33.947.339,07	385.460.700,92
Subtotal – Contas com débitos e/ou multas	351.513.361,85	34.296.339,07	385.809.700,92
Fiscalização, denúncia e representação	0,00	1.030.269,06	1.030.269,06
Total	351.513.361,00	35.326.608,00	386.839.969,00

Fonte: Sistema Sinergia.

Além das condenações de natureza pecuniária, o TCU pode aplicar outras sanções capazes de alcançar o patrimônio jurídico daquele que fraudou ou utilizou mal os recursos públicos. No decorrer do 1º trimestre de 2017, **23 responsáveis foram considerados inabilitados** para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na Administração Pública Federal, **17 responsáveis** tiveram a **indisponibilidade de bens decretada** pelo TCU e **15 empresas foram declaradas inidôneas** para licitar ou contratar com a União.

O Tribunal ainda solicitou à Advocacia-Geral da União (AGU), por intermédio do Ministério Público junto ao Tribunal, a adoção das medidas necessárias a **14 arrestos de bens de responsáveis** em montante suficiente ao ressarcimento dos respectivos danos causados ao erário. Mais detalhes podem ser encontrados nos **Anexos III a VI** deste relatório.

Vale esclarecer que o Portal TCU apresenta informações de [processos com julgamento definitivo de mérito](#), em que não há mais possibilidade de recursos, enquanto os aludidos anexos ao presente relatório apresentam a relação dos responsáveis condenados no período, independentemente do trânsito em julgado da decisão condenatória.

1.13. Anulação e sustação de atos e contratos

Se verificada ilegalidade de ato ou de contrato em execução, conforme previsto no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, o TCU pode fixar prazo para que o órgão ou a entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

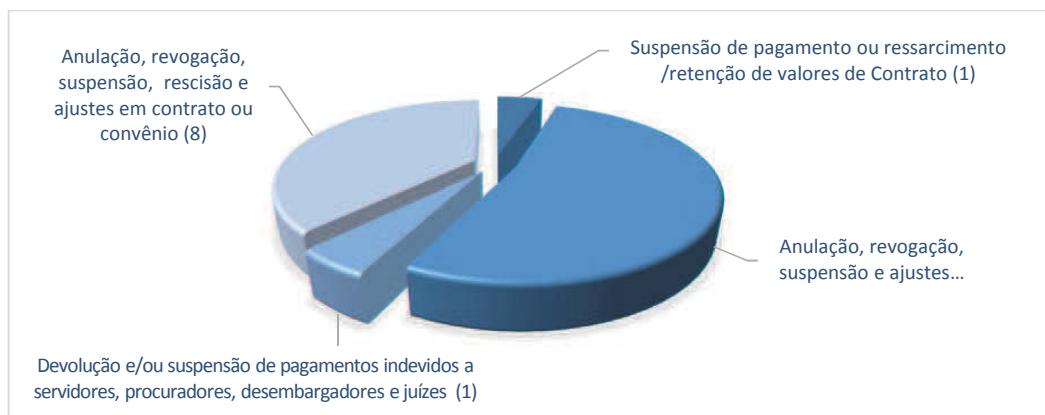
Caso o órgão ou a entidade não adote as providências determinadas, poderá o Tribunal sustar a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo, as medidas cabíveis. Detalhes sobre as deliberações do TCU que fixaram prazo para anulação e sustação de atos e contratos podem ser obtidos no **Anexo I** deste relatório.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Além dessas deliberações, o TCU também apreciou, no trimestre, diversos processos referentes a atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões em que foram apurados indícios de ilegalidades (vide item 1.9 deste Relatório). Nesses casos, o Tribunal fixou prazo para que os gestores responsáveis suspendessem, no todo ou em parte, os pagamentos considerados irregulares.

O gráfico adiante apresenta a distribuição, por tipo de determinação, dos processos deliberados no trimestre e nos quais houve fixação de prazo a órgãos ou entidades para a adoção de providências.



Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

1.14. Atuação do Ministério Público junto ao TCU

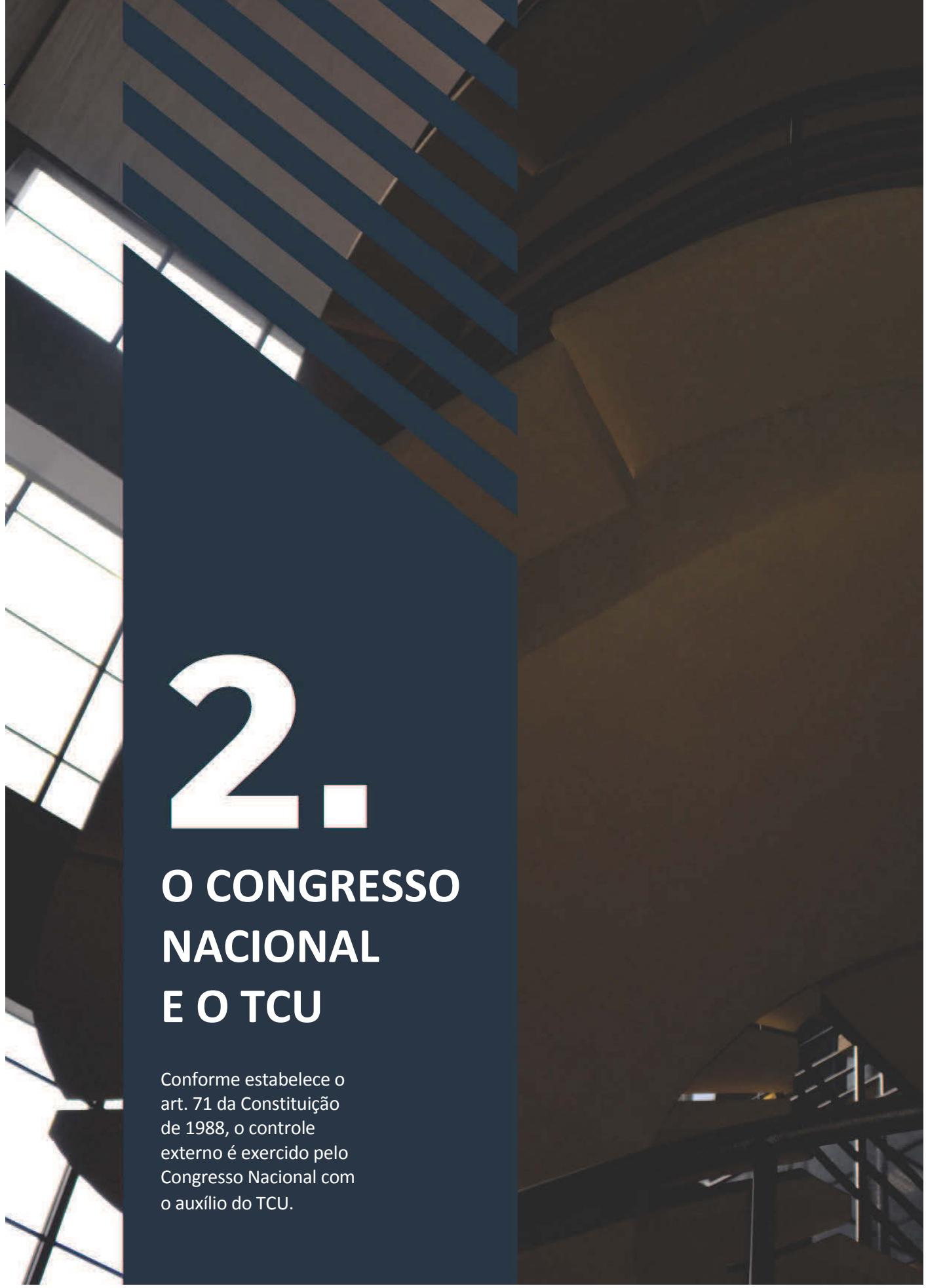
O Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU) é órgão autônomo e independente, cuja finalidade principal é defender a ordem jurídica no âmbito de atuação do Tribunal. Compete-lhe dizer de direito, oralmente ou por escrito, em todos os assuntos sujeitos à decisão do TCU. Trata-se de órgão composto por um Procurador-Geral, três subprocuradores-gerais e quatro procuradores.

Ao MP/TCU também compete promover, junto à Advocacia-Geral da União (AGU) e demais órgãos competentes, as medidas referentes à cobrança executiva dos débitos e multas imputados por acórdãos do Tribunal. No 1º trimestre de 2017, foram autuados **757 processos de cobrança executiva**, envolvendo cerca de **R\$ 419,66 milhões**. No mesmo período, o MP/TCU emitiu **parecer em 3.117 processos**, conforme detalhado no quadro a seguir.

Tipo de processo	1º trimestre 2016	1º trimestre 2017
Admissão, aposentadoria, reforma e pensão	3.731	2.166
Auditória, inspeção e levantamento	12	14
Consulta	1	0
Denúncia	4	4
Monitoramentos e acompanhamentos	9	3
Representação	38	31
Solicitação	0	2
Solicitação do Congresso Nacional	1	3
Tomada de contas especial	833	813
Tomada e prestação de contas	163	81
Total	4.792	3.117

Fonte: Sistema Sinergia.





2.

O CONGRESSO NACIONAL E O TCU

Conforme estabelece o art. 71 da Constituição de 1988, o controle externo é exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do TCU.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

2. O CONGRESSO NACIONAL E O TCU

O Congresso Nacional, como titular do controle externo, possui papel importante para o sucesso das ações de controle. Desse modo, estreitar o relacionamento com o Parlamento, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo que permitam a identificação de demandas e de expectativas, bem como a captação e disseminação de informações estratégicas para o exercício do controle, emergem como ações indispensáveis à definição do foco de atuação e ao fortalecimento do controle externo.

2.1. Obras Públicas Fiscalizadas

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) determina que o TCU informe à Comissão Mista de Orçamento as obras com indícios de irregularidades graves, com o objetivo de subsidiar o Congresso Nacional na aprovação da LOA do exercício subsequente. Para tanto, o Tribunal anualmente consolida as fiscalizações em obras públicas em um relatório denominado *Fiscobras*. Previamente à entrega anual desse relatório consolidado sobre as fiscalizações, o TCU informa as irregularidades ao Congresso Nacional à medida que as deliberações dos processos vão sendo prolatadas.

2.1.1. Obras com indícios de irregularidades graves

A situação das obras com indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (IG-P) ou de retenção parcial de valores (IG-R) encontra-se no **Anexo VII** deste relatório. Informações atualizadas sobre essas obras podem ser consultadas no [Portal TCU](#).

2.2. Solicitações do Congresso Nacional

A Câmara dos Deputados, o Senado Federal e suas comissões técnicas ou de inquérito podem solicitar ao Tribunal a realização de auditorias e o fornecimento de informações sobre fiscalizações efetuadas. As solicitações são aprovadas pelos colegiados do Congresso Nacional, de acordo com o estabelecido nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição Federal.

A equipe da Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar) visita regularmente as comissões do Legislativo e auxilia na prestação de informações e na interlocução com as demais unidades do Tribunal.

Contatos:

Telefone (61) 3316-7622; endereço eletrônico aspar@tcu.gov.br.

Outras informações no Portal do TCU

Tais demandas são atendidas por meio da instauração de processos no Tribunal denominados **Solicitação do Congresso Nacional (SCN)**, os quais têm acompanhamento especial pela Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar), que presta apoio especializado em assuntos relacionados ao Congresso Nacional e suas Casas.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

A seguir, a situação desses processos no trimestre:

Solicitações do Congresso Nacional (SCN)	Quantidade
Processos de SCN encaminhados ao TCU	1
Processos de SCN apreciados	21
Processos de SCN em tramitação no TCU	79

Fonte: Assessoria Parlamentar do TCU (Aspar).

Cabe destacar as seguintes deliberações a partir de processos de SCN no 1º trimestre de 2017:

Fazenda e Planejamento		
Objeto de Controle	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
Exame de possíveis irregularidades no cálculo da taxa referencial (TR) e na análise da dívida subordinada entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS)	362/2017- Plenário Min. Vital do Rêgo	O Tribunal informou à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEIC) da Câmara dos Deputados que não foram detectadas impropriedades no cálculo da TR pelo Banco Central do Brasil (BCB), não se verificou conflito de interesses entre a CEF, administradora do FI-FGTS, e os cotistas do FI-FGTS, que querem uma valorização maior de suas cotas, e que não foi detectado nenhum indício de mácula da transparência da contabilidade pública nacional.
Auditória da dívida pública interna federal	571/2017- Plenário Min. Aroldo Cedraz	O TCU informou ao Senado Federal que realizará auditoria junto ao Ministério da Fazenda e ao Banco Central do Brasil com o objetivo de avaliar aspectos relevantes da gestão e da trajetória da dívida pública federal e que estão em andamento: auditoria nos critérios e condicionantes referentes à concessão de garantias; auditoria para apurar causas e consequências do aumento da dívida pública federal no período de 2011 a 2014; e auditoria a fim de avaliar o impacto das operações com títulos públicos emitidos diretamente ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de 2008 a 2014.

Fonte: Assessoria Parlamentar (Aspar).

2.3. Audiências Públicas

A participação do TCU em audiências públicas se traduz em significativa oportunidade para a discussão de temas indispensáveis ao aprimoramento das ações de controle a cargo do Tribunal e do próprio Congresso Nacional.

2.3.1. Congresso Nacional

Comissão	Tema Discutido	Data
Comissão Mista de Medida Provisória (CMMPV)	Tratar da Medida Provisória 752/2016, que dispõe sobre “diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria que especifica e dá outras providências”.	9/3/2017 e 15/3/2017

Fonte: Assessoria Parlamentar (Aspar).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

2.4. Reuniões técnicas

O Tribunal e suas unidades técnicas realizam visitas periódicas aos parlamentares do Congresso Nacional. Para tanto, prioriza-se a aproximação com as Comissões Temáticas do Parlamento, no sentido de divulgar às Presidências das Comissões os principais trabalhos do TCU relacionados às respectivas áreas de atuação.

Nesse intuito, foram realizadas, no trimestre, um atendimento a consulta solicitada por órgãos do Congresso Nacional e **9 reuniões técnicas** com parlamentares/comissões. Destacam-se as reuniões entre secretarias de controle externo do Tribunal e consultores legislativos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para debater o novo produto que está sendo elaborado pela Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU (Segecex), para avaliação de políticas públicas com o objetivo de subsidiar a melhor alocação dos recursos para o orçamento.



3.

AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

Ações de controle
em destaque no
1º trimestre de 2017.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

3. AÇÕES DE CONTROLE EXTERNO

A diversidade e a abrangência da atuação do TCU alcançam desde a avaliação de desempenho de órgãos públicos e da efetividade de programas governamentais até a legalidade dos atos de receita e de despesa públicas. O Tribunal também fiscaliza obras de engenharia, desestatizações e concessões de serviços públicos, bem como outras áreas de atuação governamental. Examina, ainda, as contas dos gestores de recursos públicos federais, atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, entre outros objetos de controle.

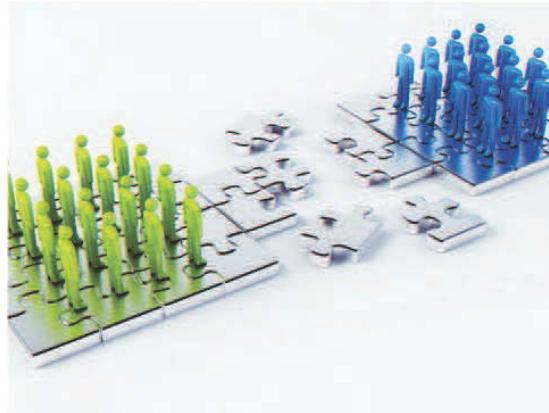
3.1. Inovações no controle

Com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico do Tribunal e de alavancar o desempenho da organização, o TCU promove ações estruturantes e projetos inovadores, destacando-se, no 1º trimestre de 2017, os resultados indicados a seguir.

3.1.1. Criação da Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (Seccor)

Conforme consta no Plano de Diretrizes e também no Plano de Controle Externo do Tribunal (2017-2018), foi anunciado na primeira sessão plenária de 2017 pelo Presidente do TCU Ministro Raimundo Carreiro, que foram priorizadas, para essa gestão, quatro diretrizes que nortearão a atuação finalística da Casa:

- 1) combate à fraude e à corrupção;
- 2) avaliação da eficiência e da qualidade dos serviços públicos;
- 3) avaliação de resultados de políticas e programas públicos; e
- 4) promoção da transparência na Administração Pública Federal.



Assim, com o propósito de impulsionar a concretização das intenções anunciadas, foi criada, por intermédio da [Resolução 284, de 30 de dezembro de 2016](#), a **Secretaria de Relações Institucionais de Controle no Combate à Fraude e Corrupção (Seccor)**, unidade integrante da Secretaria-Geral de Controle Externo do TCU (Segecex). A Seccor tem por finalidade desenvolver, fomentar, monitorar, apoiar e coordenar ações de controle que tenham o objetivo de prevenir, detectar e reprimir fraudes e corrupção na Administração Pública Federal.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

3.2. Trabalhos em destaque

Estão sintetizadas a seguir as principais ações de controle concluídas ou apreciadas no 1º trimestre de 2017. São trabalhos que se destacaram pela importância ou interesse das constatações, ou pela repercussão das deliberações do Tribunal, e refletem o resultado significativo da atuação do TCU no período.

3.2.1. Ações por área temática

As ações de controle em destaque no período foram agrupadas em **Áreas Temáticas** definidas pelo Congresso Nacional para a divisão setorial na Lei Orçamentária Anual. Essas ações também podem ser consultadas no [Portal TCU > Fiscalização e controle > Trabalhos em destaque](#).

Para cada trabalho, foram indicados o **objeto de controle** e o **acórdão** correspondente, com *hiperlinks* para a notícia publicada no Portal TCU e para o ínterio teor da deliberação, respectivamente, bem como o extrato das **principais deliberações** e o respectivo **Relator**. Além disso, constam as **unidades da federação interessadas** no trabalho, conforme as bandeiras indicadas ao lado do objeto de controle.

• Educação e Cultura		
Objeto de Controle/UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) transferidos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no Estado do Espírito Santo 	141/2017 Plenário Min. Subst. Augusto Sherman	Determinação ao FNDE para que verifique se também houve o pagamento do fornecimento de serviços com recursos do Pnae em outros contratos firmados pela Secretaria da Educação do Estado do Espírito Santo para a prestação de serviços de alimentação escolar e que, caso positivo, encaminhe ao TCU o resultado apurado e as providências tomadas. Determinação à Secretaria Estadual da Educação do Espírito Santo para que promova a aplicação e comprove a utilização de, no mínimo, 30% do total dos recursos repassados pelo FNDE no âmbito do Pnae para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar.
Irregularidades na concessão de auxílios e bolsas de estudo no âmbito da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Operação Research da Polícia Federal 	291/2017 Plenário Min. Ana Arraes	Determinação para formação de 27 processos de tomada de contas especial para apuração do débito decorrente da concessão e do pagamento irregular, no âmbito da UFPR, de bolsas de estudos e pesquisas a beneficiários sem qualquer vínculo com a Universidade. Objeto de 234 processos, os repasses envolveram mais de R\$ 7,34 milhões. Decretação cautelar de indisponibilidade de bens, determinação de realização de audiências e autorização para citação de responsáveis.
• Esporte		
Objeto de Controle/UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
Obras de legado ambiental dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016 (Acompanhamento do Acórdão 1.593/2016-Plenário)  	Acórdão 357/2017 Min. Augusto Nardes	Determinação para que o Ministério do Meio Ambiente e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em conjunto com outros órgãos, atentem para a necessidade de acompanhamento do legado ambiental dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016, de modo a exigir a continuidade das obras de legado ambiental previstas no Plano de Políticas Públicas, mesmo após o encerramento dos referidos Jogos, devendo o Ibama apresentar ao TCU, plano de ação com as providências cabíveis no âmbito do legado ambiental dos Jogos, considerando a necessidade de conclusão desse



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

		empreendimento, bem como os compromissos firmados para a candidatura ao referido evento.
<u>Legado dos Jogos Olímpicos de 2016 e seu plano de uso, em especial, no que se refere às arenas esportivas</u> 	<u>494/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Augusto Nardes	Determinação ao Ministério do Esporte (ME), à Casa Civil da Presidência da República e à Prefeitura do Rio de Janeiro para que apresentem em conjunto plano de contingência com as providências que serão adotadas em relação a todas as arenas esportivas dos complexos da Barra e de Deodoro até que seja aprovado e colocado em funcionamento um Plano de Legado efetivo para a utilização de longo prazo dessas estruturas esportivas. Dar ciência ao ME e à Prefeitura do Rio de Janeiro sobre a possibilidade de resarcimento ao erário pelos atuais gestores, bem como dos anteriores, caso se efetive o dano ao erário em decorrência do desuso dessas arenas esportivas ou da falta de aproveitamento desses equipamentos.
<u>Monitoramento de determinações do TCU expedidas à Autoridade Pública Olímpica em relação à realização dos Jogos Rio-2016</u> 	<u>579/2017</u> <u>Plenário</u> e <u>580/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Augusto Nardes	O TCU dará continuidade às ações de controle referentes aos Jogos Rio-2016, especialmente, no que se refere às prestações de contas dos recursos públicos federais utilizados nos Jogos e ao orçamento do Comitê Rio-2016. Foi dada ciência à Presidência da República, ao Ministério do Esporte, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro e à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro de que a não execução dos projetos previstos no Dossiê de Candidatura e nas cartas de garantia oferecidas pelo Governo do Estado e pelo Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro ao Comitê Olímpico Internacional (COI), a exemplo da despoluição da Baía de Guanabara, caracteriza o descumprimento de obrigação assumida.

• Integração Nacional

Objeto de Controle / UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
<u>Obras do Projeto Águas do Sertão, referentes ao sistema de abastecimento de água de Araci Norte, na Bahia</u> 	<u>501/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Subst. Augusto Sherman	Determinação à Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb) para que retenha, do montante a ser pago à empresa contratada, o valor de R\$ 1.054.695,03, devido a valores pagos a maior no âmbito do Contrato 026/2014; bem como, adeque a planilha contratual de modo a garantir a manutenção do desconto ofertado pela empresa; elabore estudos relativos à fluoretação da água a ser fornecida pelo sistema de abastecimento de Araci Norte. (Recursos federais envolvidos: mais de R\$ 39,68 milhões).

• Fazenda e Planejamento

Objeto de Controle / UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
<u>Avaliação do grau de confiabilidade das bases de dados dos sistemas estruturantes da Secretaria do Patrimônio da União (SPU)</u> 	<u>484/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Benjamin Zymler	Determinação à SPU para que apresente plano de ação para sanear as inconsistências nas tabelas responsável e imóvel e nos registros de carência do Sistema Integrado de Administração Patrimonial (Siapa) anteriores à Lei 11.481/2007. A SPU também deverá estabelecer rotina periódica de verificação de: i) situação cadastral de seus responsáveis junto à base de dados da Receita Federal do Brasil (RFB); ii) informação de falecimento dos responsáveis por imóveis junto à base de dados da RFB e do Sistema Informatizado de Controle de Óbitos (Sisobi); informação de rendas e patrimônio dos responsáveis por imóveis junto às bases de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), e do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), em função dos evidentes sinais de riqueza apresentados. <i>Conforme avaliação de 2016, o valor dos imóveis sob controle do Siapa é de mais de R\$ 68 bilhões.</i>



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

• Meio Ambiente		
Objeto de Controle/UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
Avaliação da preparação do governo brasileiro para monitorar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 2 e 5*  *ODS 1: acabar com a pobreza; ODS 2: acabar com a fome e desnutrição; e ODS 5: alcançar a igualdade de gênero.	298/2017 Plenário Min. Augusto Nardes	Recomendação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que adote índices multidimensionais que sintetizam fenômenos multidimensionais, a exemplo da pobreza, ou a geração de indicadores que permitam a obtenção desses índices multidimensionais, os quais devem recarregar preferencialmente sobre aqueles consagrados pelos organismos internacionais, a exemplo do <i>Multidimensional Poverty Index (MPI)</i> e para que desenvolva técnicas de análise de confiabilidade de bases de dados para os registros administrativos que serão incorporados ao futuro Sistema Nacional de Informações Oficiais (SNIO), a exemplo da análise de credibilidade realizadas no CadÚnico e na Maciça. (Clique aqui para acessar o infográfico da avaliação)
• Minas e Energia		
Objeto de Controle / UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
Avaliar a capacidade operacional da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) na função de representar a União em procedimentos de individualização de produção e exploração das jazidas do Pré-Sal. 	72/2017 Plenário Min. José Múcio	Determinação ao Ministério de Minas e Energia (MME) para que encaminhe ao TCU informações detalhadas sobre atuação da Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e cronograma definitivo para proposição, ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), da política de comercialização de petróleo e gás natural devidos à União, bem como explique as razões para a excessiva demora na finalização dos trabalhos. O MME também deverá enviar considerações acerca da Carta PPSA-DFT 120, de 26.6.2016, inclusive sobre possíveis prejuízos financeiros decorrentes de eventual atraso no Teste de Longa Duração de Libra em função da ausência de política de comercialização do petróleo e gás natural.
Licitação de serviços de gerenciamento de risco nos transportes rodoviário, fluvial e marítimo de produtos BR (Petrobras Distribuidora S.A.) 	301/2017 Plenário Min. José Múcio	Determinação de prazo para que a Petrobras anule a Carta Convite para contratação dos serviços, devido ao estabelecimento de critérios de habilitação técnica não restritos às parcelas tecnicamente ou economicamente relevantes do objeto. (Valor da contratação: cerca de R\$ 259 milhões)
Apurar danos relativos à aquisição da refinaria Pasadena Refining System Inc. (PRSI) pela Petrobras America Inc. (PAI) 	440/2017 Plenário e 441/2017 Plenário Min. Vital do Rêgo	Determinação de oitiva dos responsáveis relacionados, para que apresentem justificativas para o provável prejuízo de mais US\$ 33 milhões causado à Petrobras, decorrente da contabilização do aporte dos recursos feito pelo Grupo Astra na <i>Pasadena Refining System Inc. (PRSI)</i> , para quitação de passivos de sua exclusiva responsabilidade, como uma integralização adicional de recursos do Grupo Astra. Decretação cautelar de indisponibilidade, pelo período de 1 ano, de bens de todos os agentes arrolados como responsáveis nos subitens 9.3 e 9.5 do Acórdão TCU 1.927/2014-Plenário, suficientes para garantir o resarcimento dos potenciais prejuízos apontados.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

• Minas e Energia		
Objeto de Controle / UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
<u>Sistematica para Desinvestimentos de Ativos e Empresas do Sistema Petrobras</u> 	<u>442/2017 Plenário</u> Min. José Múcio Revisor: Min. Bruno Dantas	<p>Determinação à Petrobras para que aplique aos projetos de desinvestimento a versão da sistemática aprovada pela Diretoria Executiva da Companhia, reiniciando todos aqueles cujos contratos de compra e venda não tenham sido firmados, com exceção dos denominados <i>Ópera e Portfólio 1</i>, que poderão prosseguir, da fase em que se encontram, com a utilização das referidas novas regras.</p> <p>Recomendação à Casa Civil da Presidência da República para que proponha, com a urgência que considerar adequada, norma que disponha sobre alienações e desinvestimentos de sociedades de economia mista.</p>
<u>Obras da Usina Termonuclear (UTN) de Angra 3, no Rio de Janeiro</u>  	<u>483/2017 Plenário</u> Min. Bruno Dantas	<p>Declaração de inidoneidade das empresas Construtora Queiroz Galvão, Empresa Brasileira de Engenharia S.A., Techint Engenharia e Construção S.A. e UTC Engenharia S.A. para participar, por cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal.</p> <p>Sobrestar a apreciação da responsabilidade das construtoras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht na irregularidade de fraude à licitação e na aplicação da sanção de inidoneidade a elas, em virtude da contribuição junto ao Ministério Público Federal, conforme certidão encaminhada ao TCU pela Força-Tarefa Operação Lava Jato.</p> <p><i>(O dano ao erário é estimado em R\$ 400 milhões. Considerando atualizações e multa, pode superar R\$ 1,5 bilhão).</i></p>
<u>Obras do complexo de aproveitamento hidroelétrico de Simplício</u>  	<u>590/2017 Plenário</u> Min. Ana Arraes	<p>O Tribunal decidiu autuar processo de tomada de contas especial e autorizou a citação dos responsáveis pela análise e aprovação dos aditivos que geraram superfaturamento de mais de R\$ 10,59 milhões no Contrato 16.856 e a citação dos responsáveis pela análise e aprovação do orçamento que gerou superfaturamento de mais de R\$ 7,09 milhões no Contrato 8000001197, solidariamente às empresas citadas no acórdão.</p>
• Saúde		
Objeto de Controle / UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
<u>Acompanhamento do Programa Mais Médicos</u> 	<u>360/2017 Plenário</u> Min. Benjamin Zymler. Revisor: Min. Subst. Augusto Sherman	<p>Determinação para que o Ministro da Saúde adote, no âmbito do 80º Termo de Cooperação Técnica (80º TC) firmado com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), providências para que a OPAS apresente relatório analítico das despesas efetuadas, bem como, para que a auditoria independente prevista no Decreto nº 3.594/2000 investigue e avalie a regularidade dos repasses da OPAS para o Governo Cubano. Além de demandar da OPAS o detalhamento das despesas referentes a valor transferido a título de taxa de administração, os relatórios das auditorias já realizadas e as Prestações de Contas Parciais referentes aos Termos de Ajuste ao 80º TC.</p> <p>Determinação ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) para que avalie os informes financeiros oficiais que a OPAS se comprometeu a emitir no Ajuste Complementar e devolva, caso haja, saldos remanescentes desses Termos. Recomendação ao Ministério da Saúde (MS) para que avalie reduzir de forma mais rápida e significativa a quantidade de médicos cubanos que prestam serviços ao Brasil e a eficácia e a economicidade da manutenção do atual modelo misto de ensino e trabalho.</p>



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

● Transporte		
Objeto de Controle/UF	Acórdão/ Relator	Principais deliberações do Tribunal
<u>Obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis/RJ (BR-040/MG/RJ) (Fiscobras 2016)</u> 	<u>18/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Subst. Augusto Sherman	<p>O Tribunal confirmou, para diversas irregularidades identificadas na obra, a classificação como Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação (IG-P), dentre as quais o sobrepreço no orçamento do empreendimento.</p> <p>Determinação para que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) promova medidas corretivas para sanear as irregularidades classificadas como IG-P.</p> <p><i>O sobrepreço é superior a R\$ 203 milhões.</i></p>
<u>Obras de construção da Ferrovia Transnordestina</u> 	<u>67/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Walton Alencar	<p>Foi determinado à Valec Engenharia, Construções e Ferrovias, ao Fundo de Investimento do Nordeste (Finor), ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), ao Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e ao BNDES Participações S.A. (BNDESPar) que suspendam os repasses de recursos públicos para as obras de construção da Ferrovia, até que a empresa Transnordestina Logística S.A (TLSA) apresente à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) todos os elementos de projetos, solicitados pela Agência, bem como até que a ANTT valide as alterações do projeto e a definição do respectivo orçamento.</p> <p><i>O orçamento do projeto envolve R\$ 11,2 bilhões.</i></p>
<u>Implantação do corredor de transporte BRT (bus rapid transit) e do sistema inteligente de transporte (SIT) no Município de Palmas/TO</u> 	<u>460/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Subst. André Luís	<p>Comunicação à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional de que subsistem os indícios de Irregularidades Graves com Recomendação de Paralisação (IG-P), sobre o Edital RDC Eletrônico 1/2015 da Prefeitura de Palmas/TO, que tem por objeto a execução das obras do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte na região sul de Palmas/TO (BRT Sul de Palmas/TO). Foi determinada a oitiva do Consórcio TCS - BRT Palmas para que apresente justificativas sobre as falhas detectadas, bem como a audiência dos responsáveis listados no acórdão para que apresentem suas justificativas sobre fatos apontados.</p> <p>Determinação para que o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal mantenham a suspensão cautelar do procedimento até a deliberação definitiva do TCU; e para que a Secretaria Municipal de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte de Palmas/TO também mantenha a suspensão cautelar do procedimento, suspendendo a homologação do RDC Eletrônico 1/2015 e todos os atos subsequentes até deliberação definitiva do TCU.</p> <p><i>(Estima-se que o dano ao erário é de mais de R\$ 227,5 milhões).</i></p>
<u>Possíveis irregularidades na contratação de empresas para a execução das obras de duplicação da Rodovia BR-101/SC</u> 	<u>502/2017</u> <u>Plenário</u> Min. Subst. Augusto Sherman	<p>Determinação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) para que se abstenha de licitar a obra de construção de túnel duplo na Travessia do Morro dos Cavalos enquanto não atendidas as condicionantes: i) dotação específica e suficiente para a execução adequada da obra dos túneis, e ii) as obras de duplicação da BR-280 e da BR-470 estejam concluídas ou haja dotação específica e suficiente para cumprimento dos prazos e metas fixados nos respectivos contratos.</p> <p><i>(O orçamento da obra é de mais de R\$ 306 milhões).</i></p>



4.

GOVERNANÇA E GESTÃO

Iniciativas estratégicas no âmbito administrativo com o objetivo de gerar eficiência interna e dotar o controle externo do apoio necessário ao pleno exercício de suas competências constitucionais e legais.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

O TCU busca cumprir com excelência sua missão institucional de aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo. Para tanto, o Tribunal estabelece diretrizes anuais, o que possibilita definir a sequência lógica de execução de sua estratégia, garantindo foco às ações da Organização, o uso de maneira ordenada dos recursos disponíveis e o alinhamento de todas as unidades à estratégia do Tribunal.

4.1. Planejamento e Gestão

O [sistema de planejamento e gestão da estratégia do Tribunal](#) consiste em um conjunto de práticas gerenciais, em especial planos institucionais, voltados para a obtenção de resultados, com base no estabelecimento, na execução e no acompanhamento de metas e ações.



Os planos traduzem os três níveis de gestão existentes (estratégico, tático e operacional) e são responsáveis por operacionalizar as estratégias definidas pelo Tribunal. No mais alto nível, o Plano Estratégico orienta a elaboração dos demais planos institucionais e possui periodicidade de seis anos. Para a atual gestão, os objetivos do [Plano Estratégico do Tribunal \(PET 2015-2021\)](#) foram traduzidos em quatro diretrizes: combate à fraude e à corrupção; avaliação da eficiência e

da qualidade dos serviços públicos; avaliação de resultados de políticas e programa públicos; e promoção da transparéncia na administração pública.

O nível tático é viabilizado com a aprovação, a cada dois anos, do Plano de Diretrizes e do Plano de Controle Externo, instrumento de planejamento das ações de controle do Tribunal.

O Plano de Diretrizes contém os objetivos estratégicos e as linhas de ação de gestão que orientam a execução das ações finalísticas presentes no Plano de Controle Externo. Além disso, define as metas institucionais, por meio das quais são realizadas as mensurações de desempenho do TCU, que ocorrem duas vezes ao ano (em 31 de março e 30 de setembro, isto é, apuração semestral deslocada do ano civil).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Assim, em 31/3/2017, ocorreu o encerramento do Plano de Diretrizes 2015-2017 e foi mensurado o desempenho do TCU no semestre outubro/2016 a março/2017. O resultado do Tribunal foi de 102,8%, superando em 2,8 pontos percentuais a meta estabelecida, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Resultado do Plano de Diretrizes 2015-2017 (outubro/2016 a março/2017)

Indicadores	Peso	Meta	Resultado	Resultado %	% Final
Índice de apreciação conclusiva de trabalhos relevantes instruídos	30%	60%	63,5%	105,83%	31,75%
Índice de apreciação conclusiva de processos instruídos	20%	70%	72,7%	103,86%	20,77%
Índice de apreciação conclusiva de processos autuados até 2013 instruídos	15%	70%	53,3%	76,14%	11,42%
Índice de apreciação conclusiva de atos de pessoal instruídos	15%	90%	115,2%	128,00%	18,75%
Índice de processos em grau de recurso com até 90 dias em gabinetes de ministro	10%	55%	59,1%	107,45%	10,75%
Índice de apreciação conclusiva de processos de contas anuais autuados em 2015 instruídos	10%	80%	75,0%	93,75%	9,38%
Resultado do TCU					102,81%

Fonte: Sistema Sinergia.

Mais informações sobre o sistema de Planejamento e Gestão do TCU podem consultadas no sítio: <http://portal.tcu.gov.br/planejamento-e-gestao/>.

4.1.1. Transparência da Gestão

O Tribunal, em cumprimento à Lei 12.527/2011 (Lei de acesso à informação), bem como, no intuito de oferecer à sociedade uma maior transparência sobre suas ações e atividades, disponibiliza informações sobre as contas do TCU, licitações e contratos, concursos, relatórios e outros temas de interesse da sociedade.

Tais informações, podem ser acessadas no [Portal TCU](http://portal.tcu.gov.br/transparencia/), no endereço eletrônico: <http://portal.tcu.gov.br/transparencia/>.

4.1.1.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A despesa liquidada até o final do 1º trimestre foi de **R\$ 460.147.362,37**, que corresponde a **22,02 % da dotação orçamentária disponível** para execução no ano. O quadro a seguir detalha a execução orçamentária e financeira do Tribunal no 1º trimestre de 2017.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Execução orçamentária e financeira até o 1º trimestre de 2017

Natureza da Despesa	Dotação ⁽¹⁾ (R\$)	Liquidado no Trimestre (R\$)	(%)	Liquidado no Ano (R\$)	(%)	Disponível (R\$)
DESPESAS CORRENTES	2.028.217.510,00	459.733.795,18	22,67	459.733.795,18	22,67	1.568.483.714,82
PESSOAL	1.779.049.371,00	424.062.716,53	23,84	424.062.716,53	23,84	1.354.986.654,47
Ativo	1.047.498.070,00	236.103.225,19	22,54	236.103.225,19	22,54	811.394.844,81
Inativo e Pensionistas	547.300.000,00	150.173.190,94	27,44	150.173.190,94	27,44	397.126.809,06
PSSS	184.251.301,00	37.786.300,40	20,51	37.786.300,40	20,51	146.465.000,60
JUROS E ENC. DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTROS CUSTEIOS	249.168.139,00	35.671.078,65	14,32	35.671.078,65	14,32	213.497.060,35
Material de Consumo	1.141.324,74	101.413,02	8,89	101.413,02	8,89	1.039.911,72
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	131.557.120,41	15.626.330,68	11,88	15.626.330,68	11,88	115.930.789,73
Auxílios Financeiros ⁽²⁾	75.060.623,48	18.914.064,44	25,20	18.914.064,44	25,20	56.146.559,04
Outras Despesas ⁽³⁾	41.409.070,37	1.029.270,51	2,49	1.029.270,51	2,49	40.379.799,86
DESPESAS DE CAPITAL	61.606.556,00	413.567,19	0,67	413.567,19	0,67	61.192.988,81
TOTAL GERAL	2.089.824.066,00	460.147.362,37	22,02	460.147.362,37	22,02	1.629.676.703,63

Fonte: Tesouro Gerencial. Consulta em 10/04/2017

⁽¹⁾ Dotação Disponível = (+) LOA R\$ 2.096.969.013,00 (-) Crédito Bloqueado R\$ 7.144.947,00.**Nota 1:** os valores constantes do item Serviços de Terceiros são relativos às naturezas de despesa 33, 36, 37 e 39, nas modalidades de aplicação 90 e 91.**Nota 2:** os valores constantes do item Auxílios Financeiros são relativos às naturezas de despesa 08, 46, 48, 49 e 93, nas modalidades de aplicação 90 e 91.**Nota 3:** os valores referentes a Outras Despesas são obtidos pela diminuição do saldo de Outros Custeios com Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Auxílios Financeiros.

4.1.1.2. Sustentabilidade

Em consonância com Política Institucional de Sustentabilidade estabelecida pela Resolução-TCU 268, de 2015, alinhada à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e também às iniciativas inerentes aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) promovidos pela Organização das Nações Unidas, o Tribunal vem desenvolvendo diversas iniciativas com vistas à promoção da sustentabilidade.



Para mais informações sobre o tema, acesse a área de sustentabilidade no Portal TCU, no endereço <http://portal.tcu.gov.br/transparencia/sustentabilidade/>.

4.2. Desenvolvimento Profissional

O Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola de governo do TCU, é a unidade de apoio estratégico responsável pelas ações de educação corporativa do Tribunal. Destina-se a promover o desenvolvimento de competências profissionais e organizacionais e a educação



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

continuada de servidores e colaboradores da Corte de Contas, bem como de ações educativas voltadas ao público externo que contribuem com a efetividade do controle e a promoção da cidadania. Também é responsável pela seleção, formação e integração inicial de novos servidores.

Mais informações sobre o ISC e sobre os cursos e eventos ofertados pelo Instituto podem ser consultados no endereço eletrônico: <https://contas.tcu.gov.br/ead/>.

4.3. Alianças Estratégicas

Interagir com a sociedade, por meio do estabelecimento de canais apropriados de diálogo, e estreitar o relacionamento com órgãos de controle, com vistas à atuação integrada, permitem a identificação de áreas de risco na gestão de recursos públicos, além da captação e disseminação de informações e práticas para o exercício do controle.

4.3.1. Interação com a sociedade

Com o objetivo de aperfeiçoar os canais de comunicação do TCU com as partes interessadas externas, o Tribunal dispõe de produtos e serviços alinhados às modernas plataformas informacionais.

A divulgação de notícias, fotos, vídeos e informações atualizadas sobre a atuação do Tribunal, na fiscalização do patrimônio público do Brasil, é disponibilizada no Portal TCU pelos seguintes meios:



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Com o intuito de estimular a participação do cidadão e fomentar o controle social e a interação com o Congresso Nacional, o TCU disponibiliza serviços, informações e orientações relacionadas à atividade de controle. Estão relacionados a seguir, alguns dos serviços disponibilizados no Portal TCU.

	Eventos "Diálogos Públicos" http://portal.tcu.gov.br/dialogo-publico/
	Biblioteca digital do TCU http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/
	Sistema de Protocolo Eletrônico http://portal.tcu.gov.br/e-tcu/protocolo-eletronico/
	Catálogo de serviços de software http://portal.tcu.gov.br/webservices-tcu/
	Aplicativos para dispositivos móveis http://portal.tcu.gov.br/apps-tcu/
	Ouvidoria do TCU http://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/ e Telefone: 0800-644-1500 opção 1
	Carta de Serviços ao cidadão http://portal.tcu.gov.br/ouvidoria/servicos-ao-cidadao/

4.3.2. Acordos de cooperação

O Tribunal firma [acordos de cooperação técnica](#) com órgãos e entidades públicos, nacionais e internacionais, bem como com entidades civis, com o objetivo de aprimorar o cumprimento de sua missão institucional e conferir maior eficiência, eficácia e efetividade à gestão pública.



Além disso, as parcerias constituídas contribuem para a melhoria da Administração Pública [por meio da transferência de conhecimentos e do acesso a sistemas e informações constantes de suas bases de dados](#).

No trimestre, o TCU firmou os seguintes acordos de cooperação técnica:

Órgão/Instituição	Objeto
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	A CVM fornecerá periodicamente ao TCU informações estruturadas contendo dados referentes aos participantes do Mercado de Valores Mobiliários, que passarão a integrar o repositório de informações que o Tribunal dispõe para subsidiar o exercício das atividades de controle externo.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Órgão/Instituição	Objeto
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)	Desenvolvimento de atividades direcionadas à formação de capital humano e desenvolvimento institucional em auditoria do setor público, <i>accountability</i> financeira e governança pública.
Fundação Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), por intermédio do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG)	Intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, ao desenvolvimento institucional e da gestão pública, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.

Fonte: Secretaria-Geral da Presidência (Segepres).

4.3.3. Cooperação internacional

O TCU tem participação atuante no contexto da [cooperação internacional](#) voltada para o aperfeiçoamento do controle externo e integra importantes organismos multilaterais de fiscalização, entre os quais: a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores ([Intosai](#)), a Organização Latino Americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores ([Olacefs](#)), a Organização das Instituições Supremas de Controle da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ([OISC-CPLP](#)) e a Organização das Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul, Bolívia e Chile ([EFSul](#)).



Nesse aspecto, destaca-se que, em 2017, o Tribunal passou a exercer a Presidência do *Professional Standard Comitte - Comitê de Normas Profissionais (PSC) da Intosai*, função que ocupará no triênio 2017-2019. O PSC é responsável pela condução de um dos quatro objetivos estratégicos da Organização, o de promover entidades fiscalizadoras fortes, independentes e multilaterais. Assim, ainda em 2016, na preparação para o início das atividades na Presidência do PSC, o TCU investiu na reformulação dos sites do comitê (http://psc-intosai.org/pt_br/site-psc/) e das normas ISSAI (http://www.issai.org/pt_br/site-issai/), para viabilizar a oferta das informações sob a plataforma digital de nuvem pública.

Ademais, o Tribunal exerce a Presidência do **Comitê de Criação de Capacidades (CCC) da Olacefs** (triênio 2016-2018)



5.

ANEXOS



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

1. ANEXOS

Anexo I – Anulação e sustação de atos e contratos

Determinação	Unidade Jurisdicionada/Apreciação
Anulação, revogação, suspensão, rescisão e ajustes de Contrato ou Convênio	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb). (Acórdão 501/Plenário, de 22.3.2017, TC 010.501/2016-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). (Acórdão 187/1ªCâmara, de 24.1.2017, TC 030.129/2016-8, Relator: Ministro Bruno Dantas).
	Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (Acórdão 178/Plenário, de 8.2.2017, TC 032.870/2016-7, Relator: Ministro José Múcio).
	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). (Acórdão 214/Plenário, de 15.2.2017, TC 025.964/2016-0, Relator: Ministro Benjamin Zymler).
	Imprensa Nacional (IN). (Acórdão 897/Plenário, de 21.2.2017, TC 015.492/2016-8, Relator: Ministro Walton Alencar).
	Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). (Acórdão 449/Plenário, de 15.3.2017, TC 020.969/2016-3, Relator: Ministro José Múcio).
Suspensão de pagamento ou resarcimento/retenção de valores de Contrato	Tribunal Regional do Trabalho (TRT). (Acórdão 488/Plenário, de 22.3.2017, TC 031.986/2016-1, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Caixa Econômica Federal (Caixa) e Ministério do Esporte (Acórdão 459/Plenário, de 15.3.2017, TC 032.135/2015-7, Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer).
	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (Cerb). (Acórdão 501/Plenário, de 22.3.2017, TC 010.501/2016-9, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Superintendência Regional do Dnit nos Estados de Goiás e Distrito Federal (Dnit/MTPAC). (Acórdão 345/1ª Câmara, de 31.1.2017, TC 025.974/2014-9, Relator: Ministro Bruno Dantas).
	Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan). (Acórdão 55/Plenário, de 25.1.2017, TC 008.433/2016-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Instituto Militar de Engenharia (IME). (Acórdão 1.134/2ª Câmara, de 31.1.2017, TC 017.783/2016-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).
Anulação, revogação, suspensão e ajustes em Licitação	Universidade Federal Fluminense (UFF). (Acórdão 592/Plenário, de 29.3.2017, TC 036.606/2016-2, Relatora: Ministra Ana Arraes).
	Departamento Nacional de Infraestrutura (Dnit). (Acórdão 502/Plenário, de 22.3.2017, TC 030.166/2016-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Comando Logístico do Exército (Colog). (Acórdão 86/Plenário, de 25.1.2017, TC 036.229/2016-4, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).
	Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), extinto (Acórdão 140/Plenário, de 1.2.2017, TC 003.465/2016-0, Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman).
	Comando da Aeronáutica (COMAER). (Acórdão 1.449/2ª Câmara, de 7.2.2017, TC 016.400/2016-0, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).
	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). (Acórdão 249/Plenário, de 15.2.2017, TC 031.652/2016-6, Relator: Ministro Bruno Dantas).
Devolução e/ou suspensão de pagamentos indevidos a servidores, procuradores, desembargadores e juízes	Serviço Florestal Brasileiro (SFB). (Acórdão 2.567/2ª Câmara, de 14.3.2017, TC 031.939/2016-3, Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho).
	Banco do Brasil S. A. (BB) (Acórdão 572/Plenário, de 29.3.2017, TC 034.376/2016-0, Relator: Ministro Aroldo Cedraz).

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)

* Determinação para devolução de valores existentes em conta que movimentou recursos federais.



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Anexo II – Medidas cautelares concedidas

Unidade Jurisdicionada	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R\$)
AMAZONAS		
29ª Circunscrição de Serviço Militar (29ª CSM)	Determinar, cautelarmente, que a 29ª Circunscrição de Serviço Militar suspenda todos os atos tendentes a resultar na adjudicação, na homologação e/ou na execução da contratação de empresa para o fornecimento do Item 4 do Pregão Eletrônico 004/2016, até a ulterior decisão de mérito do TCU no presente processo. (Despacho de 7.2.2017, Ata nº 4, TC 030.229/2016-2, Relator: Ministro-Substituto André Luís, Unidade Técnica: Secex-AM).	779.504,00
CEARÁ		
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Ceará (Sebrae/CE)	Suspensão cautelar do Pregão presencial 39/2016 e dos atos dele decorrentes, até que o TCU delibere sobre o mérito da representação (Despacho de 30.3.2017, Ata nº 11, de 5.4.2017, TC 036.009/2016-4, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Secex-CE).	1.101.035,16
DISTRITO FEDERAL		
Ministério da Saúde	Suspenda o Pregão Eletrônico 5/2017 (processo 25000.191170/2016), que tem como objeto o registro de preço para a futura aquisição de alfaepoetina humana recombinante, 1.000UI, 2.000UI, 3.000UI, 4.000UI e 10.000UI. (Despacho de 2.2.2017, Ata nº 4, de 8.2.2017, TC 001.400/2017-7, Relator Ministro Augusto Nardes).	305.006.089,64
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	Abstenha-se de adjudicar o objeto da Concorrência 1/2016, de homologar o certame e de celebrar o respectivo contrato até que o TCU decida sobre o mérito das questões suscitadas (Despacho de 20.2.2017, Ata nº 6, de 22.2.2017, TC 001.221/2017-5, Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Unidade Técnica: Selog).	90.000.000,00
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT)	Abstenha-se de adquirir os bens por meio de ata de registro de preços relativa ao Pregão eletrônico 448/2016 e dos contratos dela decorrentes, bem como de autorizar adesões de órgãos não participantes, até a apreciação de mérito deste processo (Despacho de 30.3.2017, Ata nº 11, de 5.4.2017, TC 004.737/2017-2, Relator: Ministro Bruno Dantas, Unidade Técnica: Selog).	56.593.490,35
GOIÁS		
Prefeitura Municipal de Taquarussu/MS	Suspenda a condução do Pregão Presencial 5/2017, até a deliberação conclusiva do TCU (Despacho de 15.3.2017, Ata nº 8, de 15.3.2017, TC 004.626/2017-6, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-GO).	140.868,00
MATO GROSSO		
Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso (Sinfra/MT)	Abstenha-se de pagar à Empresa Ecoplan Engenharia Ltda. o saldo remanescente do Contrato 3/2009/00/00-ASJU, no montante de R\$ 1.076.802,84 (Acórdão 168/2017-TCU-Plenário, de 8.2.2017, TC 031.620/2012-4, Relator: Ministro Augusto Nardes).	1.076.802,84
PARÁ		
Prefeitura Municipal de Belém/PA	Retenha a importância de R\$ 426.219,07 dos pagamentos a serem realizados à Empresa BRT Construções e Serviços Ltda., na seara do Contrato 10/2016, até que o TCU decida sobre o mérito da questão (Despacho de 1º.2.2017, Ata nº 3, de 1º.2.2017, TC 001.378/2017-1, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-PA).	426.219,07



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Unidade Jurisdicionada	Medida Cautelar Concedida	Valor envolvido na cautelar (R\$)
PERNAMBUCO		
Serviço Social do Transporte - Serviço Nacional do Transporte (Sest/Senat) – Conselho Regional Pernambuco	Determinar, cautelarmente, ao Sest/Senat em Pernambuco que suspenda qualquer ato ou contrato decorrente da Concorrência 4/2016, destinado à contratação de empresa especializada em engenharia para execução de reforma da Unidade A, até que o TCU se pronuncie sobre o mérito da representação ora em exame (Despacho de 8.3.2017, Ata nº 13, de 19.4.2017, TC 003.619/2017-6, Relator: Ministro Walton Alencar, Unidade Técnica: Secex-PE).	2.737.748,77
PIAUÍ		
Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., (Fundo de Investimento do Nordeste/Finor, Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE, Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES e BNDES Participações S.A./BNDESPar)	Abstenham-se de destinar recursos, a qualquer título, para as obras de construção da Ferrovia Transnordestina (Malha II) ou para a respectiva concessionária, até que a TLSA apresente à ANTT todos os elementos de projetos, incluindo os estudos geotécnicos, solicitados por aquela Agência, bem como até que a ANTT valide as alterações do projeto e a definição do respectivo orçamento. (Acórdão 67/2017-TCU-Plenário, Ata nº 2, de 25/01/2017, TC 012.179/2016-7, Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues, Unidade Técnica: SeinfraPortoFerrovia).	280.000.000,00
RIO DE JANEIRO		
Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobras), Ministério de Minas e Energia (MME)	Suspensão cautelar do Pregão Eletrônico DJS 04/2017 (UASG 910808) até que o TCU se pronuncie definitivamente quanto ao mérito da representação (Despacho de 7/3/2017, Ata de 26/04/2017, TC 004.206/2017-7, Relator: Ministro Aroldo Cedraz, Unidade Técnica: SecexEstataisRJ).	845.000.000,00
TOCANTINS		
Secretaria Municipal de Acessibilidade, Mobilidade, Trânsito e Transporte de Palmas/TO	Mantenha a suspensão cautelar do procedimento, de sorte a suspender a homologação do processo atinente ao RDC Eletrônico 1/2015 e todos os atos subsequentes destinados à implantação do corredor de transporte BRT e do sistema inteligente de transporte, na região sul de Palmas/TO, até a deliberação definitiva do TCU no presente feito (Acórdão 460/2017-TCU-Plenário, Ata nº 8, de 15.03.2017, TC 018.777/2016-3, Relator: André Luís, Unidade Técnica: SeinfraUrbana).	227.580.000,00
Valor Total em Medidas Cautelares:		R\$ 1.810.441.757,83

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Anexo III – Pessoas jurídicas declaradas inidôneas

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado/CNPJ	Acórdão/Processo	Prazo
DF	Colégio Militar de Brasília, Comando da 3ª Brigada de Infantaria Motorizada e Fundação Universidade de Brasília.	Almeida Dias Material de Construção Ltda. (CNPJ 08.335.195/0001-32)	568/2017- Plenário 028.934/2012-1	18 meses
MA	Município do Timon/MA	DRC Comércio Ltda. EPP – DetMed (CNPJ 04.651.057/0001-01) Weberth B. Sousa – HB Med Distribuidora (CNPJ 07.563.176/0001-09) R. O. Carvalho do Nascimento – Ótima Dist. (CNPJ 05.577.401/0001-22) Droga Rocha Distribuidora de Medicamentos Ltda. (CNPJ 05.348.580/0001-26) Médica Hospitalar Com. e Representações Ltda. (CNPJ 05.750.248/0001-93)	247/2017- Plenário 026.106/2015-9	3 anos
MS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS)	Transamérica Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 07.417.370/0001-78)	594/2017 Plenário 010.373/2013-6	5 anos
PB	Município de Cruz do Espírito Santo	Rio Norte Construções Ltda. (CNPJ 03.321.045/0001-56) Hazen Engenharia Ltda. (CNPJ 02.758.272/0001-80) EMS Empresa de Manutenção, Serv e Const. Ltda. (CNPJ 04.281.456/0001-28)	377/2017 Plenário 007.503/2015-6	5 anos
PB	Município de Salgado de São Félix	Biana Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 08.021.035/0001-19)	374/2017 Plenário 001.118/2015-3	5 anos
RJ	Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear)	Construtora Queiroz Galvão S.A. (CNPJ 33.412.792/0001-60) Empresa Brasileira de Engenharia S.A. (CNPJ 33.247.271/0001-03) Techint Engenharia e Construção S.A. (CNPJ 61.575.775/0001-80) UTC Engenharia S.A. (CNPJ 44.023.661/0001-08)	483/2017- Plenário 016.991/2015-0	5 anos

Total de Declarações de Inidoneidade: 15

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Anexo IV – Indisponibilidade de bens de responsável

Indisponibilidade de bens				
UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado/CPF	Processo	Acórdão
RJ	Petróleo Brasileiro S.A.	José Sérgio Gabrielli de Azevedo (CPF 42.750.395-72)	005.259/2015-0	Acórdão 441/2017- Plenário, subitem 9.1, decretou cautelarmente a indisponibilidade, pelo período de 1 (um) ano, dos oito agentes responsáveis.
		Nestor Cuñat Cerveró (CPF 371.381.207-10)		
		Paulo Roberto Costa (CPF 302.612.879-15)		
		Luís Carlos Moreira da Silva (CPF 369.767.177-49)		
		Ildo Luis Sauer (CPF 265.024.960-91)		
		Almir Guilherme Barbassa (CPF 012.113.586-15)		
		Guilherme de Oliveira Estrella (CPF 012.771.627-00)		
PR	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Renato de Souza Duque (CPF 510.515.167-49)	034.726/2016-0	Acórdão 291/2017 – TCU – Plenário, subitem 9.5, decretou cautelarmente a indisponibilidade, pelo período de 1 (um) ano, dos bens de nove agentes responsáveis.
		Edilson Sérgio Silveira (CPF 141.231.638-31)		
		Graciela Inês Bolzon de Muniz (CPF 674.273.759-04)		
		Conceição Abadia de Abreu Mendonça (CPF 203.022.071-04)		
		André Santos de Oliveira (CPF 029.849.089-70)		
		Denise Maria Mansani Wolff (CPF 541.914.599-53)		
		Guiomar Jacobs (CPF 392.074.209-53)		
		Josiane de Paula Ribeiro (CPF 539.125.199-00)		
		Júlio Cesar Martins (CPF 583.997.397-15)		
Total de Declarações de Indisponibilidade de bens: 17				

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Anexo V – Arrestos de bens solicitados

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado/CPF	Processo	Acórdão
CE	Município de Fortim/CE	Caetano Guedes Junior (CPF 377.996.143-15) Miguel Ângelo Pinto Martins (CPF 478.715.123-15) Antônio Ribeiro Pinto (CPF 388.278.244-72)	007.406/2014-2	314/2017-Plenário
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Luiz Carvalho Linhares (CPF 298.883.107-63) Francisco José de Souza Ventura (CPF 113.730.247-04) Roberto Ferreira (CPF 090.668.616-49)	010.234/2014-4	129/2017-Plenário
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Francisca Daisy Lustosa Landim Pinto(CPF 663.042.107-87) Marcos Antônio Dantas Lopes (CPF 736.780.407-30) Maria das Graças Tatagiba Lannes (CPF 989.717.867-87) Maria de Fátima dos Santos (CPF 412.682.027-20)	020.372/2013-2	70/2017-Plenário
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53) Nanci Pedro (CPF 543.218.757-49)	032.351/2014-3	21/2017-Plenário
SP	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (IBRASI)	Luiz Gustavo Machado (CPF 813.598.538-04) Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável/IBRASI (CNPJ 07.054.515/0001-13)	007.519/2014-1	170/2017-Plenário
Total de Solicitações de Arresto de Bens : 14				

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Anexo VI – Responsáveis inabilitados para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança

UF	Unidade Jurisdicionada	Autuado/CPF	Processo	Acórdão*	Prazo
CE	Município de Fortim/CE	Caetano Guedes Junior (CPF 377.996.143-15) Miguel Ângelo Pinto Martins (CPF 478.715.123-15) Antônio Ribeiro Pinto (CPF 388.278.244-72)	007.406/2014-2	314/2017- Plenário	8 anos
MT	Ministério do Turismo	Jilvan Carlos Andrade Fonseca (CPF 181.663.458-11)	019.083/2015-7	495/2017- Plenário	8 anos
MS	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS)	Claodinardo Fragoso da Silva (CPF 237.051.831-68)	010.373/2013-6	594/2017- Plenário	5 anos
PB	Município de Cruz do Espírito Santo	José Roberto Marcelino Pereira (CPF 568.300.504-30) Luzikênyo Louis Monteiro Veloso (CPF 025.954.144-37) Renato Luís Ribeiro (CPF 912.476.594-53) Deczon Farias da Cunha (CPF 133.369.674-49) Benigno Pontes de Araújo (CPF 052.235.854-37)	007.503/2015-6	377/2017- Plenário	8 anos
PB	Município de Salgado de São Félix	Apolinário dos Anjos Neto (CPF 457.281.944-00) Adauro Almeida (CPF 058.805.564-68) Audy Lopes Fernandes (CPF 396.698.904-20) Adriano Ferreira de Melo (CPF 013.255.014-84) Fabiana dos Santos Ferreira (CPF 066.880.154-98) Raniere Pereira Dantas (CPF 029.786.124-79)	001.118/2015-3	374/2017- Plenário	5 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Eliana Silva de Souza (570.551.227-91) Deocleciano Costa Velho de Weck (275.257.591-20) Gilvan Velloso Prado (831.688.937-49)	013.885/2012-0	104/2017- Plenário	5 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Marcos Antônio Dantas Lopes (CPF 736.780.407-30)	020.372/2013-2	70/2017- Plenário	5 anos
RJ	Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	Alberto Alexandre Dias Ribeiro (CPF 784.297.307-53)	032.351/2014-3	21/2017- Plenário	8 anos
SP	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável (IBRASI)	Kerima Silva Carvalho (CPF 066.401.516-69) Edimar Gomes da Silva (CPF 134.463.088-06)	007.519/2014-1	170/2017- Plenário	8 anos

Total de responsáveis inabilitados: 23

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO TCU – 1º TRIMESTRE 2017

Anexo VII – Obras com indícios de irregularidades graves

UF	Nome da obra	Unidade Orçamentária	Processo (Relator)	Situação em 08/11/2016*	Situação atual	Anexo VI LOA
AL	Canal do Sertão – Alagoas	53101 - Ministério da Integração Nacional	006.708/2016-1 (Min. Raimundo Carreiro)	IG-P **	IG-P	S
PE	Construção da Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia/PE	36215 - Emp. Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRAS	010.595/2016-3 (Min. Walton Alencar)	-	IG-P	N
PE	Construção da Refinaria Abreu e Lima em Recife/PE	32230 - Petróleo Brasileiro S.A.	026.363/2015-1 (Min. Benjamin Zymler)	IG-R	IG-R	N
PI	Construção da Vila Olímpica - Parnaíba/PI	51101 - Ministério do Esporte	016.063/2016-3 (Min. Subst. André Luís)	IG-P	IG-P	S
RJ	Construção do Hospital Regional em Queimados/RJ	36901 - Fundo Nacional de Saúde	008.937/2016-8 (Min. Benjamin Zymler)	IG-P	IG-P	S
RJ	Obras de construção da BR-040/RJ	39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	023.204/2015-0 (Min. Walton Alencar)	IG-P	IG-P	S
RJ	Usina Termonuclear de Angra III/RJ	32204 - Eletrobrás Termonuclear S.A.	002.651/2015-7 (Min. Bruno Dantas) 021.542/2016-3 (Min. Bruno Dantas) 016.991/2015-0 (Min. Bruno Dantas)	IG-P	IG-P	S
RO	Sistema de Esgotamento Sanitário de Porto Velho/RO	56101 - Ministério das Cidades	014.504/2016-2 (Min. Bruno Dantas)	IG-P	IG-P	S
SP	Corredor de ônibus - SP - Radial Leste - Trecho 1	56101 - Ministério das Cidades	015.351/2016-5 (Min. Bruno Dantas)	IG-P	IG-P	S
TO	BRT de Palmas/TO	56101 - Ministério das Cidades	018.777/2016-3 (Min. Subst. André Luís)	IG-P	IG-P	S

Fonte: Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex).

Observações:

Dados atualizados até 06/04/2017. Não constam deste quadro as obras já excluídas do Anexo VI por Decreto Legislativo.

Os dados deste quadro resumem a situação das fiscalizações e são fornecidos como referência para acompanhamento.

Ao lado do nome de cada obra inserida no quadro acima, há um botão em formato de lupa que permite acessar a situação atual do processo e dos indícios de irregularidades apontados, os acórdãos que confirmam ou reclassificam os achados de auditoria e, ainda, o histórico de movimentação dos processos relacionados.

A posição oficial do TCU é dada pelos Acórdãos que deliberam sobre cada obra.

* Data de apreciação do processo de consolidação das fiscalizações de obras em 2016 (Fiscobras 2016).

** IG-P: indícios de irregularidades graves com recomendação de paralisação (art. 121, IV, "a" e "b", da Lei 13.408/2016 - LDO/2017).

IG-R: indícios de irregularidades graves com recomendação de retenção parcial de valores (art. 121, V, da Lei 13.408/2016 - LDO/2017).

IG-C: indício de irregularidade que, embora gere citação ou audiência do responsável, não atende à conceituação contida no art. 121, IV, "a" e "b", da Lei 13.408/2016 - LDO/2017).



Responsabilidade pelo conteúdo

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

Secretaria-Geral Adjunta da Presidência (Adgepres)

Projeto gráfico, diagramação e capa

Secretaria de Comunicação (Secom)

Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

Tribunal de Contas da União

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)

SAFS Quadra 4 Lote 1

Edifício Sede Sala 174

70.042-900, Brasília – DF

(61) 3316-5338

segepres@tcu.gov.br

Ouvidoria do TCU

0800 644 1500

ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Sesap/Segedam





Comunicações



Expediente do Senador Fernando Bezerra Coelho, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na missão oficial aos Estados Unidos da América, no Estado de Nova York, no período de 15 a 19 de maio de 2017, nos termos do Requerimento nº 291, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Ofício nº 184/2017, do Senador Antonio Anastasia, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação na missão oficial a países da África, no período de 6 a 13 de maio de 2017, nos termos do Requerimento nº 286, de 2017.

O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora FÁTIMA BEZERRA PT | RN

*2 Subscritas
Com 3 ass*

Of.: nº 069/2017/GSFBEZER

Em 05 de junho de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
EUNICIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal

Assunto: Renúncia à suplência no Concelho de Ética do Senado Federal.

Senhor Presidente,

Ao tempo em que o cumprimento, comunico, de acordo com os termos regimentais, a minha renúncia à suplência no Conselho de Ética do Senado Federal na vaga designada pelo Bloco da Resistência Democrática (PT/PDT).

Atenciosamente,


FÁTIMA BEZERRA
Senadora da República pelo Rio Grande do Norte

Recebido em 05/06/17
Hora: 16:43

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-1884 – fatima.bezerra@senadora.leg.br

João Victor da Silva Pereira
Estagiário-SLSF





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA

à presidente
em 05/06/17.
Mota

OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017

Brasília, 1º de junho de 2017

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal
Senador EUNÍCIO DE OLIVEIRA

Senhor Presidente

Comunico a Vossa Excelência que renuncio à vaga de membro suplente que cabe ao Bloco Moderador (BLOMOD) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Atenciosamente

Senador TELMÁRIO MOTA
PTB - RR

Recebido em 05/06/17
Hora: 17:22

João Victor da Silva Pereira
Estagiário-SLSF

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br



Ofício da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso



00100.075920/2017-18 (VIA 002)



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
"Missão: Legislar em defesa da sociedade, fiscalizar os atos do Poder Executivo, otimizar as forças internas e ampliar a interlocução entre os parlamentares e a comunidade"

OFÍCIO/N.096/2017/PRESIDÊNCIA/ALMT

Cuiabá/MT, 27 de abril de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Presidente do Senado Federal da República Federativa do Brasil
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Congresso Nacional – Senado Federal
Brasília-DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Na ocasião em cumprimentar Vossa Excelência cumpre-me encaminhar cópia integral dos autos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI das Obras da Copa do Mundo de 2014 no Estado de Mato Grosso, através do pen drive anexo, para conhecimento.

Aproveito ainda para colocar este gabinete à disposição de Vossa Excelência. Sem mais para o momento, reitero votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO BOTELHO
Presidente da AL/MT

Assembléia Legislativa de Mato Grosso - Gabinete 206 - Av. André Maggi, 06
Centro Político Administrativo - 78049-901 - Cuiabá - Mato Grosso
Fones: 65.3313 6767 e 65.3313 6760 - www.eduardobotelho.com.br



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7A2BD69D001A6B5D.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 712B57DA001B1FD8.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Ofício do Ministro de Estado da Fazenda





SENADO FEDERAL

OFICIO "S"

Nº 43, DE 2017

Encaminha, em atendimento ao art. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, o Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior referente ao mês de abril de 2017.

AUTORIA: Ministério da Fazenda

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



00100.084501/2017-69

04020312

Ministério da Fazenda
Secretaria do Tesouro Nacional
Gabinete da Secretaria do Tesouro Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco P, Ed. Sede do Ministério da Fazenda - 2º andar - GAB/STN - Setor Central
70048-900 - Brasília - DF
(61) 3412-2222 (61) 3412-1717 (61) 3412-2215 gab.df.stn@tesouro.gov.br

31 MAI 2017

Ofício nº 7 /2017/GABIN/STN/MF-DF

Brasília, 30 de maio de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente do Senado Federal
Senado Federal, 1º Andar – Edifício Principal
CEP 70.165-900 – Brasília (DF)

Assunto: **Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

No contexto do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, de 16 de novembro de 2004, e em cumprimento ao seu art. 3º, encaminho a Vossa Excelência o Relatório de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa realizadas no mês de abril de 2017.

Respeitosamente,

ANA PAULA VITALI JANES VESCOVI
Secretária do Tesouro Nacional





Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 3º e 4º DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.**

No amparo da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, do Senado Federal, que autoriza a União a realizar emissões de títulos e operações de administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, a Secretaria do Tesouro Nacional deu continuidade, no mês de abril de 2017, à estratégia definida no Plano Anual de Financiamento – PAF¹, qual seja, a de aperfeiçoamento do perfil da Dívida Pública Federal externa – DPFe.

5. Quanto ao disposto no artigo 3º e no inciso II do artigo 4º, relatamos que no mês de abril² do ano corrente foram efetuadas operações de administração de passivos, de responsabilidade do Tesouro Nacional no exterior, no montante de US\$ 90,51 milhões, em valores financeiros, correspondendo a US\$ 75,54 milhões, em valores de face (Quadro 1), com

¹ Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal - DPF. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico da DPF, contribuindo, assim, para aumentar a confiança dos investidores.

² O montante apresentado se refere às operações liquidadas no mês de abril/17, acrescentadas das recompras de 29.03.2017, as quais foram liquidadas após o cancelamento realizado no mês de março/17.





Relatório de execução – 2/4

efetivo cancelamento dos títulos recomprados no dia 02 de maio de 2017. O detalhamento das operações realizadas está apresentado no Anexo I.

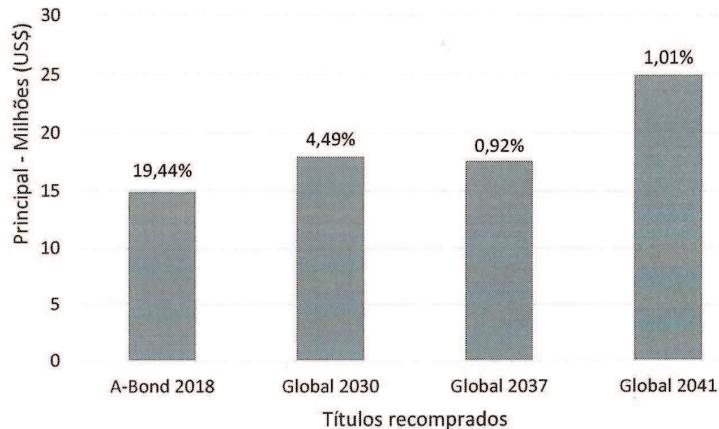
Quadro 1: Recompras efetuadas em abril/2017

Ativo	Valor de Face	Juros	Ágio	Total	Em US\$
A-Bond 2018	14.908.222,23	286.342,61	560.256,41	15.754.821,25	
Global 2030	18.000.000,00	213.013,89	11.436.500,00	29.649.513,89	
Global 2037	17.627.000,00	280.284,83	2.513.266,25	20.420.551,08	
Global 2041	25.000.000,00	342.187,50	-	661.000,00	24.681.187,50
Total Geral	75.535.222,23	1.121.828,83	13.849.022,66	90.506.073,72	

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

6. O volume recomprado no período representa 1,55% do estoque³ em mercado dos títulos que foram alvo do Programa. O Gráfico 1 apresenta o percentual retirado de mercado, por título recomprado.

Gráfico 1: Percentual retirado do mercado em abril/2017



Fonte: Tesouro Nacional – CODIV

7. Os títulos listados no Quadro 1 foram objeto de recompra antecipada por constituirão, no período, pontos distorcidos na curva soberana e, consequentemente, apresentarem preços de mercado mais atraentes para a

³ Considerando o saldo devedor em 31 de março de 2017.

*Relatório de execução – 3/4*

República. A redução total no fluxo de pagamento de amortização e de juros até os respectivos vencimentos dos títulos, em função das operações efetuadas, é de US\$ 163,96 milhões, em valores correntes. No Quadro 2 estão informadas as principais características dos títulos recomprados.

Quadro 2: Características dos títulos recomprados

Título	Vencimento	Cupom (% a.a.)
A-Bond 2018	15/01/2018	8,000
Global 2030	06/03/2030	12,25
Global 2037	20/01/2037	7,125
Global 2041	07/01/2041	5,625

Fonte: Tesouro Nacional – CODIP/CODIV

8. Ressalta-se que os ativos foram recomprados no mercado secundário segundo a avaliação do Tesouro Nacional, em linha com a finalidade, já mencionada, de melhorar o perfil do passivo externo e consolidar a curva de juros da dívida externa.

Em, 26 de maio de 2017.



José Franco Medeiros de Moraes

Subsecretário da Dívida Pública da Secretaria do Tesouro Nacional



Ana Paula Vitali Janes Vescovi

Secretária do Tesouro Nacional





Relatório de execução – 4/4

Relatório da execução do Programa de Emissão de Títulos e Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

Anexo I – Quadro demonstrativo das operações de recompra de títulos da DPFe – Abril*/2017

Data de liquidação	Título	Principal (US\$)	Juros (US\$)	Ágio (US\$)	Total (US\$)	Total (R\$)
29-mar-17	Global 2041	5.000.000,00	64.062,50	-181.000,00	4.883.062,50	15.266.894,91
29-mar-17	A-Bond 2018	4.686.000,00	77.058,67	186.034,20	4.949.092,87	15.473.338,86
29-mar-17	Global 2037	5.000.000,00	68.281,25	662.500,00	5.730.781,25	17.917.287,58
04-abr-17	Global 2030	5.000.000,00	47.638,89	3.157.500,00	8.205.138,89	25.600.033,34
04-abr-17	Global 2041	10.000.000,00	135.937,50	-285.000,00	9.850.937,50	30.734.925,00
06-abr-17	Global 2041	5.000.000,00	69.531,25	-115.000,00	4.954.531,25	15.445.751,17
06-abr-17	Global 2030	5.000.000,00	51.041,67	3.167.000,00	8.218.041,67	25.619.744,91
10-abr-17	A-Bond 2018	1.111.111,11	20.987,65	41.666,67	1.173.765,43	3.634.564,65
10-abr-17	Global 2037	5.000.000,00	79.166,67	717.500,00	5.796.666,67	17.949.378,34
10-abr-17	Global 2041	5.000.000,00	72.656,25	-80.000,00	4.992.656,25	15.459.760,08
18-abr-17	Global 2030	8.000.000,00	114.333,33	5.112.000,00	13.226.333,33	41.611.627,50
18-abr-17	Global 2037	2.627.000,00	45.753,58	390.766,25	3.063.519,83	9.657.746,26
18-abr-17	Global 2037	5.000.000,00	87.083,33	742.500,00	5.829.583,33	18.339.869,16
18-abr-17	A-Bond 2018	5.555.555,56	114.814,81	202.777,77	5.873.148,14	18.476.924,05
18-abr-17	A-Bond 2018	3.555.555,56	73.481,48	129.777,77	3.758.814,81	11.825.231,39
Total		75.535.222,23	1.121.828,83	13.849.022,66	90.506.073,72	283.013.077,20

Fonte: STN/CODIV/GEEST

* Os valores apresentados se referem às operações liquidadas no mês de abril/17, acrescentadas das recompras de 29.03.2017, as quais foram liquidadas após o cancelamento realizado no mês de março/17.



Requerimento





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 409, DE 2017

Requer, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Maria Lídia França de Araújo, ocorrido na noite desta quinta feira, 1º de junho do corrente ano, em decorrência de queimaduras causadas covardemente por seu “companheiro”, durante uma agressão doméstica.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° , DE 2017
SF/17107-10053-62

Requeiro, nos termos do artigo 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar à família enlutada, representada por Maria Rosilma França de Lima, pelo falecimento de sua irmã, a Professora **Maria Lídia França de Araújo**, de 34 anos, ocorrido na noite desta quinta feira, 01 de junho do corrente ano, em decorrência de queimaduras causadas covardemente por seu “companheiro”, durante uma agressão doméstica.

Requeiro, ainda, seja encaminhado o presente voto à família, no endereço sito à Rua Concórdia, Bairro Concórdia, S/N, CEP 69870 – 000, Envira - Amazonas.

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo sentimento de consternação que apresento a presente mensagem de pesar aos familiares e amigos da Sra. **Maria Lídia França de Lima**, pelo seu falecimento após quase uma semana de internação no Pronto Socorro 28 de Agosto, em Manaus, capital do Estado do Amazonas.

Maria Lídia era natural do município de Envira onde trabalhava como Professora da Escola Municipal Venceslau de Queiroz e secretária na Escola Estadual São José em Tefé.



Mas acima de tudo, foi um ser humano e mulher, que acabou sendo vítima de feminicídio, um crime bárbaro, praticado por uma pessoa próxima, fato que, infelizmente, corrobora com as estatísticas de violência doméstica praticada contra a mulher no Brasil e no mundo.

Desta forma, por tudo que representou em vida, tanto para seus familiares e entes queridos, quanto para seus amigos, consideramos a sua partida uma grande perda, e, por esse motivo, oferecemos este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, em _____ de junho de 2017.

**Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/Amazonas**

SF/17107-10053-62



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

PMDB - Edison Lobão*
PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

PMDB - Airton Sandoval* (S)
PMDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
PMDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-PP - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Cidinho Santos* (S)
Bloco-PSD - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
PMDB - Raimundo Lira* (S)
PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
PMDB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

PMDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PV - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSC - Pedro Chaves* (S)
PMDB - Waldemir Moka*
PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
PMDB - Hélio José* (S)
S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
PMDB - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PTB - Telmário Mota**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

PMDB - 22

Ailton Sandoval.	SP
Dário Berger.	SC
Edison Lobão.	MA
Eduardo Braga.	AM
Elmano Férrer.	PI
Eunício Oliveira.	CE
Garibaldi Alves Filho.	RN
Hélio José.	DF
Jader Barbalho.	PA
José Maranhão.	PB
João Alberto Souza.	MA
Kátia Abreu.	TO
Marta Suplicy.	SP
Raimundo Lira.	PB
Renan Calheiros.	AL
Roberto Requião.	PR
Romero Jucá.	RR
Rose de Freitas.	ES
Simone Tebet.	MS
Valdir Raupp.	RO
Waldemir Moka.	MS
Zeze Perrella.	MG

Bloco Social Democrata - 16

PSDB-11 / DEM-4 / PV-1

Aécio Neves.	PSDB / MG
Alvaro Dias.	PV / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferrão.	PSDB / ES
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 12

PP-7 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Ivo Cassol.	PP / RO
José Medeiros.	PSD / MT
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Wilder Morais.	PP / GO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 11

PT-9 / PDT-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PCdoB-1 / REDE-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Moderador - 9

PTB-2 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Cidinho Santos.	PR / MT
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Márgio Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PSC / MS
Telmário Mota.	PTB / RR
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

PMDB.	22
Bloco Social Democrata.	16
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	12
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	11
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Moderador.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Garibaldi Alves Filho* (PMDB-RN)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
Airton Sandoval* (PMDB-SP)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Pedro Chaves* (Bloco-PSC-MS)
Alvaro Dias** (Bloco-PV-PR)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Raimundo Lira* (PMDB-PB)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Hélio José* (PMDB-DF)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)	Reguffe** (S/Partido-DF)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho* (PMDB-PA)	Renan Calheiros* (PMDB-AL)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	João Alberto Souza* (PMDB-MA)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Requião* (PMDB-PR)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
Cidinho Santos* (Bloco-PR-MT)	José Maranhão** (PMDB-PB)	Romário** (Bloco-PSB-RJ)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Medeiros* (Bloco-PSD-MT)	Romero Jucá* (PMDB-RR)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Rose de Freitas** (PMDB-ES)
Dário Berger** (PMDB-SC)	Kátia Abreu** (PMDB-TO)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Simone Tebet** (PMDB-MS)
Edison Lobão* (PMDB-MA)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Telmário Mota** (Bloco-PTB-RR)
Eduardo Braga* (PMDB-AM)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Valdir Raupp* (PMDB-RO)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Elmano Férrer** (PMDB-PI)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Eunício Oliveira* (PMDB-CE)	Marta Suplicy* (PMDB-SP)	Waldemir Moka* (PMDB-MS)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Wilder Morais* (Bloco-PP-GO)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Zeze Perrella* (PMDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (PMDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (PMDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PMDB-MG)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

PMDB - 22 Líder Renan Calheiros - PMDB (106,123) Vice-Líderes Kátia Abreu (124) Valdir Raupp (125)	Bloco Social Democrata (PSDB/DEM/PV) - 6 Líder José Agripino - DEM (32,52) Vice-Líderes Ricardo Ferreira (74,85,112) Davi Alcolumbre (75,87,129) Ataídes Oliveira (78) Líder do PSDB - 11 Paulo Bauer (104) Vice-Líder do PSDB Ricardo Ferreira (74,85,112) Líder do DEM - 4 Ronaldo Caiado (99) Vice-Líder do DEM José Agripino (32,52) Líder do PV - 1 Alvaro Dias (17,66)	Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 12 Líder Wilder Morais - PP (39,122,133) Vice-Líderes Benedito de Lira (107) Otto Alencar (49) Líder do PP - 7 Benedito de Lira (107) Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,100) Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 11 Líder Gleisi Hoffmann - PT (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,30,116) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Regina Sousa (35) Líder do PT - 9 Gleisi Hoffmann (56,60,65,83,114,121) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (25,43,55,62,127) Lindbergh Farias (28,57,63,89,126) Líder do PDT - 2 Acir Gurgacz (8,30,116)	Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PCdoB/REDE) - 10 Líder João Capiberibe - PSB (1,11,115) Vice-Líderes Antonio Carlos Valadares (51,69) Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do PSB - 7 Fernando Bezerra Coelho (102,132) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (37,54,111) Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (15,20) Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (19,23,91)	Bloco Moderador (PTB/PR/PSC/PRB/PTC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PR (42,46,108) Vice-Líder Telmário Mota (7,29,36,44,61,84,105,128) Líder do PTB - 2 Armando Monteiro (97) Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (101) Vice-Líder do PR Magno Malta (109) Líder do PSC - 1 Pedro Chaves (110) Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (81,95) Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,70)
Governo Líder Romero Jucá - PMDB (120) Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,132) José Medeiros (12,14,18,88,130) Davi Alcolumbre (75,87,129) Wilder Morais (39,122,133) Flexa Ribeiro (134) Sérgio Petecão (10,131)	 Maioria Líder Renan Calheiros - PMDB (106,123)	Minoria Líder Humberto Costa - PT (16,22,50,53,79,90,113)

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



4. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of. 18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
16. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
17. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
20. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
22. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015-GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLIDPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. n° 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
52. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG n° 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
57. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
59. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
60. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
62. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
63. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).



65. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2^a vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
66. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. N^o 001/2016-LIDPTB)
69. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. n^o 14/2016-BLSDEM.
70. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n^o 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2^o vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n^o 9/2016-BLUFOR)
72. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3^o vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. n^o 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. n^o 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1^o vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2^o vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freita foi designada 2^a vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1^o vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3^o vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem n^o 253/2016 e Memorando n^o 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n^o 1/2016-GSEL).
82. Em 08.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2^o vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2^a vice -liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4^a vice - liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5^o vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4^o vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3^o vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2^o vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios n^o 14/2016-GLDPT e n^o 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo n^o 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3^o vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. n^o 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude da sua desfiliação do partido.
99. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
100. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. n^o 1/2017-GLPSD)
101. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. s/n/2017-GLPR).
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB n^o 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
105. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e , em virtude de sua desfiliação do partido.
106. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB n^o 11/2017)
107. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
108. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
109. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/n-2017)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1^o Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
114. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
115. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
116. Em 09.02.2017, o Senador Aciir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2^o vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
120. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-GLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB n^o 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1^a Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n^o 74/2017)
125. Em 24.03.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 2^o Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB n^o 74/2017)



126. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
128. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
129. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Morais foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016

Finalidade: Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

RELATOR: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Designação: 22/06/2016

Leitura: 13/07/2016

Instalação: 12/07/2016

MEMBROS

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

Senador José Maranhão (PMDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PMDB-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (1)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos n°s 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 61 - 3303 3514

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA

Finalidade: Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



3) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Felipe Geraldes e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



4) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins

(Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) (1)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (1)	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (1)	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



5) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto

Arnaldo Versiani Leite Soares

Carlos Caputo Bastos

Carlos Mário da Silva Velloso

Edson de Resende Castro

Fernando Neves da Silva

Hamilton Carvalhido

Joelson Costa Dias

José Antonio Dias Toffoli

José Eliton de Figueiredo Júnior

Luciana Müller Chaves

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Márcio Silva

Marcus Vinicius Furtado Coelho

Roberto Monteiro Gurgel Santos

Raimundo Cezar Britto

Torquato Lorena Jardim

Geraldo Agosti Filho

José Rollemberg Leite Neto

Walter de Almeida Guilherme

Roberto Carvalho Velloso

Henrique Neves da Silva

Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.



*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.
*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadão e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DA PREVIDÊNCIA

Finalidade: Destinada a investigar a contabilidade da previdência social, esclarecendo com precisão as receitas e despesas do sistema, bem como todos os desvios de recursos.

Requerimento nº 161, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁶⁾

Leitura: 21/03/2017

Instalação: 26/04/2017

Prazo final: 08/09/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senadora Rose de Freitas (ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Dário Berger (SC) ⁽⁵⁾
Senador Hélio José (DF) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽³⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO ^(2,7)	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS)	1. Senador José Medeiros (PSD-MT)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽⁴⁾	

Notas:

1. Em 19.04.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Antônio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 039/2017-BLSDEM).
2. Em 19.04.2017, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 112/2017-GLPSDB).
3. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular; e o Senador José Pimentel, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 052/2017).
4. Em 25.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 056/2017-BLOMOD).
5. Em 25.04.2017, os Senadores Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 104/2017-GLPMDB).
6. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Hélio José, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CPIPREV).
7. Em 2.05.2017, o Senador Ataídes de Oliveira deixou de integrar, como titular, o colegiado (Of. 127/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto Marcelo Assaife

Telefone(s): 61 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br



2) CPI DOS MAUS-TRATOS

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

Leitura: 25/04/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
	1.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
	1.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	



3)CPI DO BNDES

Finalidade: Investigar irregularidades nos empréstimos concedidos pelo BNDES no âmbito do programa de globalização das companhias nacionais, em especial a linha de financiamento específica à internacionalização de empresas, a partir do ano de 1997.

(Requerimento nº 375, de 2017)

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 25/05/2017

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
	1. 2.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	1. 2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	1.



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾	1. Senador Eduardo Braga ^(6,9)
Senador Roberto Requião ^(6,9)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁶⁾	3. Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾
Senador Raimundo Lira ⁽⁶⁾	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁶⁾	5.
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,14)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,13)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽³⁾	2. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽³⁾
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,10)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ^(8,10)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,11,12)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁵⁾	3. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).



2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Lúcia Vânia e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Cristovam Buarque, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 4/2017-BLSDEM).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
8. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
10. Em 24.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à senadora Lúcia Vânia, que passou a ocupar a vaga como suplente (Memo. nº 35/2017-BLSDEM).
9. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
11. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
12. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
13. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
14. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
VAGO		1. VAGO
Maoria (PMDB)		
VAGO		1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
VAGO		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
VAGO		1. VAGO
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO		1.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Hélio José ⁽⁸⁾		1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)		2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾		3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer ^(8,14)		4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airton Sandoval ^(8,12)		5. Senadora Rose de Freitas ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾		1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾		2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾		3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾		4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾		5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾		1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾		2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁶⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾		3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾		4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾		1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾		2. Senador Wilder Morais (PP-GO) ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾		1. Senador Romário (PSB-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁷⁾		1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾
Notas:		
* Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.		
1. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).		
2. Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).		
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).		
4. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).		
5. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).		
6. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).		
7. Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).		
8. Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).		



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDB).

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria (PMDB)	
Senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Renan Calheiros (PMDB-AL) ⁽¹⁾
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	6. VAGO ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁵⁾
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Wilder Moraes (PP-GO) ⁽⁵⁾	3. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽⁴⁾	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ^(2,16)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽²⁾

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. n°004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomcj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Pedro Chaves (PSC-MS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senadora Simone Tebet (7)		1. Senador Valdir Raupp (7)
Senador Dário Berger (7)		2. Senador Hélio José (7)
Senadora Marta Suplicy (7)		3.
Senador José Maranhão (7)		4.
Senador Raimundo Lira (7)		5.
Senador João Alberto Souza (7)		6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)		2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)		3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)		4. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)		5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)		6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (1)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)		2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)
VAGO (1,9)		3.
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)		4.
Senador José Agripino (DEM-RN) (6)		5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PSD-MT) (5)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (5)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (5)		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) (5)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)		3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (2)		1. Senador Romário (PSB-RJ) (2)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) (2)		2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (2)		3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (3)		1. Senador Magno Malta (PR-ES) (3)
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (3,8)		2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (3)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (3)		3. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (8,10,11)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Hélio José ⁽¹¹⁾	1. Senador Airton Sandoval ^(11,14)
Senador Renan Calheiros ⁽¹¹⁾	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-T0) ⁽⁵⁾	1. Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽²⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(2,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽³⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(6,15)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(6,17,18)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁶⁾	2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ^(6,12,16)

Notas:

- * Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".
- 1. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).
- 3. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalírio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).
- 9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).
- 10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).
- 11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).



12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador(Of. nº 37/2017-BLOMOD).
13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Regina Sousa (PT-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
VAGO (6,10)		1. Senador Valdir Raupp (6)
Senadora Marta Suplicy (6)		2.
Senador Hélio José (6)		3.
VAGO (6,9)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)		3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)		4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
VAGO (1,8)		1.
VAGO (1,11)		2.
VAGO (1,12)		3.
VAGO (7,14)		4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)
		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (2)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (16)
Senador Romário (PSB-RJ) (2)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (5)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,13,15)		2. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPDRO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).



13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Renan Calheiros ^(7,13)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁵⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,10,14,15)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

- *. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.
- 1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).
- 6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).
- 7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).
- 8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
- 9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).
- 10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).
- 11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).



12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (7)	1. Senador Hélio José (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senadora Kátia Abreu (7,9,10)
Senador Romero Jucá (7)	3. Senadora Rose de Freitas (7)
Senador Elmano Férrer (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Raimundo Lira (7)	5. Senador Valdir Raupp (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) (6)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Wilder Morais (PP-GO) (4)	2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (4)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) (1)	2.
	3.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. Senador Telmário Mota (PTB-RR) (5,12,13)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).



8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria (PMDB)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
VAGO	1. VAGO

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Hélio José (8,14)		1. Senador Romero Jucá (8)
Senador Elmano Férrer (8)		2. Senadora Simone Tebet (8,14)
Senador Waldemir Moka (8,10)		3. Senador Valdir Raupp (8)
Senador João Alberto Souza (8)		4. Senador Dário Berger (8)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,12)		1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (4,12)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)		2. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)		3. Senador José Pimentel (PT-CE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)		4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)		1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
VAGO (5,11)		2. VAGO (7,15)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7,15)		3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (11)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (3)		1. Senador José Medeiros (PSD-MT) (3)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (3)		2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (1)		1.
Senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (6)		1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (6)
VAGO (6,16)		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (6)

Notas:

1. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
2. Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
6. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
9. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
10. Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
11. Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
12. Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
13. Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).



14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 8:30min -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾		1. Senadora Rose de Freitas ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer ⁽⁶⁾		2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾		3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾		1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾		2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾		3. Senador Humberto Costa (PT-PÉ) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾		4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾		1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾		2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾		3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾		1. Senador José Medeiros (PSD-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾		2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdO, REDE)		
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾		1.
VAGO ^(2,9)		2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾		1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽⁵⁾		2. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
8. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
9. Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

TITULARES		Suplentes
PMDB		
Senador Waldemir Moka (8)		1. Senador Airton Sandoval (10)
VAGO (8,12)		2. Senador Hélio José (11)
Senador Valdir Raupp (8)		3.
Senador João Alberto Souza (8)		4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)		
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)		1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
VAGO (1,14)		2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)		3. Senadora Ángela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)		4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4)		2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)		3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)		1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)		2. Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)		
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)		1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) (3)
		2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)		
VAGO (5,13)		1. Senador Pedro Chaves (PSC-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)		2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ángela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado(Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.



14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



11.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DO MARCO LEGAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Finalidade: Acompanhar o processo de regulamentação e implementação da Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Marco Legal da Ciência Tecnologia e Inovação (Requerimento da CCT nº 25, de 2016).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras 8h:30min -

Telefone(s): 61 3303-1120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Hélio José (PMDB-DF) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾

RELATOR: VAGO

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. Senadora Kátia Abreu ⁽⁶⁾
Senador Hélio José ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) ⁽⁷⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 61 33034440
E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airton Sandoval (PMDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
PMDB	
Senador Renan Calheiros (10)	1.
Senador Airton Sandoval (10)	2.
Senador Dário Berger (10)	3.
Senador Romero Jucá (10)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (4)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (4)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (4)	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) (4)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (4)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (5)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (6)
Senador Dalírio Beber (PSDB-SC) (5)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (7)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (6)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (7)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (9)	1.
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (9)	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) (1)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (3)
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Cidinho Santos (PR-MT) (8,15,16)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (16)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (8,14)	2.

Notas:

- *. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).
- 1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).
- 2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).
- 3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).
- 4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).
- 5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalírio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).
- 6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- 7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).
- 8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).
- 9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).
- 10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDEM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Pener do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1 ^a Eleição Geral: 19/04/1995	7 ^a Eleição Geral: 14/07/2009
2 ^a Eleição Geral: 30/06/1999	8 ^a Eleição Geral: 26/04/2011
3 ^a Eleição Geral: 27/06/2001	9 ^a Eleição Geral: 06/03/2013
4 ^a Eleição Geral: 13/03/2003	10 ^a Eleição Geral: 02/06/2015
5 ^a Eleição Geral: 23/11/2005	11 ^a Eleição Geral: 30/05/2017
6 ^a Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Senador Airton Sandoval (SP)	1. Senador Jader Barbalho (PA)
Senador João Alberto Souza (MA)	2. Senador Eduardo Braga (AM)
Senador Romero Jucá (RR)	3. Senador Hélio José (DF)
	4. (1)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM, PV)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)	3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ivo Cassol (PP-RO) (2,3)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4,5)
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PCdoB, REDE)	
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	1.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)	2.
Bloco Moderador (PR, PTB, PSC, PRB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT)	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR)
Senador Pedro Chaves (PSC-MS)	2.

Atualização: 31/05/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº021/2017 - GSEFERRE.
2. Eleito membro titular do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente do Conselho, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:**

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013
7^a Designação: 26/11/2015

MEMBROS**PMDB**

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

REDE

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

Atualização: 08/02/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 02/2001).



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS

PTB

Senador Fernando Collor (PTC-AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

1^a Designação: 23/03/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2017**Notas:**

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 35/2009).



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



**6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS
HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA**

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 30/11/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 21/03/2012

4^a Designação: 11/03/2013

5^a Designação: 20/05/2014

6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 14/2010)



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

Notas:

*, Vago (Art. 6º da Res. 15/2012).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 18/10/2016

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 34/2013).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 11/11/2015

Notas:

*. Vago (Art. 4º, §1º, da Res. 47/2013).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



10) PROCURADORIA PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares**COORDENADOR:**

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
VAGO	PMDB
VAGO	PMDB
VAGO	PT
VAGO	PSDB
VAGO	PSD

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER*(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)*

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017**SECRETARIA GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61) 3303-5255**Fax:** (61) 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: ⁽¹⁾

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PSB

VAGO

PDT

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

DEM

VAGO

PP

VAGO

PTB

VAGO

PPS

VAGO

PCdoB

VAGO

PSC

VAGO

PRB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

1. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, em 28/10/2015.



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL*(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do****RISF):**

16) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR

(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Notas:

*. Vago (Art. 6º, §1º, da Res. 31/2016).



**17) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**

(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

VAGO

PCdoB

VAGO

PDT

VAGO

PMDB

VAGO

PP

VAGO

PPS

VAGO

PR

VAGO

PRB

VAGO

PSB

VAGO

PSC

VAGO

PSD

VAGO

PSDB

VAGO

PT

VAGO

PTB

VAGO

REDE

VAGO

Atualização: 01/06/2016

Notas:

*. Vago (Art. 2º, §1º, da Res. 08/2009).

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



18) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***Número de membros:** 17 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****MEMBROS****PMDB****PT****PSDB****PDT****PSB****PR****PSD****DEM****PP****PTB****PPS****PCdoB****PSC****PRB****REDE****PV****PTC****Notas:**

*. Vago (Art. 5º, §1º, da Res. 43/2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

http://www.senado.leg.br/ordiasf



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

